



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

**Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia**

ANA LÍVIA DE ALMEIDA SILVA

**A AGRICULTURA FAMILIAR EM PALHOÇA-SC
e a sua Confluência com a Dinâmica Rural-Urbana Pós 1990**

Florianópolis
Março de 2020

ANA LÍVIA DE ALMEIDA SILVA

**A AGRICULTURA FAMILIAR EM PALHOÇA-SC
e a sua Confluência com a Dinâmica Rural-Urbana Pós 1990**

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Santa Catarina.
Área: Desenvolvimento Regional e Urbano
Linha de Pesquisa: Dinâmicas e Configurações de
Espaços Rural, Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Nazareno José de Campos

Florianópolis
Março de 2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Ana Livia de Almeida
A AGRICULTURA FAMILIAR EM PALHOÇA-SC
: e a sua Confluência com a Dinâmica Rural
Urbana Pós 1990 / Ana Livia de Almeida Silva ; orientador,
Nazareno Campos, coorientador, Clécio Silva, 2020.
130 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. hortifrutigranjeiros. 3. Palhoça. 4.
dinâmica rural-urbano. I. Campos, Nazareno. II. Silva,
Clécio. III. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Geografia. IV. Título.

ANA LÍVIA DE ALMEIDA SILVA

**A AGRICULTURA FAMILIAR EM PALHOÇA-SC
e a sua Confluência com a Dinâmica Rural-Urbana Pós 1990**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Professora Doutora Maria Inês Sugai
Universidade Federal de Santa Catarina

Professora Janete Webler Cancelier (Pós Doutorado)
Universidade Federal de Santa Maria

Professor Doutor Nazareno José de Campos
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão para obtenção do título de mestre em Geografia.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Orientador: Professor Doutor Nazareno José de Campos

Florianópolis, 2020.

AGRADECIMENTOS

O primeiro e principal agradecimento dedico ao meu professor e orientador Nazareno José de Campos que mesmo antes de se iniciarem as atividades de pós graduação se mostrou solícito em orientar meu trabalho e durante a construção da pesquisa muito pôde acrescenta-la. Muito aprendi seja através das reflexões teóricas ou com o conhecimento empírico, adquirido com os trabalhos de campo. Sou muito grata pela confiança, pela parceria desenvolvida neste tempo, e por toda dedicação e paciência para comigo.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa, que viabilizou a investigação da dinâmica rural - urbana não apenas de Palhoça, mas de toda a área conurbada da região da Grande Florianópolis, permitindo enriquecer ainda mais este estudo.

Agradeço a equipe integrante do grupo de pesquisa Lab Rural, ao Professor Clécio, aos colegas Erika, Paula, Ana Cláudia, Lorrane, Lincon, pelo aprendizado desenvolvido em nossas reuniões, bem como nos trabalhos de campo e pelos momentos de convivência extracurriculares, os quais foram muito especiais e guardo com muito carinho.

Agradeço aos agricultores que disponibilizaram seu tempo, mesmo quando estavam em horário de trabalho, para a realização das entrevistas, poder contar com a percepção de quem realmente passa pela problemática abordada na pesquisa a deixou ainda mais próxima da realidade.

Agradeço imensamente à minha família, em especial aos meus pais, que muito me apoiaram e foram minha base nos momentos de desânimo e cansaço, que apesar da distância, pude senti-los muito presentes.

Agradeço ao Germano, companheiro de vida, pelo apoio nos momentos difíceis, mas principalmente pela disponibilidade em ler minha pesquisa repetidas vezes e na computação dos dados.

A escrita de uma dissertação, o curso de mestrado e atividade docente foram atividades que resultaram em amadurecimento pessoal e profissional. Realizá-las deixaram marcas profundas, algumas agradáveis e outras doloridas, mas saber que passaria por elas novamente faz tudo valer a pena.

A todos e todas dedico meu profundo respeito e agradecimento!

“O mundo é formado não apenas pelo que já existe,
mas pelo que pode efetivamente existir”.

Milton Santos, 2001.

RESUMO

Esta pesquisa aborda a temática da produção hortifrutigranjeira de alimentos, de origem predominantemente familiar, de modo a contextualizá-la na região da Grande Florianópolis, estado de Santa Catarina, enfatizando o município de Palhoça como área objeto de estudo. O propósito é discutir o tema da produção e comercialização hortifrutigranjeira, a partir de uma perspectiva geográfica, econômica e social, num espaço cuja especulação imobiliária e urbanização são crescentes, induzindo o rural a reinventar-se. Ao analisar a agricultura que transcorre no espaço urbano e periurbano deparamos com intensos conflitos quanto ao uso da terra no que se refere às ações especulativas imobiliárias em direção às áreas onde ocorrem os cultivos agrícolas, sendo realizadas pressões, por parte do poder público e privado, sobre os pequenos produtores agrícolas. Devido a esta problemática que se deu o recorte temporal da pesquisa, dedicando maior atenção aos anos posteriores à década de 1990, período em que ocorre na região a intensificação da atividade especulativa da terra. A pesquisa propõe uma abordagem sistêmica e pauta-se em dados qualitativos e quantitativos, cujo intuito é compreender a reprodução da agricultura familiar, com destaque para o segmento hortifrutigranjeiro; o grau de inserção dos agricultores no mercado; os aspectos da ruralidade e suas transformações; além dos cultivos desenvolvidos em áreas urbanas e periurbanas, nos quais produções com maior valor agregado, como a orgânica, têm crescido consideravelmente; além de toda a dinâmica da relação rural-urbano presente no município de Palhoça.

Palavras-Chave: hortifrutigranjeiros; Palhoça; dinâmica rural-urbano.

ABSTRACT

This research addresses the theme of fruit and vegetable production of food, of predominantly family origin, in order to contextualize it in the region of Greater Florianópolis, state of Santa Catarina, emphasizing the municipality of Palhoça as an object of study. The purpose is to discuss the issue of horticultural production and commercialization, from a geographical, economic and social perspective, in a space whose real estate and urbanization speculation are increasing, inducing the rural to reinvent itself. When analyzing the agriculture that takes place in the urban and peri-urban space, we encounter intense conflicts regarding the use of land in relation to speculative real estate actions towards the areas where agricultural crops occur, with pressures being made by the public and private authorities, on small agricultural producers. Due to this problem, the time frame of the research took place, devoting more attention to the years after the 1990s, a period in which the intensification of the speculative activity of the land occurs in the region. The research proposes a systemic approach and is based on qualitative and quantitative data, whose aim is to understand the reproduction of family agriculture, with emphasis on the fruit and vegetable segment; the degree of insertion of farmers in the market; aspects of rurality and its transformations; in addition to crops developed in urban and peri-urban areas, in which productions with higher added value, such as organic, have grown considerably; in addition to all the dynamics of the rural-urban relationship present in the municipality of Palhoça.

Keywords: horticultural products; Palhoça; rural-urban dynamics.

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO.....	13
1.1. Objetivos.....	17
1.2. Metodologia.....	18
1.3. Plano de Investigação.....	23
1.4. Plano de Redação.....	24
II. CAPÍTULO 1 – O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS E ENTORNO E CONSEQUÊNCIAS NO MEIO RURAL.....	25
2.1. Florianópolis e a “Industrialização do Campo”.....	30
2.2. O avanço da urbanização pós 1970 em direção às áreas agrícolas	37
2.3. Palhoça e seu processo de urbanização a partir de 1970.....	42
2.4. Conclusão do Capítulo 1.....	49
III. CAPÍTULO 2 – A ATIVIDADE HORTIFRUTIGRANJEIRA NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA.....	50
3.1. Breve análise sobre a produção hortifrutigranjeira na Grande Florianópolis.....	53
3.2. A Estrutura fundiária do município de Palhoça	58
3.3. A produção e comercialização hortifrutigranjeira em Palhoça.....	65
3.4. As perspectivas da produção hortifrutigranjeira em Palhoça.....	72
3.5. Conclusão do Capítulo 2.....	76
IV. CAPÍTULO 3 – A ATIVIDADE HORTIFRUTIGRANJEIRA REALIZADA EM ESPAÇOS URBANOS E PERIURBANOS DA CIDADE DE PALHOÇA – SC.....	79
4.1. Aspectos Gerais da Agricultura urbana e periurbana e sua caracterização em Palhoça.....	89
4.2. O crescimento dos cultivos orgânicos e similares.....	97
4.3. O conflito entre produção agrícola no urbano e a especulação imobiliária.....	103
4.4. Permanências e Possibilidades futuras da agricultura urbana em Palhoça.....	108

4.5. Conclusão do Capítulo 3.....	112
V. CONCLUSÃO	114
VI. BIBLIOGRAFIA.....	117
VII. ANEXO.....	123

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Crédito para o agronegócio e agricultura familiar, produção de grãos no Brasil entre 2002 e 2013.....	16
Quadro 2 - Transformação de Mandioca e Cana-de-açúcar no ano de 1950.....	31
Quadro 3 - Crescimento Populacional do município de Palhoça de 1940 a 2010.....	44
Quadro 4 - Fatores Estruturais e Institucionais da atividade hortifrutigranjeira na grande Florianópolis.....	55
Quadro 5 - Módulos fiscais e estratificação fundiária em Palhoça SC.....	62
Quadro 6 - Estrutura Fundiária de Palhoça.....	63
Quadro 7 - Área ocupada (em hectares) pelos estabelecimentos agropecuários em Palhoça.....	64
Quadro 8 - Estrutura Fundiária da GrandeFlorianópolis.....	64
Quadro 9 - Área dos estabelecimentos agropecuários (hectares) por grupos de área total – 2006.....	68
Quadro 10 - Quantidade produzida (toneladas) – Produto das lavouras temporárias e permanentes.....	69
Quadro 11 - Valor da produção (mil reais) em 2017 – lavouras temporárias e permanentes.....	69
Quadro 12 – Número de cabeças por espécie de pecuária e avicultura – 2017.....	70
Quadro 13 - Principais produtos hortifrutigranjeiros comercializados de Palhoça para o Ceasa - ano de 2019.....	71

LISTA DE GRÁFICOS E MAPAS

Gráfico 1 - Santa Catarina: Evolução do número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (hectares), 1975 – 2017.....	59
Mapa 1 – Espacialização de Entrevistas e Trabalho de Campo no município de Palhoça.....	22
Mapa 2 – Localização geográfica do município de Palhoça	42

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - As temáticas componentes do plano de investigação da pesquisa.....	23
Figura 2 – Habitat Rural Açoriano.....	29
Figura 3 – Evolução da Mancha urbana da área conurbada de Florianópolis.....	40
Figura 4 – Comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros.....	57
Figura 5 – Produção de Arroz.....	66
Figura 6- Atividade Pecuária Caprina.....	66
Figura 7 – Produção de Quiabo.....	92
Figura 8 – Produção de Jiló.....	93
Figura 9 – Produção de hortaliças de pequeno porte.....	93
Figura 10 – Produção de Tomate.....	94
Figura 11 – Produção de Vagem.....	94
Figura 12 – Produção de hortaliças no bairro Sertão do Maruim (São José – SC).....	106
Figura 13 – Produção de Pitaya no bairro Sertão do Maruim (São José – SC).....	107

I. INTRODUÇÃO

A região da grande Florianópolis apresenta uma relevante produção hortifrutigranjeira. O município de Palhoça aí se insere, com uma atividade produtiva predominantemente familiar. Ao se considerar o aprofundamento da dinâmica econômica desenvolvimentista no Brasil após a década de 1970, aliado ao crescimento populacional e acentuada industrialização, tem-se presente, em espaços geográficos como o nosso em estudo, a redução de muitas áreas de cultivo, deslocando a atenção do plantio para uma urbanização crescente. Nisto, é de suma importância o estudo sobre essas transformações sofridas pelo meio rural, pois este, segundo aponta Wanderley (2004), continua sendo fator integrante da economia do país, e, grande responsável pelo abastecimento alimentar de sua população. Haja vista que o cultivo agrícola na grande Florianópolis é, em grande medida, responsável por seu próprio abastecimento (CAMPOS, 2013).

A agricultura familiar continua a exercer importante papel, tanto no abastecimento interno quanto na produção voltada à exportação, além de desempenhar atividades agrícolas também no meio urbano e periurbano, resistindo assim à urbanização, que constantemente é representada pela especulação imobiliária, construção de infraestruturas, megaprojetos voltados ao setor turístico, entre outros. Em tal processo fica depreendida uma agressiva inserção dos espaços rurais em relação ao urbano, e que se desenvolvem, na maioria das vezes, de forma muito rápida em relação à dinâmica construída e reproduzida anteriormente nos lugares.

Em Santa Catarina, dos 193.663 estabelecimentos agrícolas existentes no ano de 2006, mais de 168 mil foram classificados com predomínio da atividade familiar, atingindo 86,7% do total (IBGE, 2006); fazendo com que seja um dos estados brasileiros com maior presença de agricultores familiares.

Por conta da valorização das terras em Florianópolis, os municípios vizinhos à capital passaram também por uma ampliação na ocupação territorial devido à oferta de terras mais baratas, fato que resultou no crescimento demográfico dos municípios de São José, Biguaçu, Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz, em relação à própria capital. Via de regra o aumento populacional dos núcleos urbanos situados na faixa litorânea catarinense tem como principal agente o crescimento econômico dessas localidades baseado na atividade imobiliária, na industrialização, na prestação de serviços e/ou nas atividades decorrentes do turismo (CAMPOS, 2013).

Diante do exposto, constata-se que a dinâmica populacional catarinense reflete a brasileira, pois, o crescimento da população residente nas cidades foi acompanhado por uma redução relativa da população rural. Fato este atrelado ao aumento da demanda da força de trabalho em serviços provenientes da área urbana.

De acordo com os dados do IBGE (1970), da década de 1970 para 1980, por exemplo, enquanto a população urbana catarinense cresceu de 1.247.158 habitantes para 2.154.250 habitantes (72%), a população rural caiu de 1.654.502 habitantes para 1.474.042 habitantes (11%). É preciso considerar ainda que em Santa Catarina o processo de urbanização nas últimas décadas vem induzindo à conurbação dos núcleos urbanos, situação esta intensificada pelos crescentes fluxos turísticos que contribuem para a aceleração das transformações na organização socioespacial das cidades localizadas no litoral.

Esse movimento demográfico é explicado por SANTOS (1998) quando afirma que a melhoria da rede viária reduz o tempo de deslocamento de um lugar a outro, favorecendo a acessibilidade. Este aumento do deslocamento se fez presente em nossa região em estudo e é exemplificado por CAMPOS (2013) ao abordar a ocorrência da implantação e pavimentação da BR-101 e BR-282 e de inúmeras rodovias estaduais e municipais, além da criação de novas até então inexistentes, a exemplo da Avenida das Torres (entre Biguaçu e São José, com futura possibilidade de expansão para Palhoça).

No entanto, mesmo com a maior interligação dos territórios, crescendo, por conseguinte, os espaços considerados urbanos, a realização do cultivo agrícola não desapareceu, pelo contrário, está se ampliando em diferentes espaços, através da prática da agricultura convencional ou orgânica.

De acordo com CAMPOS (2013) Palhoça, sendo uma cidade integrante da área conurbada de Florianópolis, tem apresentado um crescimento considerável da sua área urbana, em um curto período de tempo, principalmente após a década de 1990 em que se acentuam as ações especulativas no município. Este, contudo, poderia se dizer que está no sentido contrário da reprodução do processo de urbanização, pois continua possuindo pronunciada atividade agrícola.

Em conformidade com o levantamento bibliográfico, as atividades em campo, e as entrevistas realizadas, houve algumas percepções do objeto de estudo em questão, acrescida a concepção de SUGAI (2015) de que o estado de Santa Catarina se faz, de certo modo, um agente viabilizador para a expansão do capital privado, sem o devido planejamento, sobretudo no que concerne à especulação imobiliária, o que é percebido tanto no município de Palhoça quanto na área da Grande Florianópolis como um todo.

A expansão do capital, exemplificada por processos de industrialização e urbanização, gera resistências e aquiescências, as quais se dão em todas as relações econômicas presentes no espaço; sendo assim a agricultura não é diferente e se insere nesta dinâmica configurando-se numa dialética, como tudo que existe.

Conforme aponta GELBCKE (2018, p. 31) a pressão do aumento do preço da terra é enfrentada pelos agricultores através de duas estratégias principais, a intensificação e a diferenciação da produção. A primeira estratégia é traçada a partir da produção de hortaliças, verduras, frutas, que faz uso intensivo dos solos, gerando maior renda aos agricultores por unidade de área. A diferenciação, no caso a produção de hortaliças, verduras, frutas orgânicas e/ou cultivo de plantas exóticas, surge como possibilidade de gerar renda extra, adicionando valor aos produtos pela sua qualidade específica.

Nesta perspectiva, nos deparamos com agricultores que estão cultivando produtos de maior valor agregado como é o caso do cultivo de pitaya, e de phisallis, além de estruturas como estufas e hidroponias, com grande presença no município vizinho de Santo Amaro da Imperatriz. Em casos como estes, ocorre uma evidente diferenciação social¹, distinguindo-se assim os agricultores entre si e de seus produtos ofertados. Igualmente, percebe-se também a inserção de trabalhadores que não possuem ligação com o rural, mas veem nele uma oportunidade de inserir-se e obter certa lucratividade.

Os agricultores, ao depararem-se com as dificuldades impostas pelo processo de expansão urbana, não apresentam um caráter de cooperação/ajuda mútua. Nenhum dos entrevistados está inserido em alguma forma de cooperativa, apresentando uma postura “individualista” e preferindo atuar sozinhos, sem vínculos de qualquer tipo. A maior parte deles possui forte relação com a agricultura, sendo, em relação a muitos, advindas de gerações anteriores, quando então tinham a agricultura como a única fonte de renda. No entanto isto parece persistir, pois, dos agricultores entrevistados, apenas um, na localidade de Guarda do Cubatão, conta com emprego extra na cidade.

O processo de modernização do campo não explica de todo a produção e comercialização de alimentos agricultáveis, uma vez que a maior parte da produção agrícola hortifrutigranjeira, por exemplo, é de âmbito pequeno. Não obstante, as instâncias públicas não oferecem os devidos préstimos à agricultura de pequeno porte, conforme apontado pelos agricultores, evidenciando a importância de maior valorização do cultivo agrícola familiar,

¹ Este termo foi empregado na pesquisa com o intuito de referir-se à obtenção de um relativo “destaque econômico” dos agricultores entre si, através dos tipos de seus produtos ofertados, no caso produtos que envolvem maior valor agregado.

além de maior análise da estrutura fundiária brasileira, uma vez que, mesmo em área reduzida, a produtividade, dadas as proporções, tem sido maior do que nas grandes áreas agrícolas. Conforme podemos observar no quadro 1.

Quadro 1 – Crédito para o agronegócio e agricultura familiar, produção de grãos no Brasil entre 2002 e 2013.

Ano	Crédito para Agronegócio (R\$ Bilhões)	Crédito para Agricultura Familiar (R\$ Bilhões)	Proporção do crédito para agricultura familiar (%)	Produção de Grãos (milhões toneladas)
2002/2003	20,2	3,9	16,18	112,4
2011/2012	107,2	18	14,37	165,7
2012/2013	115,2	22,3	16,21	180
Crescimento em 10 anos	5,7	5,71	-	1,47

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2002/2012), Plano Safra da Agricultura Familiar (2012/2013), Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013.

De acordo com os dados do quadro acima fica evidente que o investimento destinado ao agronegócio é maior do que à agricultura familiar. No entanto, esta apresentou um crescimento significativo tanto na sua produtividade como no setor de créditos, como podemos ver entre os anos de 2002/2003 para os anos de 2012/2013, em que a agricultura familiar cresceu 21,6% enquanto o agronegócio durante esse mesmo período cresceu 18,8%.

A agricultura está inserida na lógica capitalista de produção e ao mesmo tempo possui a função social que é alimentar. No entanto a atividade agrícola está cada vez mais próxima do segmento industrial, e mais distante de efetivamente alimentar as populações, apresentando por sua vez a não conciliação da técnica com a alimentação, sendo assim esta contradição carece maior análise. Consideramos notoriamente que o capital se expande e esta é sua tendência, mas como e sob quais formas ocorrem esta expansão que buscamos compreender nesta pesquisa.

Por conseguinte, nos deparamos, na área objeto de estudo, com duas problemáticas: a primeira diz respeito à distribuição de investimento ou mesmo a ausência de legitimação das práticas agrícolas de pequeno porte, principalmente àquelas estabelecidas no meio urbano da grande Florianópolis, evidenciado pelos dados de órgãos públicos como a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural - EPAGRI, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, assim como através dos trabalhos de campo realizados. A segunda considera a legitimação do poder público quanto ao avanço (muitas vezes ilegal) da especulação imobiliária em direção às áreas agrícolas na grande Florianópolis, favorecendo a reprodução das desigualdades sociais e

espaciais e a necessidade da construção de novas práticas rurais e urbanas (SUGAI, 2012, p. 77).

Neste sentido a questão central a ser elucidada com o avanço da investigação, e considerando o recorte temporal exposto, é: de que modo e sob quais condições a produção e comercialização hortifrutigranjeira de alimentos são afetadas pela crescente atividade de especulação imobiliária em Palhoça principalmente após 1990?

À vista disto, considerando o exposto até então, chegamos a um objetivo geral, conferindo com o tema e questão central delineada e, alguns objetivos específicos que, por sua vez, definirão o direcionamento que tomarão os capítulos da dissertação.

1.1. Objetivos

Como objetivo principal da pesquisa tenciona-se analisar, em relação à área objeto de estudo, a atividade hortifrutigranjeira, os elementos que a constituem (produção, comercialização, consumo, etc) e sua vinculação ao processo de urbanização e inter-relação com a dinâmica rural-urbana.

Como objetivos específicos se incluem:

- Investigar o processo de urbanização de Florianópolis e entorno, principalmente após 1970, suas consequências, e como Palhoça nele se insere;
- Compreender a dinâmica produtiva e de comercialização hortifrutigranjeira de Palhoça, observando, no processo, os impactos gerados pela urbanização;
- Mensurar a representatividade da produção e comercialização hortifrutigranjeira atual do município frente à sua economia como um todo e as perspectivas futuras do setor;
- Identificar e analisar os espaços e contextos específicos de uma agricultura urbana e periurbana hoje presente no município.

A concretização de tais objetivos foi possível através de alguns instrumentos e ações, conforme delineados a seguir.

1.2. Metodologia

A pesquisa foi pautada em dados qualitativos e quantitativos, seja através de entrevistas, análise de dados socioeconômicos, da estrutura fundiária, da produtividade, da comercialização, ajudando no entendimento da reprodução da agricultura familiar.

A produção e comercialização hortifrutigranjeira serão analisadas considerando os seus processos inerentes. Como a inserção ao mercado; os elementos constituintes da estrutura fundiária; as inter-relações com o capital financeiro e com o Estado; ou ainda quanto às inter-relações com atividades pluriativas e multifuncionais.

No que se trata da temática da pesquisa, nossa hipótese é de que a produção hortifrutigranjeira de alimentos é afetada negativamente pelo modo que a especulação imobiliária² se dá no espaço geográfico em discussão.

Esta hipótese, assim como a questão central estão fundamentadas em escritos, dados e análises de autores como Milton Santos, Roberto Lobato Côrrea e Maria Inez Sugai. Não obstante, José Eli da Veiga, ao defender que muitas áreas consideradas urbanas e/ou cidades não o são, devido as suas características socioespaciais, o mesmo tece críticas quanto ao modelo brasileiro por considerar como cidade toda sede de município.

O entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra muito peculiar, que é única no mundo. Este país considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características. De um total de 5.507 sedes de município existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 mil e 4.642 com menos de 20 mil, todas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem evidentes centros urbanos regionais. Para que a análise da configuração territorial possa de fato evitar a ilusão imposta pela norma legal, é preciso combinar o critério de tamanho populacional do município com pelo menos outros dois: sua densidade demográfica e sua localização. [...] 57% da população seria realmente urbana no Brasil (VEIGA, 2003, p. 33).

As cidades que compõem os grandes ou médios centros urbanos, como é o caso de Florianópolis e sua área conurbada (da qual inclui Palhoça), apresentam características sociais, estruturais, demandas, conflitos, diferentes daqueles presentes em pequenos municípios; sendo assim se faz de grande pertinência repensar se são realmente aplicáveis as mesmas políticas presentes no estatuto legal da cidade em ambos os casos.

² Tanto o termo especulação imobiliária como fundiária tratam a terra como mercadoria. Ambos os termos são corretos. Nesta pesquisa dedico a primeira como tratando da área construída e a segunda da terra sem as edificações.

De acordo com a apresentação dos dados do IBGE (2010), Palhoça é 98% urbana. Isto vem a fortalecer ainda mais o motivo para investigação da temática. Ao realizarmos o mapeamento das áreas agrícolas, considerando em grande medida as atividades de campo, constatamos que os dados apresentados pelo IBGE carecem maior análise.

Os trabalhos desenvolvidos por SUGAI (2015) mostram apontamentos da atividade imobiliária acontecendo de forma desordenada e invasiva e alguns momentos com ausência de legalidade na região conurbada de Florianópolis. Assim como o relato dos agricultores ao evidenciarem a pressão que sofrem tanto do poder público como privado para deixarem suas propriedades.

Portanto, a pesquisa busca, como já afirmamos, compreender a produção e comercialização de hortifrutigranjeiros no município de Palhoça e os conflitos causados na atividade perante o avanço da urbanização.

Inicialmente, foi feita a análise da formação e transformação do espaço geográfico da Grande Florianópolis, e principalmente do município de Palhoça, de acordo com seus conflitos de usos e diferentes funcionalidades aprofundados com a urbanização, em que pautou-se principalmente em autores como: Milton Santos, Roberto Lobato Côrrea, Henri Lefebvre, Maria Inês Sugai, e Geraldo Aldair Souza.

Por sua vez, ao tratar do espaço geográfico de Palhoça, Souza elucida:

Entende-se o espaço geográfico de Palhoça como resultado de um produto histórico e social, isto é, das relações de produção e das relações da sociedade e o meio circundante. Essas relações são, antes de tudo, relações de trabalho dentro do processo produtivo geral da sociedade. É um produto histórico que sofreu e sofre um processo de acumulação técnica e cultural, apresentando a cada momento as características e determinações da sociedade que o produz. (SOUZA, 2011, p. 23).

Cabe salientar que Palhoça sofreu variadas transformações no que se refere à sua consolidação enquanto município. Estas transformações são ainda presentes seja através das diferentes e múltiplas atividades que são desempenhadas naquele espaço, seja pelas diferentes relações sociais.

A investigação a respeito da estrutura fundiária, da agricultura familiar, e da diversidade de situações específicas e particulares em que está inserida, na grande Florianópolis, sobretudo no município de Palhoça, com o intuito de analisar a dinâmica rural-urbano e a dinâmica da produção agrícola, pautou-se principalmente na abordagem de autores como, Victor Antônio Peluso Jr, Nazareno José de Campos, José Eli da Veiga e Héctor Ávila Sánchez.

Quanto ao material bibliográfico utilizado na produção da dissertação, têm-se como fontes obras obtidas na Biblioteca Central e nas bibliotecas setoriais da Universidade Federal de Santa Catarina, outras bibliotecas (como a Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina), de outras universidades e organismos públicos e privados da capital e igualmente do município de Palhoça, tanto em relação a livros, periódicos, jornais, teses, dissertações, monografias e fontes digitais. Também se utilizou instrumentos e fontes cartográficas, estatísticas, além do uso de fotografias ou outros instrumentos visuais.

Em termos teórico-metodológicos a pesquisa considera o método do materialismo histórico dialético desenvolvido por Marx e Engels em meados do século XIX. Para tais autores, o conhecimento não se constitui desvinculado da história dos homens, das relações sociais e do modo de produção. Este método tem por base a crítica em relação às contradições sociais, entendendo a realidade e o espaço geográfico como concretos e produzidos pelo próprio homem.

Neste método o sujeito e objeto são elementos coparticipantes do processo JAPIASSU; MARCONDES, (1990, p. 167). O método dialético é aquele que procede pela refutação das opiniões do senso comum, levando-as à contradição, para chegar então a uma noção final, fruto da razão.

De acordo com LEFEBVRE (1983, p. 171), é utilizando-se da dialética que os pesquisadores confrontam as opiniões, os pontos de vista, os diferentes aspectos do problema, as opiniões e contradições e tentam elevar-se a um ponto de vista mais amplo, mais compreensivo.

As atividades práticas, em campo, se deram em espaços urbanos e periurbanos dos municípios de: São José³, compreendendo o bairro do Sertão do Maruim e Palhoça, sendo neste os bairros: Aririú, Formiga e Pachecos; e as comunidades de Massiambú, Sertão, e Três Barras.

Estas atividades buscam compreender a dinâmica da produção de alimentos, sua comercialização e ao mesmo tempo o fenômeno do crescimento da especulação imobiliária em direção às áreas agrícolas. Estas inicialmente áreas rurais que com a expansão da

³ No que consiste ao trabalho de campo e aplicações de entrevistas realizadas em São José se devem ao fato de nossa pesquisa estar inserida no Projeto maior: “Políticas públicas, mercados institucionais e agricultura urbana e periurbana” o qual tem por agência financiadora a CAPES. Além do município de São José estar incluído ao circuito produtivo em estudo, por abrigar o CEASA, local este em que é escoada a maior parte da produção hortifrutigranjeira.

urbanização foram sendo incorporadas, por parte da administração municipal, ao perímetro urbano, ampliando assim sua arrecadação de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

Já as entrevistas, foram realizadas em conformidade com o trabalho de campo e o mapeamento das áreas de cultivos agrícolas ocorrentes no meio urbano e periurbano⁴, na área conurbada de Florianópolis. As aplicações das entrevistas concentraram-se da seguinte forma: no município de São José, houve 3 entrevistas no bairro Sertão do Maruim e no município de Palhoça, houve 9 entrevistas, no bairro Guarda do Cubatão.

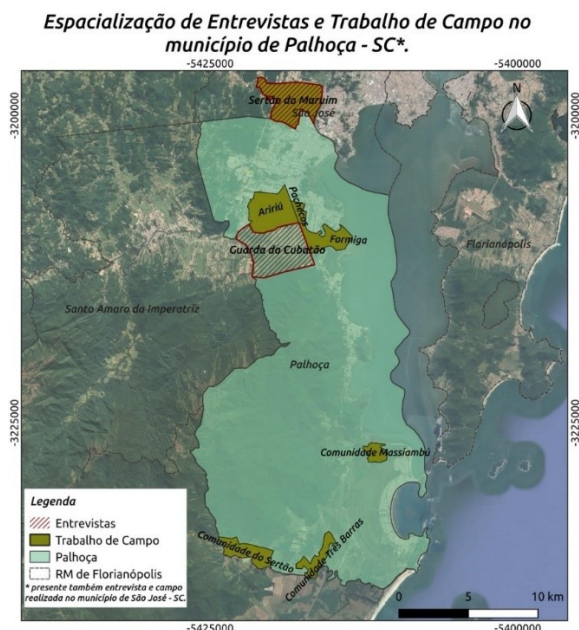
A escolha das aplicações das entrevistas foi feita de acordo com a maior logística entre as áreas agrícolas e também devido aos bairros que apresentavam concomitantemente intensa produção agrícola e atividade especulativa.

Foram então realizadas doze aplicações de entrevistas semiestruturadas, com os agricultores. Estes, em sua maioria, vivem de sua produção agrícola, no entanto apresentam dificuldades financeiras devidas principalmente à taxaço do IPTU⁵, mesmo em meio comprobatório de uso da terra destinado ao cultivo agrícola em solo urbano. O que resulta em uma preocupação, entre os produtores, forçados, muitas vezes, a obter um emprego extra na cidade e/ou realizar o arrendamento de terras. A realização do trabalho de campo e aplicações de entrevistas podem ser melhor observados no mapa 1 a seguir:

⁴ De acordo com Sánchez (2001) os espaços periurbanos são tanto aqueles que se encontram diretamente ligados ao urbano, com características de densificação do uso do solo entremeados por espaços rurais; como aqueles propriamente rurais, que se encontram inseridos na cadeia produtiva de produtos primários e se encontram a distâncias próximas às cidades, tendo funções relacionadas a essas cidades do entorno.

⁵ Através da aplicação de entrevistas aos agricultores, nos deparamos com três tipos de casos: aqueles que pagam o imposto sobre a propriedade territorial rural – ITR; os que pagam os dois tipos de impostos, o ITR e o IPTU; e os que pagam somente o IPTU. No entanto, de acordo com a lei nº 5.172 de 1966 (Art. 15) era estabelecido que, na área urbana, os imóveis/propriedades que são comprovadamente utilizados para exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial o ITR incide sobre o imóvel ao invés do IPTU.

Mapa 1 - Espacialização de Entrevistas e Trabalho de Campo no município de Palhoça



O mapa 1 a cima evidencia a espacialização das atividades práticas realizadas durante a pesquisa, sendo elas o trabalho de campo realizado no Bairro específico Sertão do Maruim no município de São José, e quanto ao município de Palhoça o trabalho de campo foi realizado nos bairros ao norte e ao sul do município.

Há um “contraste” existente entre a porção norte e sul do município, a qual a primeira se dedica à prática agrícola de alimentos hortifrutigranjeiros e se integra de forma intensa ao circuito produtivo, quanto a segunda apresenta extensas áreas que são incluídas à reserva ambiental, assim como áreas alagadas, além de manter o cultivo de produtos tradicionais como arroz, mandioca.

As aplicações de entrevistas semiestruturadas com os agricultores se concentraram nas localidades que estão inseridas ao circuito produtivo de forma mais intensa, além de abrigarem grande expansão especulativa da terra, como exemplo construções de condomínios.

O mapeamento foi desenvolvido no Laboratório de Estudos do Espaço Rural da Universidade Federal de Santa Catarina. Para tanto, foram utilizadas as cartas topográficas elaboradas pelo IBGE e através do programa Google Earth e, por meio de vetorizações, foram delimitadas as áreas com cultivos agrícolas, sendo eles horticultura, cultivo temporário, cultivo permanente e pastagens nos espaços urbano e periurbano.

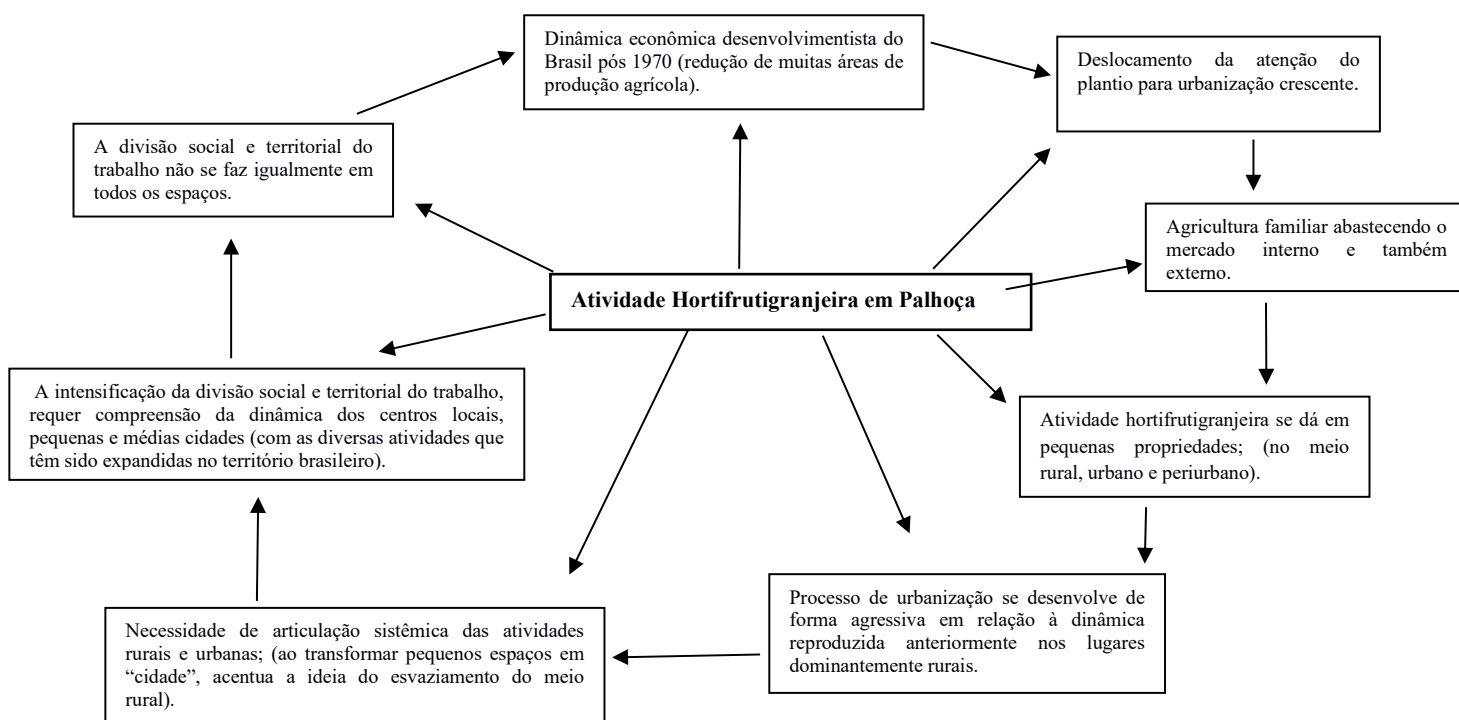
Salientamos, por fim, que este trabalho está integrado à pesquisa intitulada “Políticas públicas, mercados institucionais e agricultura urbana/periurbana”, que foi submetido ao Edital PGPSE n° 42/2014 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(CAPES) cuja realização compreende o prazo de 2017 a 2020. Projeto que integra três instituições: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Universidade Estadual Paulista – UNESP (Campus de Presidente Prudente) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

1.3. Plano de Investigação

O plano de investigação tem por finalidade traçar as principais temáticas que derivam e/ou compõem o objeto de estudo; além de ilustrar a sistemática presente na atividade hortifrutigranjeira abordada na pesquisa. O expomos a seguir, na forma de um fluxograma, na figura 1:

Figura 1 – As temáticas componentes do plano de investigação da pesquisa



Fonte: Produzido e organizado pela da autora.

O plano de investigação acima trata dos componentes socioespaciais que estão ligados direto ou indiretamente à atividade hortifrutigranjeira no município de Palhoça.

Inicialmente, o aprofundamento da dinâmica desenvolvimentista no Brasil após a década de 1970, levou a variadas mudanças, sobretudo econômicas, dentre elas o processo de

industrialização e urbanização. O primeiro pode ser evidenciado, por exemplo, através da mecanização do meio agrícola, fazendo com que maior quantidade de alimentos fosse produzida em menor espaço e tempo. O segundo pode ser evidenciado, por exemplo, através da expansão do perímetro urbano, seja pelo aumento de infraestrutura, construções, projetos condominiais, moradias, e o próprio parque industrial em si.

Esta conjuntura levou à intensificação da divisão social e territorial do trabalho, uma vez em que ocorre a transição de parte da população rural em direção ao urbano, e, por conseguinte, o trabalho desempenhado predominantemente passa a ser o não agrícola. No entanto, a agricultura se conjuga a este processo e a ele está articulada seja através das práticas desempenhadas no rural ou no urbano.

1.4. O Plano de Redação

A pesquisa está dividida em seis partes, sendo elas: a introdução, os três capítulos, a conclusão e as referências utilizadas.

O capítulo inicial retrata sobre o processo de urbanização de Florianópolis e entorno e suas consequências no meio rural, servindo de embasamento para os dois capítulos posteriores.

Trata-se de uma análise do processo de urbanização do espaço geográfico que compõe a área conurbada de Florianópolis (composta também por São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz) que vem sofrendo, principalmente após os anos 1970, considerando os processos econômico-sociais, aí se inserindo o êxodo rural, forte urbanização, especulação imobiliária, dentre outros elementos. Feita a análise deste processo de desenvolvimento da área conurbada, buscamos analisar as repercussões que tal processo de urbanização vem provocando sobre as atividades agrícolas ocorrentes no meio urbano e periurbano, seus efeitos no meio rural como um todo.

O segundo capítulo trata da atividade hortifrutigranjeira no município de Palhoça. Considerou-se inicialmente uma abordagem generalizante sobre a composição da produção hortifrutigranjeira no estado de Santa Catarina, priorizando a área conurbada de Florianópolis, e, posteriormente, tratou-se de seu desdobramento no município de Palhoça. Buscamos compreender a composição de toda dinâmica produtiva dos hortifrutigranjeiros e os processos que a ela envolve, como: a estrutura fundiária no município estudado, sua produtividade, comercialização, investimentos, e perspectivas futuras.

O terceiro capítulo evidencia a atividade hortifrutigranjeira especificamente realizada em espaços urbanos e periurbanos da cidade de Palhoça. Exploramos o conceito de

agricultura urbana e periurbana, a continuidade da produção rural no meio urbano do município; o processo do crescimento produtivo de cunho orgânico ou similar e o que ele representa para o município de Palhoça. Posteriormente tratamos da resistência produtiva frente ao processo de especulação imobiliária, sob uma escala local, analisando as propriedades que estão inseridas no meio urbano; e por fim as perspectivas futuras quanto à produção rural no meio urbano.

II. CAPÍTULO 1 – O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS E ENTORNO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO MEIO RURAL

Iniciamos a discussão ressaltando a realidade recorrente no espaço geográfico de Florianópolis e entorno, anterior ao aprofundamento da urbanização e o posterior delineamento do mesmo, acrescido à algumas repercussões que se deram no tempo e espaço.

Considerando a área litorânea catarinense como um todo, as iniciativas portuguesas para ocupar as terras do sul do Brasil, de acordo com Reis (2012), se deu a partir da fundação dos povoados de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco (atual São Francisco do Sul), Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis), e Santo Antônio dos Anjos da Laguna (atual Laguna), no século XVII.

As terras meridionais do Brasil eram vistas como ponto estratégico para apoiar a movimentação de navios com destino ao Prata e ao Oceano Pacífico, local de passagem de navegantes de diferentes origens.

A partir de meados do século XVIII aprofunda-se a ocupação do espaço litorâneo catarinense, com maior profundidade justamente a partir da Ilha de Santa Catarina (onde se localiza a maior parte da cidade de Florianópolis)⁶, através do povoamento com população advinda do arquipélago dos Açores. De acordo com REIS (2012, p. 36),

Esta ocupação do interior insular se configura um dos exemplos no Brasil Colônia de povoamento por pequenos lavradores, no qual a estrutura territorial decorrente deste movimento migratório apresenta características que possuem grande singularidade: na forma e distribuição dos núcleos agrícolas e pesqueiros; na ocupação rural em minifúndios de particular geometria; na densa rede de caminhos que articula o conjunto; na manutenção de grandes áreas em estado natural, muitas delas destinadas à utilização coletiva.

⁶ Visto que cerca de ¼ de sua população habita o subdistrito do Estreito, localizado na área continental do município.

O povoamento açoriano se dá entre 1748 e 1756 com cerca de seis mil pessoas, que se espalharam por alguns pontos do litoral catarinense, alcançando até o Rio Grande do Sul (área de Porto Alegre e litoral norte).

A partir da chegada dos açorianos desenvolveu-se, na Ilha de Santa Catarina e no continente próximo, uma economia baseada em uma estrutura agrária de pequena propriedade e no trabalho familiar. Este fato requer ser ressaltado, em função de sua diferenciação do modelo colonial vigente no país representado pelo latifúndio canavieiro escravista e exportador.

A base produtiva desta economia era caracterizada pela agricultura de cunho policultor, destacando-se o cultivo da mandioca, além do milho, cana de açúcar, café, algodão, feijão e arroz. Conforme aponta REIS (2012, p. 67) a essas culturas se somaram atividades manufatureiras executadas na propriedade, como os engenhos de farinha e de açúcar, alambiques, curtumes, produção de tecidos (em teares familiares), móveis, utensílios caseiros, ferramentas, cerâmica, e a pesca artesanal.

No que se refere à estruturação territorial da ocupação agrícola da Ilha de Santa Catarina é necessário ressaltar a existência de uma grande quantidade de terra mantida em sua forma original.

Segundo o autor anteriormente citado estas áreas destinadas ao uso comunitário (terras de uso comum) situavam-se em terras consideradas impróprias⁷ para usos agrícolas, constituindo um “suplemento” das propriedades privadas, ou seja, existia uma indefinição dos limites entre as áreas dos terrenos comunais e os privados. Estas terras eram utilizadas para pastagem, agricultura, corte de lenha e madeira, além de realização de festividades como, por exemplo, a brincadeira do boi, conforme evidenciado em CAMPOS (1991, p.105), segundo o qual:

A ilha de Santa Catarina foi talvez a área do estado onde as terras de uso comum ocorreram com maior frequência. Toda localidade possuía alguma área comunal que podia utilizar, mas que não se localizava necessariamente junto a ela. Esta forma de utilização da terra ocorreu com frequência entre o pequeno produtor açoriano e durou até algumas décadas atrás.

Este autor afirma ainda que a presença de terras de uso comum servia como formas alternativas de sobrevivência, pois, complementavam as necessidades de grande parte de produtores, sobretudo os de pequeno porte com reduzidas condições econômicas.

⁷ Refere-se a pouca qualidade para a produção agrícola, mas não impraticáveis.

Aliado a tudo isso ocorre também no século XVIII o desenvolvimento da atividade econômica baleeira, tanto na Ilha quanto no litoral de Santa Catarina, que, assim como a economia açucareira e outras, era dominada por grandes capitais e plenamente interligada aos ditames do mercantilismo luso; fortemente apoiada na mão-de-obra escrava e se constituindo em importante produto de exportação da Colônia.

A esta época a região do Planalto catarinense, segundo afirma CAMPOS (2011) era desenvolvida a atividade tropeira, tanto por grandes trajetos sul-norte alcançando até Minas Gerais, quanto no comércio de gado vivo e transporte muar com cargas, fomentando importante atividade comercial no sentido oeste-leste (Planalto-Litoral e vice-versa), responsável por vender e/ou comprar certa variedade de produtos como alimentos, vestimentas, ferramentas. Estas atividades passam a adquirir maior representatividade posteriormente com a intensificação do processo de imigração pós século XIX ocupando os inúmeros vales que desembocam no Atlântico.

O porto de Desterro concentrou a exportação da maior parte dos produtos da região como a farinha de mandioca, milho, arroz, café e feijão para mercados nacionais. De acordo com CAMPOS (2013, p. 8) este comércio tomou impulso após meados do século XIX com a imigração europeia de germânicos, italianos e eslavos, nos vales litorâneos, excedendo a economia rural das populações de gênese açoriana do litoral catarinense.

Há que se salientar que os colonos açorianos recebiam pequenas extensões de terras, que resultaram em propriedades exíguas com a prática da divisão das terras entre os herdeiros (REIS, 2012, p. 80). Este autor acredita que este subdimensionamento da propriedade rural insular tem sido colocado como uma das causas fundamentais da posterior decadência da produção agrícola estabelecida na Ilha de Santa Catarina.

Seja em função da origem humilde dos camponeses colonizadores do interior insular, seja devido à divisão fundiária, realizada através de lotes pequenos e mal distribuídos, o fato é que, contrariamente ao ocorrido em outras áreas do Brasil colonial, aqui o campo sempre esteve à mercê da cidade: inicialmente pela burocracia e da oficialidade representativas do poder da metrópole a que se uniram, posteriormente, os comerciantes estabelecidos na vila do Desterro. Destaque-se que até meados do século XX, houve uma clara dicotomia socioeconômico-espacial entre os núcleos de colonização açoriana (as freguesias do interior) e o centro urbano da capital. No interior, a existência de uma economia de autossuficiência, através da pequena produção doméstica – agricultura, pecuária, produção artesanal; no centro os funcionários, os militares e os comerciantes (REIS, 2012, p. 61).

Mais do que chama a atenção o autor em relação ao subdimensionamento da propriedade, a pressão exercida sobre o produtor rural pela burocracia estatal em seus diferentes níveis, exigindo requisições de produtos e soldados; como também da parte do

comerciante local, uma espécie de atravessador, foi muito mais contundente em seu processo de decadência econômica.

Alie-se também o fato de que com a decadência das atividades portuárias, Florianópolis deixou de ser um centro exportador da produção agrícola e industrial da região, tendo sido também, de certa forma, afetado por sua posição geográfica insular em relação à nova rede de transportes que estava em ascensão: a rodovia.

No que concerne ao espaço rural catarinense, CAMPOS (2013), afirma que em sua totalidade e dinamicidade expõe uma série de transformações, que muitas vezes reproduzem mais os interesses ou contextos nacionais e/ou mundiais do que os propriamente regionais.

Esta conjuntura é regida sob uma ordem, uma geometria do poder⁸, em que fazem parte países externos, além de grande interesse dos bancos em financiar técnicas agrícolas universais, ou seja, o rural se torna subordinado à imposição do processo de modernização ditada pelo capital. Saliente-se, todavia, que foi através e por meio do campo que foi possível o início do processo de urbanização⁹.

As práticas sociais não se dão de forma independente na configuração espacial e que, portanto, de acordo com REIS (2012), o espaço urbano apresenta um papel influente no cotidiano das sociedades. Isto é, embora não determine comportamentos ou modos de vida, o espaço urbano efetivamente estabelece um determinado número de opções quanto a possibilidades, usos e significados.

O referido autor (p. 36) ainda alega, no que diz respeito à configuração do território¹⁰ de Florianópolis, que a Ilha podia ser dividida em duas porções claramente diferenciadas: a área central, onde se localizam as funções urbanas características da cidade enquanto capital da capitania, depois província, e atualmente estado (atividades político-administrativas, comerciais e de serviços) sendo o ponto que mais se aproxima do continente, e o interior, sediando as atividades agrícolas e a pesca artesanal. Nisto, ele complementa ao dizer:

O gradativo parcelamento das propriedades rurais, de forma independente umas das outras, permite a recomposição do parcelamento original, numa situação em que as formas estabelecidas com o uso rural do território permanecem na ocupação urbano-turística do presente (REIS, 2012, p. 82).

⁸ Termo elaborado por Doreen Massey, 1991.

⁹ De acordo com Santos (2012, p. 59) as cidades puderam formar-se graças a um determinado avanço das técnicas de produção agrícola, que propiciou a formação de um excedente de produtos alimentares. Com a existência desse excedente, algumas pessoas puderam dedicar-se a outras atividades, sendo a cidade, predominantemente, lugar de atividades não agrícolas.

¹⁰ Termo empregado com a finalidade de ressaltar os diferentes conflitos de interesses, quanto ao uso do espaço e as diferentes sobreposições de poder sobre ele.

Este fator que REIS argumenta pode ser observado na figura a seguir, que retrata o chamado “*habitat rural açoriano*”, observando-se que o futuro delineamento urbano das vias e lotes segue o padrão dos lotes rurais, estreitos e compridos, separados por ruas estreitas, as conhecidas *servidões*, originárias muitas vezes de acordos entre vizinhos.

Figura 2 – Habitat Rural Açoriano



Fonte: Atlas Geográfico de Santa Catarina, 1958.

A grande e abrupta transformação de Florianópolis, essencialmente a partir da década de 1970, tem o turismo como um de seus principais vetores, pois serviu e serve para a geração e ampliação de capital e, sobretudo, investimentos. Estes, por sua vez, ficaram concentrados em ramos específicos ligados à tecnologia, deixando a desejar quanto aos setores de serviços, infraestrutura e acessibilidade, por exemplo, além da ausência de um planejamento efetivo que atenda a atividade turística em relação aos impactos, sejam ambientais e/ou sociais.

Portanto, o entendimento do que ocorreu com Florianópolis e sua área de entorno exige um enfoque espaço-temporal, que como dizia SANTOS (1980), se faz de extrema importância estudá-los de forma contígua, afinal, estudar o espaço isoladamente e o tempo isoladamente é insuficiente para a compreensão da realidade. Por sua vez, HAESBAERT (2011, p.166) traz uma contribuição quanto à modernização, que muitas vezes é avassaladora

e impõe sua “*geometria regular*” sobre todos os espaços, sejam através de estradas, loteamentos, conjuntos habitacionais uniformes, etc.

Trata-se de espaços que são arrasados e padronizados à feição do modelo dominante, e rompe-se com sua história e identidade. Neles, a velocidade atroz das novas tecnologias transforma num ritmo alucinante a paisagem e incorpora áreas imensas numa mesma rede hierarquizada de fluxos, organizadas em escalas que vão muito além dos níveis local e regional.

O referido autor afirma que este processo se reflete também nos produtos agrícolas, pois ocorre um processo que ele chama de “*desenraizamento*”, em que os cultivos não são mais determinados pela sua territorialidade, afinal planta-se qualquer espécie de leguminosa ou hortaliça em qualquer época do ano e lugar. O que viabiliza a manutenção de uma administração globalizada.

O mesmo complementa ao dizer que as redes e territórios pressupõem sempre um ordenamento, dentro ou fora da ordem hegemônica, no entanto as diversas relações sociais e de poder não necessariamente as cumprem, mas sim as extrapolam. Fazendo com que mantenha viva a pluralidade de vivências e a “*justaposição e não sobreposição*” de interesses e poderes. A modernização dita e induz à boa parte das ações e interesses, mas não o todo.

A maior e principal problemática consiste não no avanço do que é considerado moderno, mas no seu modo compulsório de se instalar, viabilizado por uma classe social hegemônica. No entanto, ainda assim, os espaços se mantêm vivos, seja no meio rural ou urbano, por meio de elevada parcela da população, que não é contemplada pelos benefícios da modernidade e não são atendidas quanto às suas necessidades. Sendo assim, a expansão dos projetos de modernização inclui apenas uma parte da população em sua lógica, o que resulta na produção e reprodução de desigualdades, sejam elas de vivência, salários, trabalhos e oportunidades para uma maioria de desfavorecidos.

2.1. Florianópolis e a “Industrialização do Campo”

O forte movimento de urbanização verificado após o fim da Segunda Guerra Mundial é acompanhado de um elevado crescimento demográfico no Brasil. Para SANTOS (1998) isto é corroborado pela queda na taxa de mortalidade associada ao aumento na taxa de natalidade devido o progresso na área sanitária e uma melhoria na qualidade de vida.

O progresso da industrialização levou à necessidade de um mercado de bens e serviços que tiveram influência direta na formação do sistema urbano e processo de

urbanização, porém este se deu desigualmente, concentrando-se primeiramente na região do Rio de Janeiro e depois em São Paulo.

Devido à consolidação da modernização do campo e do processo de industrialização na área centro-sul do país, nota-se um intenso fluxo migratório que esteve presente nesta região em busca de emprego nas indústrias. Entretanto, o aumento da oferta de contratações pelas indústrias e outros setores, não acompanhou o aumento da mão de obra disponível e o desemprego tornou-se um reflexo da dinâmica econômica excludente, agravada pela falta de planejamento urbano adequado e exigência de melhor qualificação da mão de obra nos setores secundário e terciário na região centro-sul após a década de 1950.

De acordo com SOUZA (2011, p. 31) somado aos dados relativos dos municípios da região de Palhoça, verifica-se a existência de uma divisão territorial do trabalho: a capital desenvolvendo atividades ligadas ao setor de serviços e ao comércio com inexpressiva atividade agrícola, enquanto os municípios vizinhos, em especial o município de Palhoça, tinham nas atividades primárias sua principal função econômica.

Assim, segundo o mesmo autor, o município destacava-se na produção e na transformação dos produtos agrícolas, como a mandioca, principalmente, além do açúcar e do milho. Já a pecuária tinha como principais atividades a criação de gado e aves (IBGE: 1950). Em todas as culturas, o município detinha as maiores taxas de produção em relação aos demais municípios da região, conforme pode ser observado no Quadro 2:

Quadro 2: Transformação de Mandioca e Cana-de-açúcar no ano de 1950

SC / área conurbada e municípios separadamente ¹¹	Quantidade transformada em tonelada: mandioca e cana-de-açúcar – artesanal (em toneladas)	
	Farinha de Mandioca	Açúcar
Estado	283.111	313.596
Área Conurbada	41.631	46.576
Palhoça	20.915	17.027
São José	8.571	13.043
Florianópolis	4.947	1.023
Biguaçu	7.197	15.489

Fonte: IBGE, recenseamento econômico de 1950.

¹¹ O município de Santo Amaro da Imperatriz obteve sua emancipação somente no ano de 1958, quando então pertencia à Palhoça.

Apesar de Palhoça assentar sua economia principalmente na agricultura, alguns produtos não agrícolas merecem destaque durante a década de 1950, como a produção das águas minerais naturais, a produção de tijolos, a produção de caixas de madeira e compensados (IBGE: 1950).

Como se percebe, no quadro anteriormente exposto, até o ano de 1950, Palhoça tinha, em relação aos municípios circunvizinhos e ao estado, um espaço com características predominantemente agrícola, permanecendo na sua economia o beneficiamento de produtos que em outras áreas já haviam entrado em processo de declínio, como a farinha de mandioca e a cana de açúcar (SOUZA, 2011, p. 31). Esta situação de predomínio da população rural em relação à população urbana, com a concentração das atividades rurais, dificultou a transição da pequena produção mercantil para uma produção já predominantemente capitalista.

Para CRUZ (2009), a presença de imigrantes alemães nos municípios da região de Florianópolis, entre as quais se cita o município de Palhoça, incorporou a produção de mandioca e cana-de-açúcar. Eles por sua vez a teriam modernizado em seu processo produtivo favorecendo a permanência da atividade na região.

Todavia, o que se percebe é que o processo, cada vez mais de cunho capitalista, passa a aprofundar uma nova dinâmica econômica e urbana, sobretudo com a gradual possibilidade de inserção da economia local/regional em relação ao grande centro consumidor nacional, em especial a São Paulo, determinando uma nova divisão territorial do trabalho.

Nas palavras de MARCON (2000, p.125), Santa Catarina passa a ser “*inserida nesta divisão inter-regional do trabalho, atendendo às exigências do centro econômico, representado por São Paulo, para lá encaminhando mais de 40% de suas exportações na década 1950*”. A autora alega ainda que é preciso ressaltar que no estado catarinense, independentemente da concentração industrial de São Paulo, já existia, internamente, desde o início do século XX, iniciativas industriais desenvolvidas, provenientes sobretudo dos descendentes dos imigrantes germânicos e italianos, que paulatinamente foram se transformando em unidades industriais mais complexas.

Desta forma quando o processo de urbanização e industrialização se acentua na década de 1950, principalmente em São Paulo, sendo que as indústrias catarinenses já eram altamente competitivas possibilitando atender aquele mercado consumidor.

A ação estatal, em Santa Catarina, teve suma importância na formação de um parque industrial no estado, e mesmo que o desenvolvimento industrial tenha se concentrado principalmente em Blumenau e Joinville, sua ação industrializante acabou repercutindo em todo território catarinense. MAMIGONIAN (2000) destaca que apesar do processo de

industrialização não estar consolidado na década de 1950 no território catarinense, em alguns municípios, a realidade, de antemão, era outra.

De acordo com sua análise, as cidades de Blumenau e Joinville já eram notoriamente industriais e a indústria catarinense se encontrava em plena expansão, inclusive superior à média brasileira. Florianópolis estava muito distante de ser uma cidade polo, pois as grandes indústrias e outras atividades econômicas de porte estavam instaladas e espalhadas pelo interior do estado, e seu setor terciário não havia se modernizado.

Neste direcionamento CAMPOS (2013) alega que as especializações de suas regiões, que tinham na exportação de matérias primas para além do estado catarinense um de seus principais setores econômicos, veem-se ainda mais reforçadas em sua autonomia, à medida que se fortalece o setor industrial. Outro fator contribuinte é que as principais rodovias serviam para ligar o extremo sul ao centro nacional, às regiões produtivas do estado e também ao mercado externo. A economia catarinense se integrou de forma efetiva com o centro dinâmico nacional.

O processo de industrialização se repercute no meio urbano catarinense e brasileiro como um todo, conforme analisado até o momento, mas também em seu meio rural. A chamada “industrialização do campo” afetou a estrutura fundiária, gerando maior concentração de terras e mudanças nas relações de produção, resultando na diminuição do número de pequenos proprietários/agricultores e o aumento do número de trabalhadores assalariados.

Segundo CORRÊA (2011), a demanda por bens e serviços foi ampliada, tanto no início da cadeia produtiva (sementes, adubos, inseticidas, maquinário, assistência técnica), como ao final (beneficiamento, embalagens e transformação). Estas premissas tem feito aumentar a dependência da agricultura em relação à indústria e por vezes se tornando parte desta. Assim as relações entre o urbano e o rural perderam muitas das características que possuíam anteriormente, como bem especifica o autor:

A industrialização do campo afetou também a paisagem agrária, diminuindo a presença dos diversos estágios de capoeiras, eliminando o habitat rural concentrado, criando uma paisagem vazia de homens. A emigração para a periferia urbana, tanto das metrópoles, cidades médias e pequenas, para a fronteira de povoamento ou de modernização ou para acampamentos do MST (CORRÊA, 2011 p. 09).

Nesta direção em que a agricultura passa a ser um tipo de mercado como qualquer outro, ocorre a desvinculação da produção agrícola do consumo prioritariamente alimentar. A produção agrícola se converte num setor da produção industrial, subordinada aos seus imperativos, submetida às suas exigências. (LEFREBVRE, 2008, p. 15). Ou seja, a atividade

que inicialmente tinha por definição e função social alimentar, passa a ter por objetivo o lucro.

O autor SANTOS (2012, p. 90) complementa a discussão ao afirmar que com a evolução dos sistemas de engenharia, não só a agricultura, mas a própria noção de tempo muda: o tempo da produção, o tempo da circulação, o do consumo e da realização da mais valia. Quanto mais se evoluem os sistemas de engenharia, mais coisas se produzem em menos tempo; levando à alteração da relação capital-trabalho e da estrutura profissional.

Conhecida como “modernização conservadora”, privilegiou principalmente proprietários fundiários e capitalistas, levando à expulsão de parte da população rural, que acaba por se dirigir às cidades. Com a modernização dos setores tradicionais, a diversificação da produção, a concentração e a centralização do capital fizeram com que as grandes empresas comandassem o processo de acumulação, e estas, conjuntamente com o governo nacional e estadual, alcançaram as condições necessárias para expansão e a distribuição da produção.

Mesmo com o processo de eliminação de postos de trabalho rurais devido à mecanização de maior parte no processo produtivo, pode-se afirmar que a sustentação do nível de ocupação e emprego no meio rural catarinense depende da dinâmica da agricultura familiar. Isto porque a agricultura monocultora em grandes propriedades, respondeu por apenas 18% da mão-de-obra ocupada no setor, enquanto a pequena produção agrícola foi responsável por 82% (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

A expansão do processo de urbanização e crescente especulação imobiliária culminaram com êxodo das populações provenientes do campo e de certa forma com a persistência da pobreza, fator este diretamente associado à concentração de terra.

De acordo com SANTOS (2008, p. 41) no Brasil, na década de 1960, 89,3% dos estabelecimentos rurais com menos de 100 hectares representavam 20,2% das superfícies e 44,6% com menos de 10 hectares reuniam 2,2% das superfícies. Por outro lado 0,9% das propriedades com mais de 1000 hectares reuniam 47,3% da superfície total.

Deste modo 32.825 proprietários possuíam quase a metade da superfície das propriedades agrícolas brasileiras, enquanto os outros 3.316.599 dispunham apenas de 52,71%. Os migrantes, cada ano mais numerosos, tentam encontrar uma alternativa nas cidades. Isso explica um crescimento urbano superior a 10% anuais em vários centros regionais e de 6% nas grandes metrópoles, enquanto o número de empregados e subempregados aumenta num ritmo ainda maior.

A proporção em que o campo se moderniza, ocorre uma expansão do consumo produtivo, isto é, o consumo de máquinas, equipamentos, sementes, insumos químicos, dentre outros necessários à produção propriamente dita, cuja demanda é heterogênea segundo os subespaços. “O consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, as adapta”, podendo-se considerá-las como cidades do campo, já que afeiçoadas ao atendimento das demandas do campo (SANTOS, 1993, p. 50).

Houve mudanças quanto à articulação das atividades no meio urbano, assim como a permanência de comportamentos tradicionais e ambos estão ligados ao meio agrário em que se localizam. De acordo com o pensamento de Milton Santos, aliado aos trabalhos de campo realizados, o rural é colocado em segundo plano, como sendo parte periférica do urbano. Talvez pelo fato de a atenção estar dedicada principalmente às grandes propriedades/proprietários agrícolas e ocorrer a marginalização do pequeno produtor, aliado ao pensamento que o setor de serviços, comércio e indústria são mais modernos, gerando mais empregos, havendo assim o aumento da demanda por estes setores, e por consequência o inchaço populacional nas cidades.

Ao transformar os pequenos espaços agrícolas (que recebem políticas de urbanização) em “cidade”, acentua-se a ideia do esvaziamento e perda da essência do meio rural (como a taxa de IPTU em propriedades que ocorrem o cultivo agrícola, por exemplo). A agricultura ocorre sim nos espaços urbanos, provando que as cidades não são em totalidade urbanas¹². Em consequência, é grande a dificuldade de entender a problemática “rural” como um objeto que é desqualificado por parte das instâncias públicas enquanto quesito em investimentos e desenvolvimento de políticas que atendam este segmento (CAMPOS, 2013).

A modernização também é responsável por redefinir a ligação campo-cidade quanto ao lugar do agricultor na sociedade, à sua importância social, cultural e política. De acordo com Wanderley (2004) a permanência no meio rural implica escolhas complexas, que envolvem os projetos familiares e as relações que se estabelecem entre a sociedade e a vida local e que traduzem as expectativas geradas e as possibilidades de emprego, de educação para os filhos, de acesso aos bens e serviços básicos.

Diante do avanço do processo de intensificação da divisão social e territorial do trabalho, que segundo SPOSITO (2006, p. 116) “*a divisão territorial do trabalho mais*

¹² O município de Palhoça é considerado pelo IBGE (2010) como 98,46% urbano, no entanto ao realizarmos o levantamento bibliográfico, como, por exemplo, os trabalhos de José Eli da Veiga, o mapeamento das áreas agrícolas da Grande Florianópolis, somada às atividades de campo, ratificamos que os dados apresentados pelo órgão possuem resultados duvidosos, e o que possivelmente acontece é um interesse por parte do município em aumentar o perímetro urbano, para maior arrecadação de IPTU.

elementar é a que se estabelece entre a cidade e o campo”, entender a dinâmica dos centros regionais, e médias cidades, tornam-se importantes na medida em que diversas atividades têm sido expandidas no território brasileiro.

A autora ainda ressalta que a divisão social e territorial do trabalho não se faz igualmente em todos os espaços, sendo nas cidades que os conflitos imanentes à diferenciação social emergem com mais força. É nelas e por meio das formas de produção e apropriação do espaço, que as contradições de uma sociedade de classes se expressam de forma mais contundente, pois a concentração gera proximidade que, por sua vez, propicia a revelação das diferenças compreendendo uma combinação de fatores como demografia, modernização da agricultura, transporte, indústria, investimentos.

Não obstante, a economia regional catarinense foi caracterizada por atividades altamente concentradas no setor primário, embasadas na predominância da população rural sobre a urbana, o que foi se alterando ao longo do tempo. A transformação da atividade agrícola de subsistência para a geração de excedentes a serem comercializados acentuou-se de acordo com o aprimoramento da tecnologia. Os agricultores puderam desenvolver-se através de programas governamentais específicos conjugados aos planos de obras, destinadas a criar a infraestrutura para melhorar o desempenho da região e do estado.

De acordo com PEREIRA (2007) a partir de 1940 inicia-se o processo de modernização do Brasil¹³. Tomando como exemplo as cidades catarinenses que mais se expandiram nos chamados “vales litorâneos”: Joinville, Brusque, Blumenau e Criciúma, altera-se o que era tido como artesanato familiar, para atividades industriais como fábricas de tecidos, móveis, cerâmicas, máquinas, componentes eletrônicos, eletrodomésticos. Já no planalto norte e região oeste, as propriedades familiares de pequeno e médio porte concentram-se nos complexos agroindustrial (milho, soja, trigo, suínos, aves e carnes industrializadas) e madeireiro.

O governo estadual incentivou a instalação de novas indústrias no Oeste e isto talvez seja um fator que influenciou o crescimento da população e sua posterior dependência ao setor secundário. Argumenta PEREIRA (2007, p.77) que em 1960, 6% da população do Oeste dependiam do setor agroindustrial e em 1970 o número se elevou para 11%. A infraestrutura produtiva para o escoamento da produção precisa estar ligada com as habilidades da mão de obra, seja ela mais, ou menos, qualificada, de modo a atender aos pré-requisitos que cada função exige, considerando a tecnologia disponível e em uso.

¹³ Questão esta relativa, pois, a dita modernização, não ocorre por igual em todos os tempos e lugares.

“Nas décadas de 1960 e 1970 também ocorreu uma ampliação significativa na fronteira agrícola no estado, concentrada principalmente no Oeste. Da área total da região, 82% eram utilizados em atividades agrícolas. No estado como um todo a área era de 72%” (PEREIRA, 2007, p.112). Consideravam-se como terras destinadas às atividades agrícolas aquelas ocupadas por lavouras permanentes e temporárias, pastagens naturais e artificiais, matas naturais e reflorestadas, além das terras em descanso.

A modernização da agricultura permitiu que houvesse o uso e manejo de equipamentos para a realização do plantio e criação de animais, fazendo com que ocorresse um aumento da produtividade tanto agrícola como pecuária em menor porção de terra e em menor tempo o que reflete tanto a diminuição de terras agricultáveis, sobretudo às pequenas propriedades, como a aceleração e aumento da produção visando maior lucratividade.

O uso de maquinários que passam a facilitar o desempenho do trabalho, não chega a todos os agricultores, ficando assim restritos aos maiores detentores de terra e renda. Afirma SANTOS (2012, p. 87) que *“quem menos tem poder de movimento mais depressa vê desvalorizar-se seu produto e seu meio de trabalho”*. Esta afirmação se concretiza ao tratar da realidade de muitos agricultores familiares ao apresentarem grande perda de suas lavouras por ausência de instrumentos atenuantes que protejam quanto às intempéries do clima, por apresentarem dificuldades quanto ao armazenamento de seus produtos, os altos preços exigidos pelas redes de supermercados, ao comercializarem os alimentos, com um índice mínimo de lucratividade e o desinteresse por parte dos filhos para darem continuidade ao trabalho agrícola.

A diversidade de implementos criados que instrumentalizaram e modernizaram a agricultura possuem grande relevância, sobretudo por facilitar o desempenho do trabalho no meio agrícola. Por sua vez grande parte dos agricultores não consegue ter o acesso a esta instrumentalização de modo a beneficiá-los, resultando em casos de endividamentos. Portanto, faz-se necessário maior equidade quanto ao uso de tecnologias como maquinários, infraestrutura, acesso a investimentos, para um maior beneficiamento da produtividade, sobretudo aos produtores de pequeno porte que são os que menos os acessam.

2.2. O avanço da urbanização pós 1970 em direção às áreas agrícolas

A efetiva integração rodoviária da cidade de Florianópolis à rede urbana nacional aconteceu a partir da década de 1970 com a construção da BR-101 e posterior construção da BR-282. Esta integração, associada a uma considerável ampliação da classe média urbana, colaborou para o desenvolvimento do turismo na Ilha de Santa Catarina. Todavia, alerta

PELUSO JR (1981) que, em termos de urbanização de Florianópolis, se faz necessário ressaltar desde a década de 1960, pois ocorreu na capital um expressivo crescimento do setor estatal, através da implantação, na cidade, da sede de grandes organismos públicos, entre os quais a criação da Universidade Federal de Santa Catarina.

De acordo com CAMPOS (2013) entre o final da década de 1950 e início da década de 1960 houve o notável aumento da população de Florianópolis, principalmente dentro do perímetro da capital. Isto levou à expansão da indústria da construção civil, atraindo moradores tanto da zona rural do município, quanto de outros espaços geográficos da região e estado. Embora tal processo tenha atraído a população de rendas mais elevadas, foi também responsável pelo aumento, ainda pequeno no início, mas que se aprofunda com o tempo, do número de bairros com população de baixa renda, assim como o deslocamento populacional para as cidades do entorno devido ao aumento do preço das terras em Florianópolis.

Neste direcionamento PELUSO JR (1981, p. 340) afirma que são criados variados órgãos para gerir o crescimento e desenvolvimento da capital dentre eles: as Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC, Banco de Desenvolvimento do Estado - BADESC, Banco do Estado de Santa Catarina – BESC, Banco Regional do desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul – CODESUL e, Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – FUNDESC.

O autor afirma ainda que em 1970 o processo de urbanização se intensifica, resultando na construção de vários aterros na ilha de Santa Catarina, fazendo com que supostamente desaparecessem os entraves à ocupação dos terrenos pela expansão urbana. Nesta década são criadas também: Centrais Elétricas do Sul Brasil S.A - ELETROSUL, Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico – CEDE, Fundação Instituto Técnico de Economia e Planejamento – ITEP, Companhia Distrito Industrial Sul Catarinense – CODISC, Fundo Estadual de Assistência Rodoviária – TEAR, além do aprofundamento da atividade turística, na qual ocorre vasta divulgação da Ilha de Santa Catarina.

Em 1980 ocorre a construção de megaprojetos como o Jurerê Internacional e o Resort Costão do Santinho. Neste sentido Palhoça se insere com a gradual urbanização de antigos espaços rurais, como Passa Vinte, Guarda do Cubatão e Barra do Aririú. Há a criação da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, unidade Pedra Branca, fazendo com que algumas classes sociais ficassem/permanecessem no continente.

Neste contexto, Florianópolis e os municípios vizinhos sediaram um grande crescimento populacional, sobretudo após a década de 1990, sendo os principais fatores responsáveis: o processo de urbanização, a intensa especulação imobiliária, grande atividade

turística e expansão dos setores de serviços e comércio. Sendo estes fatores responsáveis por intensa modificação do espaço, no âmbito ambiental e social¹⁴, além da mudança das atividades que eram anteriormente desempenhadas. Esta dinâmica é complementada por REIS (2012, p. 63) ao argumentar que:

O crescimento das atividades urbanas e turísticas gerou ações de diferentes escalas: de grandes extensões urbanas de caráter privado, nascidas de projetos globais e expansões de caráter espontâneo, configuradas a partir de sucessivos fracionamentos de propriedades agrícolas originais. Algumas dessas expansões têm sofrido processos de planejamento por parte da municipalidade, porém, em sua maioria são de caráter ilegal. Papel especial está reservado ao poder público, viabilizador de todo o crescimento por meio das grandes inversões em infraestrutura.

O modo como este desenvolvimento vem ocorrendo está longe de um processo efetivo de ordenamento territorial urbano que integre ações individuais em um projeto coletivo de cidade, seja por fragilidades dos planos e as formas de controle existentes, seja pela informalidade dos processos em curso. De acordo com REIS (2012) esta reprodução é acrítica, rodeada por imagens de modelos urbanos e turísticos estrangeiros (principalmente norte-americanos e europeus), que vêm configurando morfologias urbanas e territoriais incoerentes ao meio insular, em termos ambientais e urbanísticos.

Neste contexto SUGAI (2015, p. 25) contribui ao dizer que nesta construção hegemônica de “*cidade-empresa*” revela-se a desterritorialização e a despolitização da cidade, ao desconsiderar os contextos sociais, a identidade política e as singularidades locais, e ao consagrar a ideia de uma cidade-modelo supostamente unificada e de aparência universal.

Há necessidade de a cidade estabelecer uma relação equilibrada com o espaço em que se insere, é um fator básico de sua atratividade urbana e turística. Como exemplo é o grande número de restaurantes que apresentam funcionamento indevido no que se refere às normas de vigilância sanitária, preservação ao ambiente, principalmente à água e falta de cumprimento aos direitos trabalhistas (de acordo com as informações de noticiários, jornais da região e a própria vivência na cidade de Florianópolis e visitas às cidades do entorno).

A elaboração de possibilidades e limitações, principalmente à expansão e atividades urbanas em direção às áreas de reservas ambientais são comumente necessários, bem como a regulação aos crescimentos contemporâneos no tocante às formas de expansão da cidade.

É preciso formular alternativas ao futuro através dos indicativos das estruturas, demandas e problemáticas presentes. REIS (2012) afirma também que, a formulação de

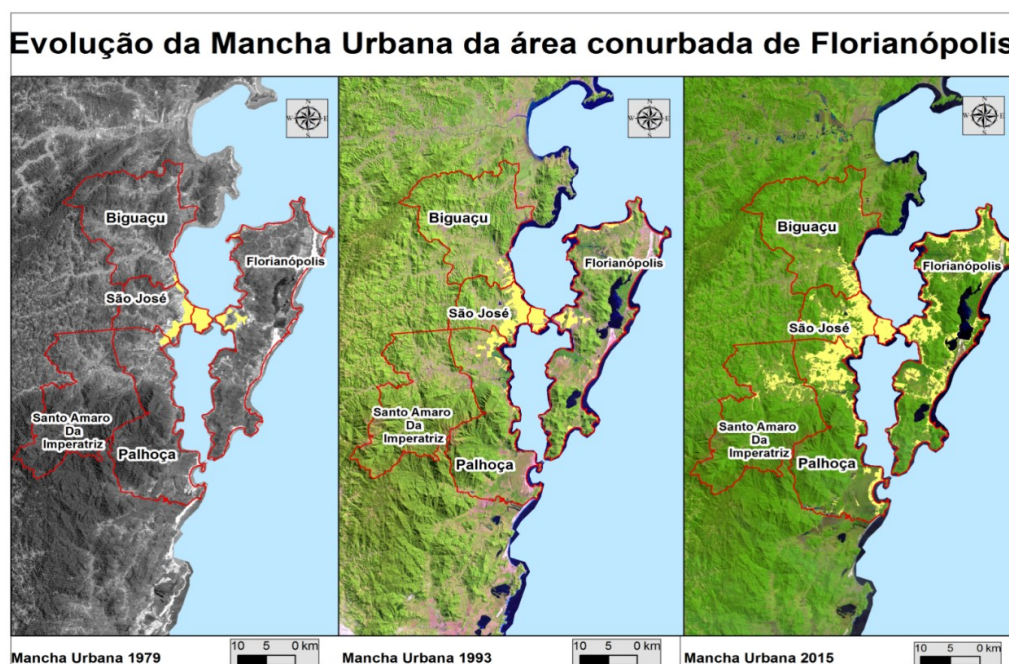
¹⁴ Estrutura, mobilidade, preços de imóveis, assim como os de bens duráveis ou não duráveis e também a diminuição das diversas manifestações culturais que existiam.

alternativas urbanísticas para a qualificação deste processo exige entender as diferentes formas de crescimento ocorrentes, a maneira como as lógicas territoriais preexistentes vêm pondo limites e possibilidades a esses crescimentos, bem como as morfologias urbanas resultantes e o modo como se relacionam com o espaço.

De acordo com o delineamento da realidade urbana modifica-se as relações sociais, sendo necessário tratarmos do intenso movimento migratório, principalmente no final da década de 1970, que fará as cidades do entorno de Florianópolis crescerem e se desenvolverem. Conforme afirma SUGAI (2015, p. 80) a maior parte da população migrante que se dirigia à capital em busca de trabalho acabava instalando-se na área continental de Florianópolis e nos municípios vizinhos, em função do maior custo dos terrenos na ilha.

Como forma de auxílio para a compreensão desta problemática, segue a figura 3 que evidencia a evolução da mancha urbana dos municípios de Florianópolis, São José, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz e Palhoça, entre os anos de 1979 a 2015.

Figura 3



Fonte: Base de dados IBGE, 1979, 1993 e 2015.

O início do processo de integração e posterior conurbação das cidades de Florianópolis, São José, Biguaçu, Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz, de acordo com CAMPOS (2013), já vem se delineando desde o século XIX, no caso, em relação a São José, que comercializava diretamente com a antiga Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis) artigos como produtos agrícolas, pecuários e produção manufatureira.

A pequena propriedade familiar destas áreas litorâneas ocupadas por açorianos favoreceu a prática de uma policultura de subsistência, em que, dentre os cultivos, a mandioca

foi o principal deles, associada à produção pesqueira e à comercialização de gado, o que gerou excedentes que gradativamente tornar-se-iam em uma pequena produção mercantil.

A velocidade do processo de conurbação, em especial após os anos de 1970, entre as cidades citadas, induziu a alterações territoriais que modificaram radicalmente as estruturas ambientais preexistentes (urbanas, rurais, naturais), sem contar as estruturas sociais (crenças, costumes, festividades). Tomemos por exemplo o transporte marítimo, que na época tinha destaque tanto quanto o transporte de mercadorias, como no direcionamento do traçado das ruas (acompanhando o litoral); São José, por localizar-se no caminho (litoral-planalto) servia de entreposto comercial, assim como também Palhoça.

Como bem lembra a autora (SUGAI, 2015, p. 67) Antes da execução da ponte Hercílio Luz, já havia interesse dos setores imobiliários de Florianópolis, então nascentes, pela exploração de terras na área continental. Muitos desses investidores imobiliários estavam vinculados à estrutura de poder e aos capitais locais.

De acordo com SOUZA (2011) evidencia-se, nos últimos anos, o quanto o poder público, em consonância com o capital privado, vem proporcionando uma nova dinâmica econômica e urbana no município de Palhoça, reorganizando o espaço deste, a fim de atender as exigências do mercado, fato este constatado através de decretos Leis aprovados pelo legislativo municipal.

Cita-se como exemplo o Decreto nº 007/06 aprovando o loteamento empresarial das empresas Hafil e Varuna empreendimentos imobiliários Ltda., intensificando os investimentos privados, criando novas formas de organização socioespacial. Além disso, o poder público tem dado grande ênfase no marketing da cidade, sobretudo nos aspectos de “modernidade” e crescimento econômico, que através das propagandas, promove uma imagem de cidade “perfeita” para receber investimentos.

Outro fator de relevância, que SUGAI (2015) menciona, é quanto ao processo de ocupação populacional, não apenas na Ilha de Santa Catarina, mas na composição da grande Florianópolis, que ocorreu com pouca delimitação dos lotes para habitação, e considerando, inclusive, o fato de que muitas famílias não possuem escrituras de suas propriedades até os dias atuais.

De acordo com REIS (2012, p. 113) a porção continental de Florianópolis, assim como as outras cidades ao entorno, se constituíram, com o tempo, em locais de moradia de classes de menor renda, bem como de localização de atividades urbanas pesadas, como instalações industriais e comércio de grande porte.

Os municípios de Palhoça, São José, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz, são hoje núcleos urbanos ligados espacial e funcionalmente a Florianópolis. Processo este que se evidencia com a fala de SANTOS (2012 p. 32) “*que de maneira direta ou indireta, pelas necessidades do processo produtivo, criam-se, paralelamente, seletividades e hierarquias de utilização, com a concorrência ativa ou passiva dos diversos agentes*”. A hierarquia, ainda hoje, concentra-se na cidade de Florianópolis, mas com o aumento e diferenciação das demandas, a tendência é haver maior desconcentração das atividades da capital em direção as cidades de seu entorno, o que realmente vem ocorrendo, surgindo novas centralidades urbanas na área conurbada (Kobrasol, Barreiros, Pagani).

A presença da atividade agrícola, de acordo com o mapeamento por nós realizado, é praticada, sobretudo, em algumas localidades do sul da ilha de Santa Catarina, e com maior expressão e representatividade, nos municípios que compõe a área conurbada. São desenvolvidas culturas como hortaliças, leguminosas, tubérculos, além da pecuária bovina¹⁵ e criação de frangos. Ao realizarmos as atividades de campo ficou bastante evidente que os cultivos agrícolas e criações de animais são mais intensos nos municípios continentais do que em Florianópolis.

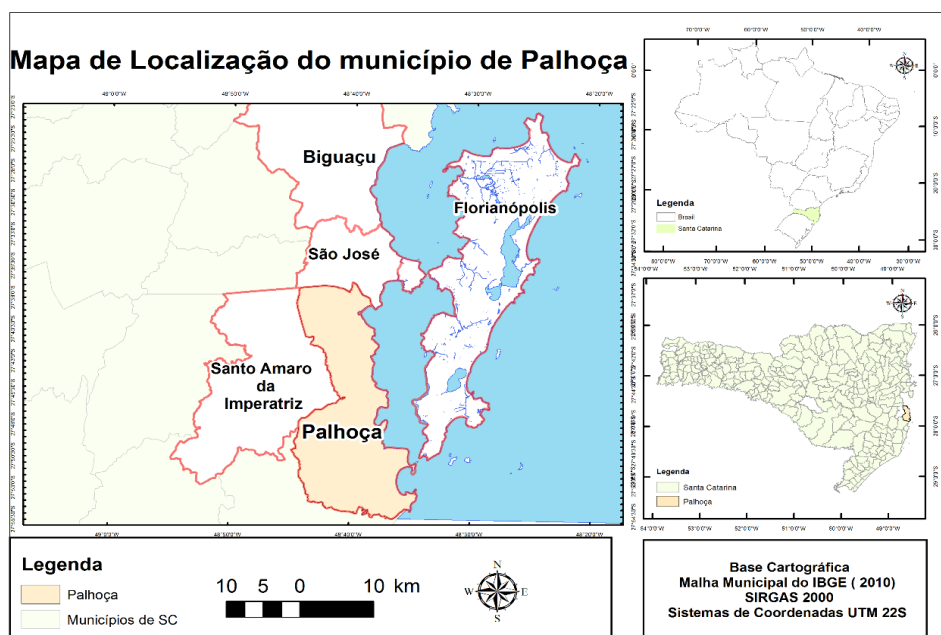
Quanto à urbanização especificamente ligada ao município de Palhoça, veremos que já pelos anos 1970 se começa a perceber uma transformação importante, conforme trataremos a seguir.

2.3. Palhoça e seu processo de urbanização a partir de 1970

O município de Palhoça, localizado na região da Grande Florianópolis (mapa 2), possui uma área de 395,13 km² e densidade demográfica de 347,68 hab/km² (IBGE, 2010). Faz fronteira, ao norte, com o município de São José, a leste com o Oceano Atlântico (Baía Sul), a oeste com Santo Amaro da Imperatriz, e ao sul com Paulo Lopes. É hoje parte, junto a Florianópolis, São José, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz, de uma área conurbada que já se aproxima de um milhão de habitantes.

¹⁵ Há ainda grandes áreas de pastagens, no sul da ilha e também nos municípios da área conurbada.

Mapa 2 – Localização geográfica do município de Palhoça



Fonte: Base de dados, IBGE, 2010.

De acordo com o censo do IBGE de 2010, o município possuía 137.334 habitantes, sendo que as estatísticas apontavam 98,46% vivendo em áreas urbanas e apenas 1,54% em áreas rurais, seguindo uma transformação marcante desde 1970, quando a população rural ainda superava a urbana, conforme o quadro 3 a seguir.

Quadro 3: Crescimento Populacional do município de Palhoça de 1940 a 2010

Ano	População Total	População Rural	População Urbana
1940	36.604	32.158	4.446
1950 ¹⁶	38.346	33.864	4.482
1960	27.789	23.614	4.175
1970	20.652	12.185	8.467
1980	38.023	2.950	35.072
1990	68.430	2.641	66.260
2000 ¹⁷	102.742	4.828	97.913
2010	137.334	2.115	135.219

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940-2010.

Como podemos observar entre as décadas de 1940 a 1960 a população que residia no meio urbano era mínima, habitando, portanto, predominantemente, no meio rural. Os apontamentos de SOUZA (2011) nos mostram que os dados comparativos entre os censos demonstram o quanto Palhoça perdeu com a criação do município de Santo Amaro da Imperatriz na década de 1950, levando à redução de sua população e produção agrícola.

Apesar de diminuir a participação do município na produção agrícola da região, os dados de 1960 nos confirmam que as atividades primárias ainda permaneciam como a sua base econômica.

Nota-se, no censo de 1960, que a população de Palhoça crescia de forma lenta, segundo PELUSO JR (1991, p. 320), na sede do município foi à taxa de 1,50%, na área rural a taxa não ultrapassou a média de 1%. Esse foi o início da expansão urbana de Florianópolis sobre o território de São José, ficando Palhoça ainda fora desse processo. Para o referido autor estes valores quantificam o deslocamento da população pobre de Florianópolis para o espaço entre a capital e São José. *“Tal ocupação foi geralmente do tipo de invasão, e a área continuou rural. Palhoça e Biguaçu, mais distantes, não receberam essa gente, e assim, o crescimento das zonas rurais dos distritos das sedes não demonstravam aumento”*.

Se existiam, em algumas cidades catarinenses e brasileiras, mudanças significativas no processo econômico e urbano, essa não era a realidade do município de Palhoça, que predominava em seu território relações socioeconômicas tipicamente rurais. No entanto, não podemos deixar de considerar a proximidade que o município tem em relação à Florianópolis,

¹⁶ O decréscimo populacional, nas duas décadas seguintes, foi marcado pelo processo de emancipações que o município sofreu, conforme veremos mais a frente.

¹⁷ Quanto ao aumento populacional rural desta década, cabe ainda maior análise e consideração a respeito.

pois como já havíamos mencionado, a capital catarinense, na década de 1950, passara a dar sinais de expansão urbana e maior dinâmica econômica, fatos estes constatados pelos censos demográfico e econômico de 1960.

Faz-se necessário entender com mais atenção essas mudanças, não de forma isolada, como lembra SOUZA, (2011) mas, dentro de uma totalidade que envolve forças políticas e econômicas nos seus mais diversos níveis, desde o espaço local até a nível internacional.

O autor continua ao afirmar que em Palhoça houve uma redução total de sua população, no entanto, como ainda aponta é preciso registrar que no período dos anos 1960 o município perdera importantes distritos, como Garopaba, Paulo Lopes e São Bonifácio, perfazendo um total de 13.523 habitantes (censo de 1960). Portanto, o que se constata é uma redução do número absoluto de habitantes, em virtude da emancipação dos mencionados distritos (de 27.789 para 14.266 habitantes), mas desconsiderando essas perdas territoriais o município cresceu na ordem de 44,7%, passando para 20.652 habitantes.

No censo de 1970 nota-se que acentua um processo de concentração populacional na área próxima a Florianópolis, em especial na capital e São José, com repercussões ainda modestas em Palhoça e Biguaçu.

Entre as décadas de 1970 e 1990 há o deslocamento de um grande contingente populacional do meio rural para o urbano, fruto de uma dinâmica econômica aprofundada a partir de então e corroborada pela ação do poder público, tanto a nível municipal, estadual quanto nacional. A partir deste período Palhoça deixa de depender apenas da produção primária e passa a destacar-se também no setor industrial, comercial e de serviços.

Os loteamentos, por sua vez, acompanharam, sem o devido planejamento, este crescimento, aumentando a área construída. A população urbana, que era de 41% nesse período passou para 98,46% em 2010 (IBGE, 2010). Houve, assim, a conversão de inúmeros espaços rurais em área urbana, possibilitando a viabilização de uma maior extensão de terras para o aumento do perímetro urbano.

Quanto ao aumento absoluto da população rural entre os censos de 1990 e 2000, considerando que não houve nenhuma alteração no quadro que vinha se delineando, tudo indica ser proveniente da alteração na forma de contagem adotada pelo IBGE.

Reis (2012) aponta que o município de Palhoça apresenta um índice populacional crescente bem como a expansão em sua economia, no setor de comércio, no turismo e também nos serviços. Seu grau de urbanização tem aumentado com os anos, sobretudo após a década de 1970, refletindo o processo de expansão urbana da própria capital, o que tem levado à especulação imobiliária, que cresceu consideravelmente. Frente a esta realidade, a

discussão trata de observar a dinâmica da produção de alimentos, a qual de acordo com a análise de CAMPOS (2013), o cultivo agrícola na grande Florianópolis é, em grande medida, responsável por seu próprio abastecimento.

A indústria, apesar de possuir participação secundária na formação do PIB de Palhoça, recebe atenção especial por parte do governo local, que se reflete através de investimentos e incentivos fiscais. De acordo com dados apresentados pelo SEBRAE-SC, em 2006, os setores produtivos que mais contribuíram para o PIB do município foram: o setor de serviços (inclui o setor de comércio) com 74,8%, a indústria foi responsável por 23,5% e a agropecuária contribuiu com 1,7%.

Palhoça possui um favorável desempenho econômico a nível estadual, mas ainda apresenta graves problemas sociais, afinal foi o segundo município com maior incidência de pobreza em comparação com os demais da Grande Florianópolis em 2003, com 31,72% de sua população não possuindo acesso a bens e serviços básicos (IBGE, 2003). O município carece do desenvolvimento de projetos que assegurem melhor e maior infraestrutura, uma vez que não há tratamento público de esgoto, não há hospital público, além de problemas com edificações em locais inadequados como em áreas de manguezais, morros, margens de córregos, dunas.

O município de Palhoça apresenta um crescimento considerável em sua economia, mas também um dos mais concentradores. Neste território ocorre a constituição e as manifestações das relações de poder, manifestadas através de conflitos entre os diferentes interesses, como o avanço da especulação imobiliária em direção às áreas agricultáveis urbanas, ou seja, “há alguém que domina e influencia este espaço” (de forma evidente), mas, “como domina e influencia este espaço” é o que estamos buscando elucidar.

No entender de SOUZA (2011) há o rompimento das atividades executadas no território e segundo ele trata-se de um território descontínuo, sendo que, o que se evidencia são rupturas e não fluidez quanto ao desempenho das mais diversas práticas econômicas e/ou sociais. O mesmo afirma que:

A possibilidade de deter um controle significativo sobre seu espaço vivido é, para uma coletividade, decisivo. Esse significativo controle pode não ser tudo, se considerá-lo à luz de escalas e exigências mais abrangentes, nem garante ele a plena autonomia e uma efetiva justiça social. Sem ele, porém, falta um requisito indispensável à transformação dos indivíduos em cidadãos e à mobilização por um genuíno desenvolvimento (SOUZA, 2011, p. 111).

O domínio político e controle do acesso ao território são ações estratégicas, em que se destina a uma pequena parcela da população, a qual detém o controle das ações, atividades,

edificações a serem desempenhadas ou não nos lugares. Nesta lógica a terra passa ter um preço inacessível aos demais, transformando-a num grande mercado altamente lucrativo e usando-a como modo de expelir quem não possui o mesmo padrão rentista, as mesmas condições de vida, ou que não seja pertencente à mesma classe social.

Sendo assim, a classe dominante faz com que a propriedade fundiária, como salienta CORRÊA (1993, p. 15), “*tenha a função de permitir o controle do espaço através da segregação residencial, cumprindo, portanto, um significativo papel da organização do espaço*”. Neste direcionamento, o mesmo afirma que:

Estas terras de periferia de amenidades¹⁸ são destinadas à população de status. Como se trata de uma demanda solvável, é possível aos proprietários fundiários tornarem-se também promotores imobiliários; loteiam, vendem e constroem casas de luxo. Criam-se assim bairros seletivos em setores de amenidades: como a palavra “periferia” tem sentido pejorativo, estes bairros fisicamente periféricos não são mais percebidos como estando localizados na periferia urbana, pois afinal de contas os bairros de status não são socialmente periféricos. [...] Quando se tem uma periferia sem atrativos, cria-se loteamentos populares com a infraestrutura mínima, sem o interesse desses proprietários em se tornarem promotores imobiliários (CORRÊA, 1993, p. 18 – 19).

O referido autor ainda acrescenta que a desigualdade constitui-se uma característica própria do espaço urbano capitalista. A segregação das áreas residenciais é o reflexo da complexa estrutura social em classes provenientes do nosso sistema econômico. Os agentes sociais que fazem e refazem a cidade são: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, os proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e os grupos sociais excluídos.

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, a densificação do uso do solo, a deterioração de certos setores, a renovação urbana, a relocação diferenciada da infraestrutura e a mudança coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (CORRÊA, 1993, p. 12).

Os grandes proprietários industriais e as grandes empresas comerciais são, em razão da dimensão de suas atividades, grandes consumidores de espaço, necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam aos requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas.

¹⁸ Termo referente a bairros que estão localizados na periferia da cidade, mas apresentam elementos atrativos, como a beleza natural e infraestrutura de qualidade, por exemplo.

A especulação fundiária, geradora do aumento do preço da terra, tem duplo efeito sobre suas atividades conforme aponta CORRÊA (1993, p. 12-16). De um lado onera os custos de expansão, na medida em que esta pressupõe terrenos amplos e baratos, de outro, o aumento do preço dos imóveis, resultante do aumento do preço da terra, atinge os salários da força de trabalho. Sendo assim os proprietários fundiários podem então exercer pressões junto ao Estado, especialmente na instância municipal, visando interferir no processo de definição das leis de uso do solo e do zoneamento urbano. Esta pressão não é feita uniformemente nem beneficiaria a todos os proprietários fundiários

A atuação do Estado frente a este conflito é múltipla. O mesmo age como: um grande industrial, um consumidor de espaço de localizações específicas, um proprietário fundiário, um promotor imobiliário, um agente de regulação do uso do solo e o “alvo” dos “movimentos sociais urbanos”.

De acordo com CORRÊA (1993, p. 26) a elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo, as diretrizes do zoneamento e o código de obras, constituem outro atributo do Estado no que se refere ao espaço urbano, pois ele é um provedor de serviços públicos, alvo de reivindicações. A ação do Estado é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles. A atuação do Estado se faz, fundamentalmente e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações.

Tendo em vista estes propósitos o capital, por meio do Estado e empreendimentos privados, cria mecanismos que dificultam o acesso a moradias por grande parcela da população, o que leva à segregação residencial. Como bem define LEFEBVRE (1991, p. 65) *“a reprodução das relações sociais e de produção constituiu o papel mais importante que a organização espacial da cidade está destinada a cumprir e é via áreas sociais segregadas que isto pode ser viabilizado”*.

Os proprietários de terras estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, têm interesse na expansão do espaço da cidade, na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural. Isto significa que estão essencialmente interessados no valor de troca da terra e não no seu valor de uso¹⁹.

¹⁹ O autor explica que cada mercadoria tem, na sociedade capitalista, um duplo aspecto no que se refere ao valor. Possui um valor de uso e um valor de troca. O primeiro está relacionado à esfera do consumo e o segundo à da circulação. É somente através da troca no mercado que uma mercadoria realiza plenamente seu valor de uso (CORRÊA, 1993, p. 84).

Há diferentes interesses que perpassam no município de Palhoça, os quais apresentam diferentes escalas de intencionalidades. Por exemplo: os interesses provenientes dos agricultores é produzir e comercializar com empreendimentos locais e/ou regionais. Os interesses por parte das imobiliárias não se concentra apenas no município de Palhoça e/ou no estado de Santa Catarina, mas atingem outros estados brasileiros, além de viabilizar instalações estrangeiras.

Neste sentido, SANTOS (2012, p. 91) complementa a discussão ao afirmar que a noção de escala é, então, essencial para a compreensão da diversidade, dos diferentes níveis e do choque entre suas intencionalidades, as quais se revelam por meio de decisões e tem repercussão na ordem econômica, cultural, política e moral, assim como na ordem territorial.

A intensa e crescente atividade de especulação imobiliária faz com que se mude não apenas a dinâmica agrícola, mas todo o contexto e a lógica dos espaços em estudo, como o preço dos imóveis, dos bens de consumo, a disponibilidade dos recursos, a mobilidade, etc. O uso do solo se torna especulativo e a determinação do seu valor vem de uma luta entre os diversos tipos de capital que ocupam a cidade e o campo, em que para o sucesso de um depende o fracasso de muitos.

2.4. Conclusão do Capítulo 1

Diante do avanço do processo de intensificação da divisão social e territorial do trabalho, entender a dinâmica dos centros regionais e cidades médias tornam-se importantes na medida em que diversas atividades têm sido expandidas no território brasileiro. Ressalta-se que a divisão social e territorial do trabalho não se faz igualmente em todos os espaços, compreendendo uma combinação de fatores como demografia, modernização da agricultura, transporte, indústria, investimentos, etc.

A legislação brasileira, ao que tudo indica, privilegia as funções político-administrativas exercidas a partir da cidade. Esta, com suas funções centralizadoras, torna-se depositária do poder público e distribuidora dos bens e serviços públicos/privados, destinados a todos os municípios, nos espaços rurais e urbanos.

A sociedade brasileira parece ter, de algum modo, um olhar pejorativo sobre o meio rural, visto como a fonte de miséria, isolamento, degradação e currais eleitorais. Todavia, o meio rural apresenta elementos atenuantes para o problema do emprego, da alimentação, além da reivindicação pela terra, incluindo, os que dela haviam sido expulsos.

O município de Palhoça, ao se inserir na lógica do processo de urbanização ocorrido na capital e entorno, recebeu grande contingente populacional, o qual não foi de todo absorvido pelo município, o que faz com que resulte em taxas consideráveis de desemprego, marginalização, criminalidade, problemas com transporte e saúde públicos.

Dentre os agricultores que pudemos entrevistar no município afirmaram que vivem de suas produções, no entanto relataram dificuldades no que se refere à sucessão do trabalho familiar, são elas: os filhos não apresentam interesse em permanecer na propriedade; à comercialização de seus produtos, devido aos preços elevados exigidos pelos supermercados; e à taxação do IPTU mesmo em meio comprobatório de uso da terra destinado ao cultivo agrícola em solo urbano, fazendo com que cogitem o arrendamento, ou mesmo venda, de terras para o futuro.

O processo de diferenciação social dos agricultores se faz muito presente tanto em relação ao acesso à terra e sua produtividade, quanto ao uso da terra, que se choca com o avanço da especulação imobiliária em direção ao desempenho da atividade agrícola. Além da ausência de um planejamento efetivo que assegure o ordenamento do crescimento e desenvolvimento do município de Palhoça, no que diz respeito ao melhor acesso aos serviços, mas, sobretudo, das áreas de imóveis e de loteamentos.

III. CAPÍTULO 2 – A ATIVIDADE HORTIFRUTIGRANJEIRA NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC

Antes de iniciarmos a discussão sobre a atividade hortifrutigranjeira presente no município de Palhoça, discutiremos sobre a dinâmica produtiva hortifrutigranjeira como um todo, os diferentes circuitos a que pertence e o delineamento da produção e comercialização na Grande Florianópolis, principalmente na área conurbada, região tradicional neste tipo de cultivo.

A atividade agrícola desempenhada em Palhoça está interligada à área conurbada da grande Florianópolis, principalmente quanto ao município de São José. Esta ligação se estabelece essencialmente no que consiste à produção e comercialização dos produtos, explicitando por sua vez a razão dos trabalhos de campo terem sido dedicados também ao município de São José.

Esta interrelação entre os espaços que se manifesta através do desempenho de diversas atividades que compõem o segmento agrícola, integram o que Milton Santos denominou de circuito espacial produtivo.

Por sua vez CASTILLO; FREDERICO (2010) abordam o conceito de circuito espacial produtivo a partir da noção que enfatiza ao mesmo tempo a centralidade da circulação (circuito) no encadeamento das diversas etapas da produção; a condição do espaço (espacial) como variável ativa na reprodução social; e o enfoque centrado no ramo, ou seja na atividade produtiva dominante (produtivo). Enquanto MORAES (1985) complementa ao afirmar que discutir este conceito é um modo de compreender a espacialidade de fatores como produção, comercialização, consumo, como um movimento circular constante.

As noções de circuito espacial da produção no espaço permitem verificar a interdependência dos espaços produtivos, apreendendo a unidade e a circularidade do movimento. Essas noções tornam mais nítidas as contradições espaciais expostas por SANTOS (1985) e exemplificadas pela dialética entre os arranjos espaciais anteriores e as novas ações e objetos; a organização interna confrontada com os eventos externos; e a “*regulação híbrida*” que envolve as ações do Estado e das empresas (ANTAS JR, 2005).

A noção do conceito de circuito espacial produtivo nos auxilia na compreensão da reprodução da atividade hortifrutigranjeira em Palhoça e a relação que estabelece através de sua interligação com os municípios próximos. Uma vez que este conceito trata especificamente do fator produção; conciliá-lo ao fator econômico nos permite identificar de forma mais ampla toda a dinâmica envolvida na atividade em estudo.

Como bem definem CASTILLO; FREDERICO (2010 p. 463) “*Os conceitos de circuito espacial da produção e de circuitos da economia urbana podem ser trabalhados de maneira complementar, uma vez que tanto o circuito inferior quanto o superior fazem parte de circuitos espaciais produtivos de tamanho, características técnicas e organizacionais distintas*”. Desta maneira Milton Santos, ao estabelecer a análise no âmbito econômico das diversas atividades desenvolvidas no espaço, as denomina de os circuitos da economia urbana, os quais podem ser de âmbito inferior ou superior.

Deste modo este autor desenvolve seu pensamento ao considerar que a diferença fundamental entre as atividades do circuito inferior e as do circuito superior está baseada nas diferenças de tecnologia e de organização dos mesmos. Sendo que o primeiro apresenta menor grau de tecnologia e organização que o segundo, conforme nos apresenta: “*o circuito superior utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, capital intensivo, enquanto o circuito inferior a tecnologia é do trabalho intensivo, frequentemente local*” (2008, p. 43).

Milton Santos afirma também que o fenômeno dos dois circuitos está presente tanto em países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos. E os mesmos estão interligados; no entanto o circuito inferior depende de certa forma do superior, assim como as atividades rurais

tradicionais dependem das atividades modernas, uma vez que a escala e as condições das produções dependem dos progressos tecnológicos que vem dos “polos”. E a busca por maior autonomia seja da imposição das influências do circuito superior, seja da imposição que a modernização estabelece é complexa.

Encontra-se formas diferentes de combinação entre um novo modelo de produção, distribuição e consumo e a situação preexistente, e isso em função das condições históricas da introdução das modernizações. Trata-se da aceitação dos elementos de modernização em diferentes graus.

O crescimento do circuito moderno baseado na sua não imposição só pode ocorrer a partir do momento em que sua política for elaborada no âmbito da cidade e do país. É a partir do momento que eles se articulam que os laços de dependência locais se criam e tendem a se fortalecer. Mas o que na realidade existe é um sistema mundial de relações comandado pelos interesses privatizados, que por natureza se opõem a todo esforço de integração local. SANTOS (2008, p.123-127).

Este mesmo autor nos lembra que há outro ator que está intimamente relacionado à esta dinâmica que é o Estado e o preço que ele paga protegendo o setor moderno da economia não é somente financeiro, é também político. O Estado vê assim seu poder de decisão reduzir-se e por isso mesmo seu próprio papel, porque tem de conceder cada vez mais recursos para responder a uma modernização cumulativa. Por esse motivo torna-se cada vez menos independente.

O autor ainda afirma que no que concerne ao espaço, as repercussões desse novo período histórico são múltiplas e profundas para os países subdesenvolvidos, provenientes da difusão da informação e a difusão das novas formas de consumo. Por intermédio das suas diferentes repercussões, elas são ao mesmo tempo geradoras de forças de concentração e de forças de dispersão, cuja atuação define as formas de organização do espaço.

Ao lado dos aspectos da produção e modernização, é indispensável considerar e analisar os da distribuição e do consumo, assim como os do emprego, quer dizer, tratar do sistema por inteiro. SANTOS (2008) argumenta que a indústria responde cada vez menos às necessidades de criação de emprego. Quanto à agricultura, ela também vê diminuir seus efetivos, ou porque é atrasada ou porque está se modernizando. Essa é uma das explicações do êxodo rural e da urbanização terciária; nas cidades dos países subdesenvolvidos, o mercado de trabalho deteriora-se e uma porcentagem elevada de pessoas não tem atividades nem rendas permanentes.

A dinâmica rural-urbana que nos deparamos hoje sofreu e tem sofrido uma série de transformações, as quais extrapolam o que ocorre propriamente no âmbito local. Considerando que a produção hortifrutigranjeira em estudo é sumariamente realizada por famílias, integrando ao que chamamos de agricultura familiar, pode-se considerar que esta atividade pertence ao circuito inferior da economia, no entanto recebe influências e determinações que são provenientes do circuito superior, como a comercialização de seus produtos para supermercados ou também com o Ceasa, os quais determinam os preços, e mesmo o condicionamento da agricultura ao ramo industrial e moderno.

Até o momento foi explorada a abordagem dos diferentes circuitos em que a atividade agrícola, sobretudo a hortifrutigranjeira, está inserida. No que consiste ao delineamento desta atividade na região da grande Florianópolis será tratada a seguir.

3.1. Breve análise sobre a produção hortifrutigranjeira na Grande Florianópolis

O alto percentual de população rural na região da Grande Florianópolis até a década de 1970 é resultante do predomínio das atividades agrícolas, como destaca PELUSO JR (1991, p.135), ao afirmar que *“Florianópolis, Palhoça, São José, Santo Amaro da Imperatriz e Biguaçu cresceram independentemente, todas ligadas às suas populações rurais, às quais forneciam bens e serviços em suas atividades de lugar central”*. O cultivo de produtos hortifrutigranjeiros torna-se, para muitos dos agricultores, uma forma de estratégia de subsistência, afinal possuíam renda insuficiente para manter-se.

Os municípios da região, ainda durante a década de 1970, eram intensamente polarizados por Florianópolis, através da crescente concentração dos serviços, como de saúde e educação, além do comércio. A urbanização amplia-se, gradativamente, a se expandir para os municípios do entorno, o que incluía Palhoça, no entanto a maioria da população ainda era rural, caracterizando um processo de urbanização concentrada, mais fortemente na capital.

Esta problemática já havia sido destacada por PELUSO JR (1991, p. 319), quando observa que *“o notável aumento da população de Florianópolis, neste período processou-se, principalmente dentro do perímetro urbano da Capital”*. Este processo influenciou nas diferentes atividades e diferentes temporalidades, desempenhadas naquele espaço.

Os principais fatores político-econômicos que contribuíram para a implantação dos cultivos hortifrutigranjeiros na Grande Florianópolis são identificados por CAVICCHIOLI, (1997) que são: a criação da política agrícola de extensão rural de 1956; o parcelamento das

propriedades vendidas ou divididas por herança; e principalmente a criação do CEASA na década de 1970.

Saliente-se que a produção hortifrutigranjeira era praticada na região desde o início do século XX, mas é na década de 1950 que começa a ganhar maiores proporções, associada à contribuição dos descendentes de imigrantes europeus de descendência germânica, principalmente, a estrutura fundiária da região e sua forma predominante de exploração familiar (CAMPOS, 2013).

Não obstante, CARNEIRO (2001) escreve sobre a realidade da região Sul e contribui com o entendimento do processo em que passou a produção hortifrutigranjeira ao afirmar que:

As décadas de 1960 e 1970 são marcadas pela diversificação da produção, com a introdução de pomares e hortifrutigranjeiros, possibilitando um rendimento mais regular durante o ano e a inserção no mercado de forma mais competitiva. Este período marca também a inserção definitiva desses produtores no mercado, associada à modernização tecnológica e à racionalização da produção, o que veio a resultar na liberação de parte da mão-de-obra familiar. A consolidação da pequena propriedade acelerou o processo de modernização da região e proporcionou a inserção dos colonos na sociedade de consumo, a partir da década de 1970. (CARNEIRO, 2001, p.5).

A autora, ao tratar do processo de consolidação da atividade hortifrutigranjeira na região, deixa claro que a mesma também compôs o processo de modernização daqueles municípios, ou seja, as transformações que ocorreram ao longo do espaço e do tempo não se deram apenas e a partir do urbano, mas também pelo rural²⁰.

Se faz de grande importância a compreensão da realidade dos municípios polarizados e não somente a do polarizador, ao passo que aqueles forneciam grande quantidade de alimentos à capital, no entanto a concentração de poderes residentes na cidade de Florianópolis interferiu e interfere diretamente nas relações sociais e produtivas dos municípios vizinhos, dentre elas a relação agrícola. Para SANTOS (1985, p. 71), “*o estudo das regiões produtivas exige a reconstrução da fração estudada da realidade através de sua vida sistêmica*”, ou seja, suas relações internas e externas, ritmos, fluxos e suas repercussões em toda a dinâmica que envolve a agricultura.

Na região sul do Brasil, em especial na grande Florianópolis, SILVA, (2013) afirma que é raro os locais que não possuem uma economia mais ou menos articulada com outros espaços como os de comércio e consumo, ao passo que cada um dos locais assume uma

²⁰Não se deve esquecer que os reflexos da chamada “revolução verde” estão bastante presentes neste período histórico.

função específica dentro da cadeia produtiva, gerando renda e tecnificação aos processos produtivos, influenciados pela relação entre as escalas local e regional.

O que entendemos por local, com o auxílio da visão deste autor, diz respeito aos seguintes fatores:

1) A atividade desenvolvida em certo ponto do espaço regional desempenha uma função dentro da cadeia, por exemplo, as propriedades utilizadas para a produção dos alimentos, as infraestruturas de comércio atacadista e varejista, etc.;

2) A relação entre cada ponto que forma os circuitos, ou seja, o mercado que funciona por conta dessa produção, distribuição dos alimentos, etc.;

3) A utilidade final do desenvolvimento das atividades específicas, por sua vez, o abastecimento e o consumo final dos produtos, pelas populações urbanas, principalmente.

Pode-se entender então que o local está contido em uma realidade maior, por sua vez o circuito que corresponde às atividades locais está inserido ao circuito que corresponde ao regional/estadual e ambos comunicam-se e completam-se, através das relações sociais e produtivas.

De modo a complementar o entendimento sobre o desenvolvimento da atividade agrícola, a partir da escala local, o referido autor afirma ainda que a atividade hortifrutigranjeira presente na região em estudo segue um circuito com fatores estruturais e institucionais que a permeiam e que pode ser observado no quadro 4.

Quadro 4 – Fatores Estruturais e Institucionais da atividade hortifrutigranjeira na Grande Florianópolis

Estruturais	Institucionais
<ul style="list-style-type: none"> • A demanda urbana crescente resulta no aumento da produção de alimentos frescos altamente perecíveis; • O aumento da produtividade do trabalho faz com que haja a transferência de parte da força de trabalho para atividades não agrícolas; • A pressão inflacionária sobre o preço da terra, a tendência ao parcelamento/ loteamento urbano e industrial, geram o deslocamento progressivo dos cultivos e criações para áreas mais distantes da conurbação. 	<ul style="list-style-type: none"> • A operação do mercado em variadas redes de compromissos e relações contratuais são elas principalmente: CEASA/SC São José, supermercados, pequenos mercados, sacolões, feiras; • Os circuitos são constituídos por fases formais e/ou informais fazendo com que as exigências técnicas e sanitárias ordenem o mercado, mas não eliminem a informalidade; • A Preocupação com a saúde e a segurança dos alimentos faz com que haja aumento da oferta de produtos com rastreamento e em venda direta (agroecológicos, certificados, artesanais); • A Modernização pós-colheita gera mudanças no beneficiamento, processamento, embalagem e distribuição, além do aumento dos serviços e empregos relacionados.

Fonte: Silva, 2013.

Pode-se dizer que os fatores estruturais se configuram em processos de relações sociais e os fatores institucionais se configuram em processos de relações produtivas, ambos são inerentes ao funcionamento e desenvolvimento da atividade hortifrutigranjeira. Menciona PRESTES (2012) que essas etapas caracterizam a configuração espacial do circuito, com suas formas e conteúdos que geram especificidades culturais, políticas comuns à região, constituindo assim a base material da identidade espacial local.

Neste sentido SANTOS (1997, p.72) corrobora ao dizer que *“a articulação entre diversas frações do território se opera exatamente através dos fluxos que são criados em função das atividades, da população e da herança espacial”*. Isto é, a partir das interações estabelecidas entre as diversas atividades desempenhadas em uma região, aproxima-se de compreender como se dá seu funcionamento como um todo e é a partir destas interações entre as frações do território que se gera, de certa forma, o fortalecimento enquanto economia e política.

As etapas que compõem o circuito produtivo contribuem para determinar o preço final das mercadorias, embora o CEASA absorva uma expressiva parte da produção, apresentando conseqüentemente um controle maior sobre os preços de grandes quantidades dos estoques.

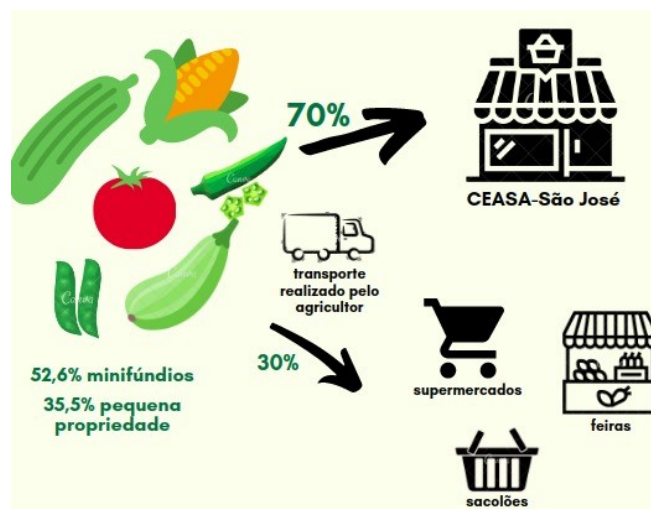
Ao realizarmos as atividades de campo²¹, todos os entrevistados afirmaram que a maior parte da produção, em torno de 70% é escoada para o CEASA/São José, além de serem feitos contratos diretos dos produtores com supermercados e/ou comercialização em feiras, sacolões e mercados especializados.

De acordo com os dados apresentados pela EPAGRI (2017) dos produtos que chegam ao CEASA/São José, a maioria, em torno de 65%, vem primeiro da região da Grande Florianópolis e do estado de Santa Catarina, depois parte é proveniente de outros estados, dependendo da disponibilidade das regiões produtoras e da época do ano, em especial das regiões Sul e Sudeste.

A espacialização da comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros pode ser melhor observada conforme a figura 4 a seguir:

²¹ As atividades de campo foram realizadas nos municípios de São José e Palhoça, bem como as aplicações de entrevistas.

Figura 4 – Comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros



Fonte: Organizado pela autora.

Conforme observado na figura 4 a cima, parte predominante, em torno de 70% da produção é destinada ao Ceasa/São José, e em menor número, por volta de 30% é destinada a supermercados, feiras e sacolões. Esta produção é realizada com predominância por sua vez em propriedades agrícolas configuradas como minifúndios e pequenas propriedades no município de Palhoça, conforme será explorado no decorrer do capítulo, ao tratar da estrutura fundiária do mesmo. Configurando por assim dizer a atividade hortifrutigranjeira, com supremacia da agricultura de pequeno porte, a qual prevalece o trabalho familiar.

No que consiste à prática da agricultura, segundo mapeamento por nós realizado, os cultivos nos municípios conurbados do continente são mais intensos do que em Florianópolis, principalmente em relação à porção presente na Ilha de Santa Catarina. Nesta, a produção se dá, em sua maior parte, ao sul da ilha e se dedica principalmente à pecuária e produção de hortaliças.

O autor SILVA, (2013) segue seu raciocínio ao afirmar que a compreensão da dinâmica da produção de alimentos na Grande Florianópolis, utilizando como caso os produtos hortícolas, pode ser vista com base em três elementos fundamentais, sendo eles:

- 1) Localizações dos processos com ênfase no estudo dos locais onde fenômenos e agentes específicos configuram o circuito produtivo;
- 2) Espaços periurbanos, como categoria de análise mais generalista para identificar o conjunto de locais articulados na produção de alimentos e intimamente relacionados aos centros urbanos adjacentes;
- 3) Os circuitos de proximidade, para identificar as relações econômico-sociais contidas no conjunto e articulados com o mercado urbano.

Pode-se dizer que os três elementos apresentados acima retratam a espacialização do circuito produtivo presente na região; esta sistemática por sua vez conjuga-se ao circuito inferior da economia. No entanto de acordo com SANTOS (2008) este circuito, ao estabelecer sua integração localmente, é permeado por intermediários ou também chamados de atravessadores, que são aqueles que estabelecem relações de comercialização entre o produtor e o consumidor final. O fator essencial presente neste circuito é o fator trabalho, é neste que é baseado o seu funcionamento somado à uma relação de dependência ao circuito superior, uma vez que o fator que move este último é o capital.

Após a década de 1970, a região da grande Florianópolis apresenta, além da consolidação de sua produção hortifrutigranjeira, um processo de organização e estruturação da sua produção, se inserindo de forma efetiva no circuito produtivo agrícola catarinense. O que fez por receber maior quantidade de análises que buscam compreender a variada gama de fatores inseridos nesta dinâmica, além de formular possíveis alternativas aos entraves ainda presentes.

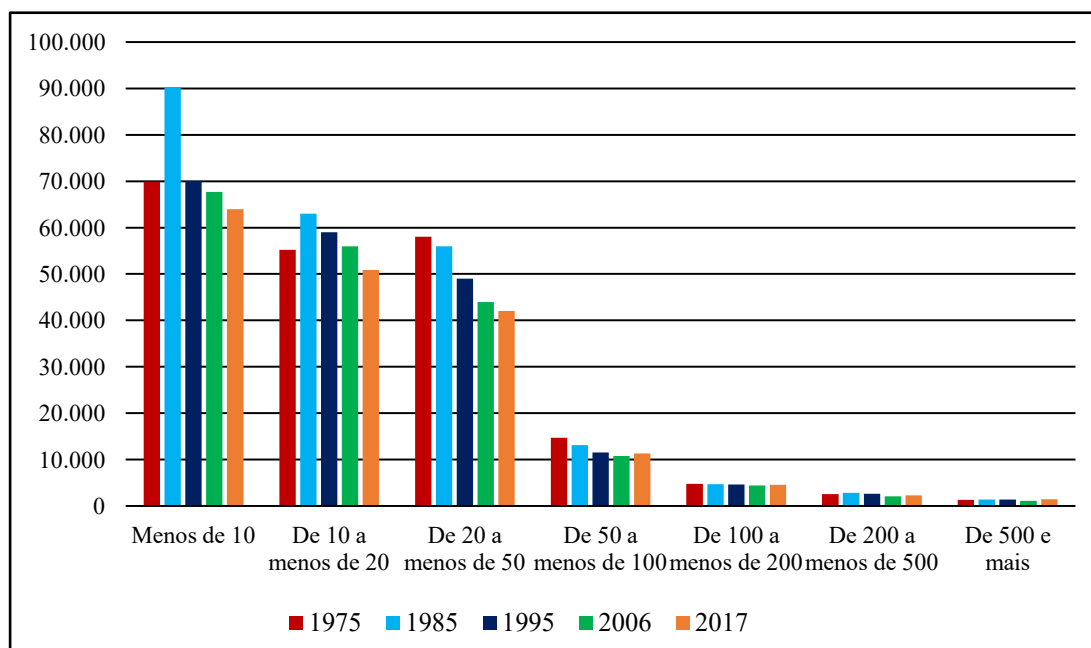
3.2. A Estrutura fundiária do município de Palhoça

Neste item trataremos inicialmente do fator da estrutura fundiária no estado catarinense e seus processos inerentes, como a concentração da propriedade. Posteriormente abordaremos o reflexo desta dinâmica no município de Palhoça.

As regiões do Brasil diferem entre si em numerosos elementos e características, sejam de ordem física como clima, relevo, tipos de solo, hidrografia, sejam de ordem social como forma de colonização, forma de organização das cidades e economias, traços culturais, etc. VIANA; BARCHET et. al (2010). Estes fatores estão intimamente relacionados à heterogeneidade da organização social e territorial, assim como na distribuição de terras.

Os dados da EPAGRI (2017) afirmam que o estado de Santa Catarina se caracteriza historicamente pela representatividade da agricultura familiar e pelo predomínio de pequenas propriedades rurais. São 183.065 estabelecimentos agropecuários que ocupam 6,446 milhões de hectares de terra no estado, com uma área média de 35,2 hectares por estabelecimento. Destes estabelecimentos, 37% possuem menos de 10 hectares de terra, ocupando somente 5% da área total. Por outro lado, apenas 1.447 estabelecimentos possuem 30% da área ocupada no estado. Estes fatores evidenciam a existência de uma concentração de terras presente nos solos catarinenses e pode ser observado no gráfico 1:

Gráfico 1 - Santa Catarina: Evolução do número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (hectares), 1975 – 2017



Fonte: IBGE – Censos agropecuários 1975 – 2017.

Analisando a evolução quantitativa dos estabelecimentos, indicadas no gráfico anterior, entre os anos de 1975 a 2017 identifica-se uma tendência de redução daqueles estratos inferiores de terra, sobretudo nos que possuem menos de 50 hectares, ao passo que nos estratos superiores a 100 hectares observa-se uma certa estabilidade no número de estabelecimentos o que sugere, por um lado, um estancamento do processo de divisão das propriedades via herança de terras e, por outro, a compra de pequenos estabelecimentos por produtores de maior porte.

Contudo, sob a ótica da área ocupada nos diferentes estratos de terra, nota-se que os estabelecimentos de menor porte (até 50 hectares) tiveram expressiva redução da área sob seu domínio, passando de 2,850 milhões de hectares em 1975 para 2,355 milhões de hectares em 2017. Já, nos estabelecimentos com mais que 100 hectares, enquanto 8.645 detinham uma área de 3,047 milhões de hectares no ano de 1975, 8.473 estabelecimentos detinham 3,323 milhões de hectares em 2017, sinalizando um gradativo processo de concentração de terras no estado.

Segundo os dados do CENSO AGROPECUÁRIO (2006), dos 3.255 estabelecimentos recenseados na região da Grande Florianópolis, 3.105 possuem menos de 50 ha de área, ou seja, 95,39% do total, e dentre estes, 1.765 possuem menos de 5 ha, 47,45% do total; evidenciando que o fator concentração de terras se propaga nas regiões do estado catarinense.

Considerando que na região da grande Florianópolis ocorre o fator de concentração de terras e inserindo-o a uma escala nacional, no Brasil, 39,8% dos estabelecimentos familiares têm menos de 5 hectares, 30% têm entre 5 a 20 hectares e 17% estão na faixa de 20 e 50 hectares, de acordo com Censo Agropecuário (2006).

A má distribuição da propriedade da terra é um traço marcante e, ao mesmo tempo, a principal distorção da estruturação fundiária no país. Entre os agricultores familiares, um número significativo é proprietário de um lote menor que 5 hectares, tamanho que, na maior parte do país, dificulta, senão inviabiliza, o manejo dos estabelecimentos agropecuários.

De acordo com BUAINAIN (2003, p. 327) a sustentabilidade das pequenas propriedades é crescentemente condicionada pela inserção em determinadas cadeias produtivas; pela localização econômica e grau de capitalização. Em praticamente todos os sistemas e regiões, os agricultores enfrentam problemas associados à má distribuição de terra, à disponibilidade de capital de giro²² e recursos para investimentos.

O autor afirma ainda que o universo dos agricultores familiares é extremamente diferenciado e que, enquanto uma parte dos estabelecimentos gera um nível de renda satisfatório, outra parte enfrenta crescentes dificuldades associadas principalmente à falta de recursos, terra e capital.

Ao contrário do que é comumente divulgado, parte da agricultura familiar maneja sistemas produtivos modernos que utilizam insumos adquiridos no mercado e carregam custos elevados de manutenção de equipamentos/instalações. Apesar da estratégia de combinar as atividades agrícolas com prazos e fluxos de despesas, visando reduzir o risco e a dependência de capital de giro de terceiros, é equivocada a visão da produção familiar como autossuficiente e totalmente avessa ao risco envolvido nas operações financeiras.

O que ocorre na prática é que a grande maioria dos produtores necessita de recursos de terceiros para operar suas unidades de maneira mais eficaz, rentável e sistêmica. A ausência desses recursos, seja pela insuficiência da oferta de crédito, seja pelas condições contratuais inadequadas, impõe sérias restrições ao funcionamento de uma agricultura familiar mais moderna e, principalmente, à sua capacidade de manter-se competitiva em um mercado cada vez mais agressivo e exigente.

NORDER (2004) contribui dizendo que a apropriação industrial do processo de produção agropecuária, a despeito de suas variações, levou a uma crescente separação entre a

²² Consiste em uma parte do investimento aplicado na propriedade agrícola, a qual compõe uma reserva de recursos que serão utilizados para suprir as necessidades financeiras da propriedade ao longo do tempo. Esses recursos ficam nos estoques, nas contas a receber, no banco, etc.

produção e as condições locais, dentre as quais a natureza, as peculiaridades da força de trabalho, a elaboração de produtos com características culturais e regionais específicas e a organização das formas autônomas de organização do trabalho. Esta separação resulta em uma difusão de processos de produção com um elevado grau de mercantilização, uma acentuada utilização de insumos de origem agroindustrial e uma forte dependência em relação a agentes externos e relações mercantis e/ou contratuais.

O mesmo complementa ao dizer que a recomposição dos meios de produção na agricultura familiar inclui a aquisição de certas máquinas, implementos, equipamentos e outras mercadorias, mas não se resume a isso. Há ainda todo um conjunto de matérias primas que são convertidas em instrumentos de trabalho, muitas vezes por meio da intensa aplicação de trabalho familiar ou comunitário. Ou seja, a agricultura recebeu influências e alterações provenientes do mercado, no entanto a viabilização para o acesso destas mudanças não acompanhou o tamanho da imposição das mesmas.

Para que sejam feitas, por exemplo, a construção de instalações produtivas, para os plantios e/ou para o desenvolvimento de criação animal, é necessário a inserção dos agricultores, sobretudo os de pequeno porte, ao acesso destes aparelhos industriais, não obstante se faz necessário também considerar estes indivíduos como agentes modeladores do espaço e de suas relações sociais.

A interação entre a aquisição de instrumentos provenientes da mecanização agropecuária somado ao fortalecimento das relações sociais que permeiam os agricultores pode favorecê-los de modo a não ficarem estritamente reféns à determinadas tecnologias impostas pela indústria, as quais não conseguem acessá-las, ou acompanhá-las.

Para que haja o desenvolvimento de forma factual das atividades agrícolas, considerando todas as suas esferas, se faz necessário a ampliação do acesso aos aparatos tecnológicos e mecânicos, a ampliação de projetos institucionais que contemplem minimamente as necessidades dos agricultores, e também que ofereçam políticas de facilitações da prática agrícola e a ampliação do reconhecimento da agricultura familiar em âmbito social, afinal grande parcela da população não apresenta conhecimento da origem dos alimentos que consomem, sobretudo os de natureza hortifrutigranjeira.

É de grande pertinência o reconhecimento da atividade agrícola familiar como relevante e indispensável, no que tange ao consumo alimentar, sendo assim há necessidade de se fortalecer não só as práticas materiais para o desempenho da atividade agrícola, mas também as práticas imateriais.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), instituiu, em 1979, o Módulo Fiscal, sendo este uma unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; o conceito de propriedade familiar; etc.

De acordo com INCRA, o módulo fiscal serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. O mesmo pode sofrer variações quanto à sua equivalência de acordo com a extensão e ocupação em cada localidade do país. Esta unidade de medida serve ainda como critério para definir os beneficiários do Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar - PRONAF²³, os quais são: pequenos agricultores de economia familiar, proprietários, meeiros, posseiros, parceiros ou arrendatários de até quatro módulos fiscais.

Nas cinco maiores capitais brasileiras em densidade populacional (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador e Fortaleza) o módulo fiscal equivale a cinco hectares. No Acre, ele chega ao limite de 100 hectares. Em Minas Gerais o módulo fiscal chega a 70 hectares. No Rio Grande do Sul, que apresenta culturas diversificadas, como uva, arroz, soja, trigo, além da pecuária, os módulos fiscais ficam, em média, entre 18 e 20 hectares, podendo chegar a 40. Em Santa Catarina o módulo fiscal é de 25 hectares. Quanto ao município de Palhoça, o módulo fiscal é de 12 hectares, o que pode ser evidenciado no quadro 5:

Quadro 5 - Módulos fiscais e estratificação fundiária em Palhoça - SC

Categoria	Definição	Palhoça
Minifúndio	O imóvel rural de área inferior a 1 módulo fiscal	< 12 hectares
Pequena Propriedade	O imóvel rural de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais	12 a 48 hectares
Média Propriedade	O imóvel rural de área superior a 4 e até 16 módulos fiscais	48 a 192 hectares
Grande Propriedade	O imóvel rural de área superior a 16 módulos fiscais	> 192 hectares

Fonte: INCRA (2015)

De acordo com os dados do quadro 5, o qual apresenta a estratificação fundiária do município e estabelece o tamanho das propriedades agrícolas, juntamente com a lei 11.326, de

²³ Programa mantido pelo governo federal, instituído em 1996 e tem passado por mudanças ao longo dos anos. Constitui-se como a primeira política pública direcionada para a agricultura familiar brasileira e visa financiar projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores familiares.

24 de julho de 2006, é definida que áreas de até quatro módulos fiscais são consideradas como pequena propriedade.

Conforme os critérios estabelecidos pelo INCRA às propriedades com estrutura fundiária de 12 a 48 ha que utilizam mão de obra familiar, a renda deve estar ligada predominantemente às atividades exercidas na propriedade e o estabelecimento ser gerido pela família, caracterizando o modelo de agricultura familiar no município. A seguir, o quadro 6 apresenta a estrutura fundiária do município, de acordo com o número de estabelecimentos analisados.

Quadro 6: Estrutura Fundiária de Palhoça

Número de Estabelecimentos	Minifúndios	Pequenas Propriedades	Médias Propriedades	Grandes Propriedades
234	123	83	20	8

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017.

O quadro 6 mostra a distribuição dos 234 estabelecimentos agropecuários evidenciados em Palhoça, no ano de 2017 e permite inferir o predomínio de minifúndios, destinados à prática da agricultura de pequeno porte.

Dentre os estabelecimentos presentes o número de minifúndios no município representa uma maioria significativa, sendo 52,74% do total das propriedades rurais analisadas, 35,44% se configuram como pequenas propriedades, 8,43% são médias propriedades e apenas 3,37% são grandes propriedades. Estes dados contribuem para a compreensão da estrutura fundiária do município, da possibilidade e o potencial produtivo de gêneros alimentícios, em pequenas áreas, assim como na identificação das características da produção de alimentos em uma área com forte movimento de conurbação e especulação imobiliária.

A estrutura fundiária presente no município de Palhoça e nos municípios conurbados da Grande Florianópolis está inserida em uma lógica nacional e histórica da concentração de terras e renda, acrescidos pelos processos de conurbação e urbanização.

Veja-se que se observarmos as áreas ocupadas por cada uma das categorias, os percentuais se alteram em favor das propriedades maiores, que verão seus percentuais acrescidos, e diminuídos nas propriedades de menor porte, conforme os dados apresentam no quadro 7 a seguir:

Quadro 7 – Área ocupada (em hectares) pelos estabelecimentos agropecuários em Palhoça

Grupos de Área Total	Tamanho dos Estabelecimentos em hectares
Menos de 10	483 ha
De 10 a menos de 20	229 ha
De 20 a menos de 50	479 ha
De 50 a menos de 100	640 ha
De 100 a menos de 500	1.058 ha
Total	2.889 ha²⁴

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017

Conforme observado no quadro 7 acima, e nas categorias definidas pelo INCRA (conforme quadro 5 anteriormente exposto) percebe-se que a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários em Palhoça é predominantemente realizada pelas médias e grandes propriedades, configurando 58,8% da área total. Enquanto 41,2% da área é destinada aos minifúndios e pequenas propriedades.

Há uma tendência à uma diminuição ainda maior dos espaços ocupados pelas pequenas propriedades, visto que, historicamente as áreas de cultivo agrícola são cada vez mais pressionadas, sobretudo aquelas que estão mais próximas ou já inseridas no perímetro urbano, tornando gradualmente menores as áreas para produção de alimentos.

No quadro 8 pode ser observada a estrutura fundiária dos demais municípios pertencentes à área conurbada da região:

Quadro 8 – Estrutura Fundiária da Grande Florianópolis

Municípios	Módulos Fiscais	Número de Estabelecimentos	Minifúndios	Pequenas Propriedades	Médias Propriedades	Grandes Propriedades
Biguaçu	12	346	210	107	23	6
Florianópolis	7	211	142	48	12	9
Santo Amaro da Imperatriz	12	435	350	64	19	2
São José	12	107	59	40	8	0

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017

²⁴ Essa é a soma do total existente em Palhoça. Todavia o dado original do IBGE identifica 4723 hectares, mas várias categorias de propriedades maiores não aparecem os dados, razão pela qual optamos em não colocá-los na tabela.

De acordo com os dados da estrutura fundiária dos municípios pode-se observar que o maior número de estabelecimentos é categorizado como minifúndios, sendo 60,6% dos estabelecimentos em Biguaçu; 67,2% em Florianópolis; 80,4% em Santo Amaro da Imperatriz e 55,1% em São José. O maior número de estabelecimentos, como um todo, está presente em Santo Amaro da Imperatriz, seguido de Biguaçu, Florianópolis e São José. Talvez estes dois últimos municípios empreguem menor número de estabelecimentos devido a maior intensidade da urbanização. O número de grandes propriedades é reduzido comparado aos números de minifúndios e pequenas propriedades. Evidenciando a predominância da agricultura de pequeno porte.

Através da análise da estrutura fundiária dos municípios da área conurbada de Florianópolis, vê-se que os mesmos apresentam o predomínio de minifúndios e pequenas propriedades, evidenciando que a agricultura familiar além de ser composta por áreas agrícolas menores, é a atividade predominante nestes municípios.

3.3. A produção e comercialização hortifrutigranjeira em Palhoça

Neste item trazemos dados específicos da atividade hortifrutigranjeira desempenhada no município de Palhoça e nos demais municípios da área conurbada de Florianópolis, com o intuito de explorar quais os principais segmentos agrícolas cultivados, a criação de animais, e suas respectivas quantidades, as áreas que são destinadas a estas produções, a comercialização dos produtos, dentre outros fatores sociais e econômicos inerentes à atividade, de modo a estabelecer uma análise da representatividade da produção e comercialização hortifrutigranjeira e também da agropecuária de um modo geral no município.

O cultivo hortifrutigranjeiro presente em Palhoça ocorre majoritariamente em minifúndios e pequenas propriedades, como já abordado anteriormente. O município apresenta 226 famílias com área registrada para cultivo e aproximadamente 60 que dependem diretamente desta atividade, como empregados, até o ano de 2013 (SILVA, 2013).

O município apresenta um traço marcante, percebido nas atividades de campo e aplicações de entrevistas, que é o sistema de arrendamento de terras. Este sistema possui um duplo movimento, pois, ao mesmo tempo em que as famílias produzem em suas terras, algumas também demonstram outros interesses, como arrendar a terra para terceiros produzirem, ou considerarem a possibilidade de arrendar a terra futuramente para outros fins.

As famílias são provenientes do próprio município ou de outros municípios da Grande Florianópolis, como Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, Rancho Queimado,

Leoberto Leal, ou mesmo mais distantes, como Urubici. As que não possuem propriedades agrícolas realizam, por sua vez, o arrendamento de terras para o desempenho do cultivo agrícola, que, igualmente, é praticado de modo hereditário, de acordo e realizado pelos entrevistados²⁵.

O arrendamento de terras configura-se por sua vez em um fator substancial para o cultivo hortifrutigranjeiro no município de Palhoça, afinal ou as famílias já o realizam por meio dos presentes cultivos, assim como outros fins; ou almejam realiza-lo no futuro.

Considerando a área do município de Palhoça em que é desempenhado o cultivo agrícola hortigranjeiro, apresenta duas realidades distintas em seu território: a porção norte do município, a qual possui uma produtividade intensiva, interligada aos circuitos de produção e comércio da área conurbada, mantém cultivos tradicionais como milho, mandioca, arroz. No entanto adquiriu maior variedade de produtos dentre eles os hortifrutigranjeiros, inicialmente para abastecimento próprio e posteriormente para abastecer o mercado urbano, além de ser uma área que apresenta conflitos com a expansão do perímetro urbano.

A porção sul do município, no que consiste em seu âmbito físico, apresenta em seu território grande presença de morros e vales, os quais abrigam áreas de preservação permanente, e nos chamados “fundos de vale” apresentam também áreas com certo aplainamento e alagações, o que permite o cultivo de arroz por exemplo. Sendo assim esta porção do município, se dedica a cultivar produtos que estão historicamente atrelados a ele, como a mandioca, arroz e principalmente a atividade pecuária, conforme pode ser melhor observado nas figuras 5 e 6 a seguir:

Figura 5 – Produção de arroz



Fonte: registro fotográfico da autora.

²⁵ Com exceção de um agricultor de phisallis, proveniente do urbano, e que se inseriu posteriormente no rural.

Figura 6 – Atividade Pecuária Caprina



Fonte: registro fotográfico da autora.

A produção hortifrutigranjeira não é representativa nesta porção do município. Porém, os espaços mais litorâneos desta localidade, também se atrelam aos conflitos de uso do solo, haja vista sua inserção aos interesses especulativos em decorrência da expansão do setor turístico, em especial do turismo balneário. Por tais elementos que esta porção do município não se constituiu em objeto direto de nossa investigação.

Por sua vez, os cultivos produzidos nas áreas agrícolas da porção norte do município, em espaços de propriedades próprias ou arrendadas, são variáveis, no entanto apresentam destaque para o cultivo de lavouras temporárias e pecuária, como pode ser mais bem observado no quadro 9, cujos dados evidenciam tanto desde a realidade nacional até a local.

Quadro 9 - Área dos estabelecimentos agropecuários (hectares) por grupos de área total – 2006

Espaço Geográfico	Lavouras Temporárias	Horticultura e floricultura	Lavouras Permanentes	Sementes e mudas	Pecuária	TOTAL
Brasil	74.845.845	4.098.562	17.433.640	397.341	221.780.495	318.555.883
Santa Catarina	2.234.877	179.495	266.797	5.979	2.553.327	5.240.475
Biguaçu	1.597	907	523	0	4.805	7.832
Florianópolis	218	208	44	0	1.696	2.166
Palhoça	1.090	511	91	0	1.968	3.660
Santo Amaro da Imperatriz	4.509	1.069	50	0	2.637	8.265
São José	375	220	114	0	3.842	4.551

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017

De acordo com o quadro acima, podemos observar, no que se refere à área total destinada à atividade agropecuária nos municípios, que a maior se destina a Santo Amaro da Imperatriz, seguido de Biguaçu, São José, Palhoça e Florianópolis. Em nenhum destes municípios há o manejo de mudas e sementes. As lavouras permanentes passaram a ocupar menor número de área nos estabelecimentos havendo parte de sua substituição por horticultura, lavouras temporárias e pecuária. Outra parte, tomada pela expansão urbana.

Cabe ressaltar, que da área total em hectares referente à pecuária, apenas em Santo Amaro da Imperatriz é em torno de 30%, quanto aos demais, supera os 50 % em Palhoça, 60% em Biguaçu, 70% em Florianópolis e, 80% em São José. Estes dados reforçam ainda mais que, a agricultura, em todos os municípios da área conurbada, se dá, predominantemente, em espaços pequenos, caracterizados pelo minifúndio.

A região da grande Florianópolis se destaca pelo cultivo de variados tipos de produtos, que compõem a alimentação básica dos consumidores catarinenses, assim como dos brasileiros, sendo os principais: grãos, tubérculos, hortícolas e frutas.

No quadro 10 pode ser observado os produtos predominantes e suas respectivas quantidades produzidas.

Quadro 10 - Quantidade produzida (toneladas) – Produto das lavouras temporárias e permanentes

Biguaçu	Arroz em casca (5.870); Mandioca (5.000); Batata – doce (3.152); Cana – de – açúcar (2.500); Milho em grão (480); Tomate (225).
Florianópolis	Cana – de – açúcar (650); Mandioca (216); Milho em grão (200); Batata – doce (66); Banana (40); Laranja (30).
Palhoça	Arroz em casca (4.000); Milho em grão (850); Tomate (540); Mandioca (500); Banana (150); Tangerina (100).
Santo Amaro da Imperatriz	Tomate (3.500); Mandioca (1.500); Cana-de-açúcar (1.000); Palmito (975); Maracujá (250); Tangerina (120).
São José	Cana-de-açúcar (2.800); Mandioca (1640); Tomate (440); Banana (270); Milho (216); Laranja (182).

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal, 2017

Observa-se que os produtos que são historicamente cultivados na região, como é o caso do arroz, mandioca, milho, lideram as quantidades produzidas em municípios como Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José; seguidos por alimentos que ganharam maior espaço na produtividade após 1950, como tomate, banana, tangerina, entre outros. A grande maioria dessa produção abastece o mercado interno, via CEASA.

A quantidade produzida dos alimentos não quer necessariamente dizer que são estes os maiores responsáveis pelo valor das arrecadações devido a vários fatores, como por exemplo há produtos que apresentam maior valor agregado e por sua vez possuem um valor de arrecadação mais elevado.

No quadro 11 podemos observar os municípios e respectivamente os cultivares que apresentam os maiores valores arrecadados.

Quadro 11 - Valor da produção (mil reais) em 2017 – lavouras temporárias e permanentes

Espaço Geográfico	Tipo de produto	Total
Brasil		319.627.357
Santa Catarina		10.241.464
Biguaçu	Arroz (4.579); Batata Doce (2.774); Mandioca (2.750); Cana-de-açúcar (875); Tangerina (344); Laranja (306).	12.179
Florianópolis	Cana-de-açúcar (182); Milho (95); Mandioca (69); Banana (62); Batata Doce (57); Laranja (39).	516
Palhoça	Arroz (3.152); Tomate (983); Palmito (572); Milho (333); Banana (225); Mandioca (200).	5.862
Santo Amaro da Imperatriz	Palmito (4.875); Tomate (4.445); Mandioca (540); Cana-de-açúcar (450); Maracujá (300); Tangerina (138).	10.984
São José	Cana-de-açúcar (784); Mandioca (738); Banana (392); Tomate (374); Laranja (182); Milho (83).	2.580

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2017.

Dentre os municípios os alimentos responsáveis pelas maiores arrecadações por valor da produção são arroz, cana-de-açúcar e o palmito. No caso de Palhoça, o alimento responsável pelas maiores arrecadações é o arroz, seguido por tomate, palmito, milho, banana e mandioca, evidenciando que o que faz um produto arrecadar mais do que outro é a agregação de valor recebida, o qual é determinado pelo mercado.

Por sua vez, a criação de animais é uma atividade que historicamente apresenta destaque na região. A quantificação da bovinocultura, suinocultura e avicultura pode ser melhor observada através dos dados apresentados no quadro 12 a seguir.

Quadro 12 - Número de cabeças por espécie de pecuária e avicultura - 2017

Municípios	Bovinos	Suínos	Aves
Biguaçu	6.658	202	627.841
Florianópolis	1.509	71	3.079
Palhoça	1.917	132	78.889
Santo amaro da Imperatriz	5.963	28	196.511
São José	1.625	64	1.900

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2017.

A espécie do segmento pecuário que apresenta maior representatividade entre os municípios são as aves, seguido dos bovinos e por último os suínos. O município com maior presença de aves é Biguaçu, seguido por Santo Amaro da Imperatriz, Palhoça, Florianópolis e São José.

A comercialização desempenhada pelo município de Palhoça de produtos hortifrutigranjeiros foi evidenciada através da coleta de dados dos produtos comercializados com a CEASA – São José no ano de 2019. Ainda que uma parcela da produção hortifrutigranjeira do município seja comercializada com supermercados e feiras, parte expressiva desta produção agrícola é destinada ao CEASA. Segue no quadro 13 os principais produtos comercializados, o montante destes produtos e também o volume total referente ao estado.

Quadro 13 – Principais produtos hortifrutigranjeiros comercializados de Palhoça para o Ceasa - ano de 2019.

Produtos	Quilogramas Total	Valor Total (R\$)	Volume Total de Santa Catarina (kg)
Tomate longa vida	248.644,00	610.122,48	15.954.955,00
Milho Verde	99.004,00	226.320,50	2.441.746,20
Vagem comum	98.027,00	368.275,05	1.473.389,15
Abobrinha Italiana	85.580,00	134.455,00	7.945.840,00
Pepino Salada	62.172,00	89.407,12	4.592.852,00
Quiabo	42.952,50	360.201,44	194.820,40
Todos os produtos	1.150.775,9	3.395.486,95	68.936.179,40

Fonte: Central de Abastecimento

Conforme observado os dados acima referentes à comercialização, o alimento que é mais comercializado em quilogramas e valores é o tomate longa vida. Seguido do milho, vagem, abóbora, pepino e quiabo. O quiabo, entre os principais produtos comercializados, é o que apresenta menor quantidade, mas não necessariamente o menor valor, que pertence ao pepino.

Quanto ao valor arrecadado com a comercialização dos produtos o destaque vai para o tomate, em seguida a vagem e ao quiabo. Em relação ao volume da produção que Palhoça oferece ao estado o destaque fica novamente com o tomate, seguido pela abóbora e o pepino.

Os dados da comercialização foram computados levando em conta o município de Palhoça que é a área direta de estudo, no entanto os dados de produtividade foram levantados de todos os municípios da área conurbada, para exemplificar o circuito produtivo a qual Palhoça está inserida, além da necessidade de demonstrar que ainda que um município plante determinado cultivo em maior quantidade, não necessariamente será este alimento que será o responsável pela maior arrecadação, devido ao valor agregado que nele está embutido.

Os agricultores e pecuaristas provenientes dos municípios conurbados e, sobretudo de Palhoça, apresentam dificuldades para o desempenho das atividades do segmento agrícola, dentre elas: a mão-de-obra, cuja disponibilidade limita sua produtividade e evolução; preço elevado cobrado pelos atravessadores, e por supermercados ao realizar a comercialização dos produtos; ausência de maior autonomia devido ao baixo acesso à tecnologia; endividamentos; dentre outros. Fatores estes que se não resolvidos ou ao menos atenuados possuem a tendência de serem agravados com o avanço intenso do perímetro urbano sobre as

propriedades, a falta do desenvolvimento agrícola aos agricultores de pequeno porte, e também atrativos à população jovem darem segmento aos cultivos.

Muitos problemas são persistentes nas culturas, como a baixa produtividade, que em muitas situações inviabiliza a comercialização; os agricultores enfrentam restrições associadas ao tamanho do estabelecimento; ocorrência da degradação dos solos e do ambiente em geral, provocada pelo encurtamento do tempo de descanso da terra e pela adoção de práticas insustentáveis devido à falta de recursos e nível de pobreza. Além do não acompanhamento nas propriedades, pois muitos agricultores entrevistados afirmaram que as visitas técnicas oferecidas pelos órgãos do estado não são de qualidade, que usam de seus próprios conhecimentos para a prática dos cultivos, ou contratam algum técnico agrícola por meio de sua própria renda, embora alguns reconheçam que as prefeituras têm dado apoio e incentivos quando possível.

Afirma Reis (2012) que embora em sua origem a diversificação agrícola fosse determinada pelo caráter de subsistência da produção familiar, hoje é estratégia de redução de riscos e incerteza, sendo uma alternativa de muitos sistemas de produção explorados por produtores familiares.

No que consiste ao circuito produtivo que confere à região da grande Florianópolis, apresenta algumas vantagens como a proximidade do mercado consumidor, a rede de estradas e infraestruturas de acesso, no entanto, a concentração territorial de equipamentos para distribuição e armazenagem dos produtos apresentam-se como vantagens locais, que ainda carecem maior desenvolvimento.

A produção e a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros no município de Palhoça apresentam características que lhes são próprias, no entanto, obedece àquelas de escala regional e nacional, o que pode resultar em entraves ao desenvolvimento local.

3.4. As perspectivas da atividade hortifrutigranjeira em Palhoça

A atividade hortifrutigranjeira, evidenciada na pesquisa, enfrenta algumas contradições, dentre elas: apresenta viabilidade e rentabilidade; estratégias de redução de riscos por meio da diversificação da produção; mas ao mesmo tempo necessita potencializar a produtividade por meio da tecnificação e incorporação de insumos industriais; e buscar segmentos de mercado de maior valor agregado, nos quais possam ser obtidas algumas vantagens associadas à própria organização da produção familiar.

Dentre os fatores positivos presentes na atividade, vale destacar: o menor custo de gestão e supervisão da mão de obra; a redução do custo operacional associado à utilização do trabalhador familiar, que tem incentivos diretos para evitar o desperdício; a produtividade mais elevada, alcançada pela mão de obra familiar; tarefas de manuseio e que requerem atenção dedicadas; além da maior qualidade do produto obtido sob os cuidados dos próprios interessados, quando comparada à atividade patronal.

O envelhecimento e esvaziamento da população agrícola estão atrelados às oportunidades buscadas, sobretudo pelos filhos dos agricultores, em centros urbanos, devido à falta de desenvolvimento local, em particular no meio rural.

A escassez de mão de obra é parcialmente compensada pela elevação da produtividade e pela contratação de trabalhadores temporários, o que exige maior volume de custos, como já mencionado anteriormente, e reduz as vantagens que são próprias da produção familiar.

No que consiste à realização de investimentos²⁶, estes não são feitos nas propriedades, em muitos casos, por não compensarem economicamente ao agricultor, devido a juros elevados por exemplo, ou pela falta de segurança para investir em projetos. A superação desta problemática exige a implementação de um conjunto de políticas, em particular tecnológicas, respeitando as especificidades dos produtores.

Segundo especifica MATTEI (2006, p. 10-11)

A produção agrícola familiar brasileira está baseada no uso da mão de obra dos membros que compõem a unidade produtiva. Tal particularidade reflete em uma estrutura diferenciada de relações sociais internas e externas ao grupo, em uma racionalidade distinta na forma administrativa e na relação com os meios de produção, o tipo de cultivo, entre outras. Essa atividade agrícola tem uma forma social de trabalho e produção que se articula em torno de um grupo doméstico e seu modo específico de organizar e executar os processos de produção. A lógica que permeia essa organização passa pela ideia de aproveitamento máximo da força de trabalho dos membros da própria família, inclusive das crianças e dos jovens, como forma de garantir a viabilidade econômica dos empreendimentos.

Assim, se um dos elementos que caracteriza a produção agrícola familiar é o trabalho ser gerido pela família, e este elemento tem sofrido variações principalmente em épocas de colheita, cabe investigar os porquês das devidas alterações, mas, sobretudo, entender as novas configurações e dinâmicas agrícolas que a agricultura familiar tem apresentado.

²⁶ O termo empregado tem a finalidade de expressar a ação de “desembolso de dinheiro” com a finalidade de se obter lucro ou benefício. No caso da pesquisa o investimento se dedicaria a: maquinários, sementes modificadas, adubos, maior contratação de empregados, etc.

Chama a atenção NORDER (2004) para o fato de que a instabilidade dos mercados e dos preços ao nível do produtor é outro fator nocivo, em particular para os sistemas que exigem investimento significativo, pois geram custos operacionais elevados e não estão inseridos contratualmente na cadeia agroindustrial.

Os hortifrutigranjeiros apresentam dificuldades para escoar sua produção, isto se dá principalmente pela ausência da articulação entre os agricultores quanto à distribuição dos produtos e a ausência de um sistema de cooperação entre os mesmos, o que serviria para baratear os custos e otimizar o tempo.

A maioria dos agricultores entrevistados alegou que pretendem no futuro arrendar suas terras para o desempenho de outras atividades, devido principalmente a falta de mão de obra, de investimentos, dificuldade de comercialização e pressão por parte dos agentes privados sobretudo os do ramo imobiliário. A materialização da produção e dos produtos torna a produção altamente tecnológica e cada vez mais proveniente e restrita à indústria o que resulta em outro fator complicador, principalmente aos agricultores que não detem tecnologia suficiente.

Não obstante todas as dificuldades, a agricultura familiar tem voltado sua atenção para a inclusão social das mulheres²⁷ e dos jovens na atividade. O reconhecimento da importância das agricultoras tem chamado a atenção com o objetivo de torná-las economicamente ativas e respaldadas pelas políticas governamentais.

Quanto aos jovens, a principal preocupação é que estejam aptos e motivados para dar prosseguimento às atividades da família, garantindo a sobrevivência da atividade e, com isso, evitando o êxodo rural.

As atividades não agrícolas exercem maior atração sobre os jovens, que não se sentem mais no compromisso moral de seguirem a atividade dos seus pais. Assim, a sucessão deixa de ser um problema, porque a terra não é mais valorizada como um bem associado à memória da família e à identidade social de agricultor, por parte dos jovens. Essa identidade sofre uma desvalorização crescente, decorrente muito mais do baixo rendimento que promove do que da formulação de imagens negativas associadas à atividade de agricultor (CARNEIRO, 2001, p.30).

²⁷ A desigualdade entre os gêneros não está calcada na invisibilidade social do trabalho feminino ou na não-participação do processo produtivo, mas nos valores ideológicos que sustentam uma sociedade patriarcal (CARNEIRO, 2001, p. 48).

A autora ainda afirma que as análises sobre as transformações socioeconômicas e sobre o desenvolvimento de atividades não agrícolas no meio rural não podem ficar restritas aos impulsos de origem urbana, mas precisam diferentemente levar em conta a diversidade e as transformações das condições de produção na agricultura e na criação animal.

Neste direcionamento BAUINAIN (2003) afirma que, em geral, os agricultores familiares enfrentam condições de relativa desvantagem à concorrência de produtos importados e/ou de grandes produtores que se beneficiaram de subsídios no passado e que ainda hoje têm acesso privilegiado aos serviços e canais de comercialização.

Em muitos casos, esta inserção privilegiada chega a anular as eventuais vantagens competitivas da agricultura familiar, advindas, como já foi mencionado, da redução dos custos de transação, do menor custo de gestão da mão de obra em relação ao trabalho assalariado em atividades intensivas, e da produtividade mais elevada do trabalho familiar.

De acordo com NORDER (20004, p. 58) a produção agropecuária estaria tornando-se, portanto, em um elemento secundário e residual nas transformações socioeconômicas. As novas dinâmicas em termos de geração de emprego e renda no meio rural brasileiro tem origem urbana, ou seja, são impulsionadas por demandas não agrícolas das populações urbanas.

O autor continua ao dizer que o desenvolvimento das atividades agrícolas é concebido a partir da expansão, por um lado, da especialização da economia de escala (as que permitem a redução do custo unitário de determinada mercadoria pelo aumento da dimensão operacional, em sua produção e/ou distribuição) e, por outro, da diversificação das economias de escopo (um mesmo esquema operacional passa a produzir ou distribuir mais mercadorias). Enquanto nas especializadas economias de escala há uma vinculação a um ou poucos e distantes mercados, na diversificada economia de escopo há maior flexibilidade, dada a inserção em vários mercados – locais, regionais e nacionais.

Esta ideia apresentada pelo autor fundamenta a defesa de uma estratégia de desenvolvimento rural norteada pela substituição da *“especialização devoradora de postos de trabalho”* por uma política capaz de *“diversificar as economias locais, a começar pela própria agropecuária”*. Os sistemas “poliprodutivos” da agricultura familiar poderiam catalisar a expansão de atividades não agrícolas, tendo em vista a *“dinâmica criada por famílias que vão se tornando tanto mais pluriativas quanto mais aumenta a produtividade do trabalho agropecuário”* (NORDER, 2004, p. 59).

O reconhecimento das diferentes trajetórias técnicas e sociais na produção agropecuária leva a contestar a suposição de um *“inevitável êxodo agrícola”*. O

fortalecimento da diversificada produção agropecuária familiar é apontado, ao lado do aperfeiçoamento da infraestrutura social e econômica, como um fator decisivo para incrementar a geração de empregos agrícolas e não agrícolas no meio rural.

De acordo com PLOEG (2003, p. 352) o principal objetivo das políticas agrícolas brasileiras, a partir de meados do século XX, foi justamente o fortalecimento de apenas um dos padrões de desenvolvimento agrário, a produção agrícola e animal em grande escala, que tem entre suas características: o aumento no grau de vinculação em relação ao mercado e às instituições externas de planejamento da produção; a substituição de força de trabalho pelo consumo de insumos de origem industrial; a especialização; a dependência com relação ao suprimento externo de saberes e tecnologias; e a rigidez na alocação e uso dos recursos produtivos. Isto é, uma elevada homogeneização e padronização das atividades e da paisagem rural; a desconexão entre produção e as relações socioculturais locais; a baixa flexibilidade dos mercados e dos preços; o estreitamento do rendimento líquido por unidade de área ou de produto final; a elevação no montante de recursos financeiros para obtenção de rendimentos aceitáveis.

Neste mesmo direcionamento GUIVANT (1997) complementa ao dizer que há o estabelecimento de relações mercantis, mas não uma completa mercantilização do processo produtivo, sendo assim, a noção de estrutura social não se resume à identificação de tendências centrais ou leis inflexíveis de desenvolvimento econômico, mas é tomada como resultado da construção política de vinculações, distanciamentos ou confrontações entre os projetos de vários atores sociais e agências governamentais.

O universo da produção agropecuária, e em nosso caso da produção hortifrutigranjeira, não se restringe ao universo da produção em grande escala, assim como aos conflitos e pressões por parte de agentes imobiliários, se faz necessário uma formulação conceitual e prática que busque realçar a geração das diversidades técnicas, sociais, políticas e culturais, que envolvam e fortaleçam esta atividade.

3.5. Conclusão do Capítulo 2

O constante deslocamento em busca de terras mais apropriadas para a agricultura ou de melhores condições de vida dentro ou mesmo fora da atividade agrícola é, a nosso ver, uma importante chave para a compreensão da maneira como se processou a formação e a manutenção desses agricultores, podendo fornecer uma explicação para a ausência de uma atitude coletiva de ajuda mútua, ou mesmo da criação de cooperativas.

O rural foi continuamente estudado pelo viés de exploração das suas diferenças em relação ao urbano, separando-os e esqueceu-se de olhar para os fatores que os unia, sendo o urbano eleito como o modelo ideal em que o rural deveria se espelhar. Esta condição, ou até mesmo imposição, trouxe importantes implicações teóricas ao estudo do rural, pois este invariavelmente passa a figurar como subalterno e residual ao urbano.

As pesquisas realizadas após a década de 1990 passam a centrar-se no agrícola, mais especificamente nos estudos dos processos de difusão e adoção de novas tecnologias, pois o rural não era mais significativo como objeto de pesquisa, mas apenas um palco para a inovação tecnológica.

Mesmo sob as adversidades, como concentração de terras e capital, dificuldades no financiamento, baixa disponibilidade tecnológica, e fragilidade da assistência técnica, a importância da agricultura familiar para o país, Santa Catarina, Grande Florianópolis e município de Palhoça é representativa. Afinal, além de seu fundamental papel social na mitigação do êxodo rural e da desigualdade social do campo e das cidades, este setor deve ser interpretado como um elemento de geração de riqueza, não apenas para o setor agropecuário, mas para a própria economia do país.

O processo de modernização da produção rural cria divergências em termos de tamanho, capital e tecnologia, o que tornam as prioridades de cada produtor familiar diferente. É certo que o avanço das políticas de tecnificação agrícola provocou e continua provocando substanciais modificações nas condições de produção na agricultura familiar, mas esse dado não nos permite prever ou generalizar um completo desaparecimento da autonomia, na mobilização, conversão de recursos econômicos e na utilização de saberes locais no interior das unidades produtivas.

Isso nos leva a focalizar nas estratégias sociais e produtivas voltadas para a construção e fortalecimento da autonomia e sua particular interação com o processo de mercantilização e externalização da produção, sobretudo, porque estas estratégias podem levar, entre outros resultados, a um aumento na absorção de trabalho e na rentabilidade das atividades, a despeito e para além do poder de padronização econômica, social e tecnológica, exercido não somente por agentes de fornecimento de insumos, processamento e comercialização de produtos agropecuários, mas ainda por diversas agências estatais e cooperativas.

Neste sentido, a noção de desenvolvimento local-endógeno, de acordo com PLOEG (2003, p.352), pode ser compreendida a partir da articulação de vários aspectos técnicos e sociais, entre os quais:

- a manutenção ou ampliação dos ingressos econômicos mediante o controle direto sobre o desenvolvimento e utilização dos recursos produtivos;
- o uso múltiplo e flexível dos recursos;
- o desenvolvimento passo a passo das atividades, com base nos recursos disponíveis;
- o incremento no rendimento líquido por unidade de produto final; destinar várias finalidades aos estabelecimentos;
- a realização de inovações em bases locais, com modificações graduais nas condições de produção;
- o aprendizado com a prática;
- a ativa construção das relações sociais e institucionais que compõem os mercados;
- a redução no uso de insumos externos e nos custos administrativos e financeiros;
- a (re)conexão e fortalecimento da produção com sistemas locais e regionais;
- a mobilização de uma relativamente pequena base de recursos para se gerar rendimentos aceitáveis;
- desenvolver os mercados através de geração e difusão de informações;
- o desenvolvimento de infraestrutura de comercialização, promoção da descentralização das agroindústrias;
- renovação da legislação sobre comercialização; a democratização do sistema de transportes;
- dentre outros.

Estes diagnósticos evidenciam a enorme heterogeneidade de problemas e a enorme variação de políticas a serem aplicadas. Em algumas partes, o problema é a terra, mas em outros, a educação, tecnologia, água, instituições, etc.

Esta abordagem reafirma a importância das interações, embates e negociações entre os diversos atores sociais e políticos e se faz essencial que haja uma articulação das diferentes respostas a serem dadas às realidades locais presentes e contidas em um contexto macro político. Assim, como a percepção do que ocorre no lugar, suas dificuldades, potenciais, e possibilidades que se vislumbram, o que tentamos aqui evidenciar em relação à Palhoça.

É necessário reforçar e melhorar os resultados das políticas agrárias, cuja implementação deve apoiar-se em diagnósticos regionais e instrumentos de planejamento participativo. Em um país como o Brasil, é impossível ignorar as diferenças regionais e especificidades locais. É de fundamental importância conhecer as potencialidades e o desenvolvimento local, buscando soluções locais concertadas com os agentes relevantes.

Um aspecto importante a ser ressaltado é que não é possível pensar no fortalecimento da agricultura familiar e no desenvolvimento rural como “ilhas sociais” em meio a grandes unidades monocultoras, geradoras de poucos postos de trabalho, concentradora de renda e riqueza, mas sim pensa-los como um órgão sistêmico para que assim possa adquirir maior representatividade e ter suas demandas minimamente atendidas.

Na sequência, veremos que há, hoje em dia, uma nova e diferente percepção quanto à produção agrícola, e pecuária, no espaço geográfico, onde o rural está presente no urbano e, o urbano presente no rural, como uma totalidade, daí que, nos mostra relevante uma análise de como a atividade hortifrutigranjeira no espaço urbano e periurbano de Palhoça se evidencia.

IV. CAPÍTULO 3 – A ATIVIDADE HORTIFRUTIGRANJEIRA REALIZADA EM ESPAÇOS URBANOS E PERIURBANOS DA CIDADE DE PALHOÇA - SC

Este capítulo se dedicará à abordagem da dinâmica agrícola realizada em meio urbano somado aos seus processos e conflitos inseridos e reproduzidos a partir desta atividade. Inicialmente faremos uma explanação do que entendemos sobre o fenômeno da agricultura urbana como um todo, considerando seus diferentes contextos e posteriormente a trataremos propriamente em Palhoça.

A denominação agricultura urbana²⁸ é comumente utilizada para referenciar à atividade agrícola que ocorre dentro ou próxima do ambiente urbano. A despeito de onde seja praticada, no meio urbano ou rural, a agricultura, enquanto sua existência e seu exercício no espaço é a mesma, o que a difere consiste principalmente em fatores externos e ao mesmo tempo inerentes à prática agrícola, fatores estes que estão relacionados direto ou também indiretamente à atividade.

O rural apresenta elementos e características, que lhes são próprios, assim como o urbano; o sistema de relações sociais e produtivas se dá de formas distintas e particulares entre o rural e o urbano, no entanto, ambos complementam-se enquanto suas práticas e respectivas necessidades e por sua vez integram o sistema capitalista, portanto, têm, em primeira instância, por objetivo o lucro.

Ao tratarmos sobre agricultura consideramos que é uma atividade que se faz presente no espaço previamente à constituição do meio urbano. Sendo assim, anterior também ao que entendemos por propriedade, parcelamento de terras e por sua vez, da valiosa reserva de valor

²⁸ Nela contida a atividade hortifrutigranjeira, assim como a criação de animais em pequena, e por vezes média, escala.

que uma porção de terra se tornou, afinal, é um dos poucos bens que está em um contínuo crescimento progressivo de valorização na economia capitalista.

A expansão do capital e o avanço do processo urbanístico trouxeram consigo alterações quanto ao uso do solo, que até então era predominantemente de uso rural, isto é, antes do início e consolidação do processo de urbanização e modernização do território, a agricultura já se fazia presente.

A problemática conceitual que está inserida a agricultura urbana perpassa pelo questionamento a respeito do que há de próprio na denominação “agricultura urbana”, para que ela seja considerada objeto de investigação e de algumas políticas específicas.

De acordo com MOUGEOT (2000, p. 139), os principais elementos que buscam a definição da agricultura urbana consistem nos tipos de atividades econômicas desenvolvidas; nas categorias e subcategorias de produtos (alimentares e não alimentares); as características locacionais (urbano e periurbano); os tipos de áreas onde é praticada; os tipos de sistemas de produção; o destino dos produtos; e a escala de produção.

Dentre estes elementos, FLEURY (2000, p.50-51) afirma que o mais comum, presente nas definições sobre a agricultura urbana, tem sido a localização em relação à proximidade da cidade, entretanto, não é apenas a localização urbana e/ou periurbana que a delinea, mas também o fato de que está integrada e interage, de certa forma, com a dinâmica urbana, parte dos agricultores desenvolvem atividades que respondem a mercados específicos urbanos, orientados e adaptados às especificidades desse contexto.

Por sua vez MADALENO (2002) destaca que a agricultura urbana abrange não somente à produção vegetal, mas também a criação animal, como aves, bovinos, suínos. O sistema agrícola urbano pode ser uma combinação de múltiplas atividades diferentes, incluindo a horticultura, o cultivo de cereais, legumes, tubérculos, somado a integração da criação animal. As culturas produzidas podem ser aproveitadas para a alimentação destes, assim como a realização de compostagem isoladamente ou em conjunto com o esterco oriundo das criações, servindo para a própria adubação das culturas, o que pode tornar-se em um beneficiamento das práticas agrícolas e/ou pecuárias realizadas na propriedade.

De acordo com o mesmo autor, após a década de 1980, a agricultura urbana constituiu-se num fenômeno socioeconômico crescente em todo o mundo. Nos países desenvolvidos, consiste num sistema de produção relevante e altamente competitivo, enquanto que nos países subdesenvolvidos, tem apresentado certa inserção ao mercado de alimentos, principalmente aos regionais e nacionais. Mas também funciona como uma estratégia de sobrevivência, uma vez que fornece alimento e emprego à parcela da população

menos favorecida, representando nas cidades africanas e latino-americanas por exemplo, importante complemento, senão principal, alimentício e de renda familiar.

O autor diz ainda que mais recentemente, nos países subdesenvolvidos, a produção agrícola nas cidades se disseminou como possível alternativa às fortes crises econômicas e às políticas de ajuste estrutural, introduzidas nestes países, as quais geraram aumento dos preços dos alimentos, redução dos salários reais, redução no mercado formal de emprego, entre outros. Países como México, Argentina, Chile, dentre outros, são exemplos de onde os movimentos de agricultura urbana surgiram em função das crises políticas e socioeconômicas.

De acordo com fatores como a crise econômica global, o rápido crescimento populacional, aliado ao êxodo rural, e a deterioração das economias nacionais com persistentes dificuldades são condições prévias para o aprofundamento da atividade de produção agrícola nas cidades em muitos países em desenvolvimento (DRESCHER, 2001, p.141).

Os autores AQUINO E ASSIS (2006) complementam a discussão ao afirmarem que até a primeira metade do século XX as zonas rurais dos países em desenvolvimento concentravam os maiores níveis de pobreza. Com a intensa atividade migratória ocorrida das áreas rurais em direção às áreas urbanas houve uma inversão nesta atividade, pois se acentuou o crescimento populacional no meio urbano e verificou-se, nas cidades, uma demanda crescente por oportunidades de emprego e melhoria da qualidade de vida, fazendo com que as cidades não absorvessem por completo o grande contingente populacional recebido, não oferecendo por sua vez condições adequadas de vivência a uma população cada vez mais desvinculada da produção de alimentos.

Quanto ao exercício das atividades reproduzidas no espaço urbano, SANTOS (1998) afirma que o urbano tem sua unidade devido à inter-relação das atividades de fabricação ou terciárias encontradas em seu respectivo território, às quais a atividade agrícola existente preferencialmente se relaciona. Portanto, na reflexão do autor, a diferença entre região urbana e região agrícola pode ser entendida em termos de comando das atividades funcionais dos setores secundário e terciário para a primeira e do primário para segunda, estando as cidades, de um modo geral, vinculadas a todos os setores, inclusive às atividades primárias, mesmo que de maneira indireta. Por sua vez conjungam-se as atividades primárias, secundárias e terciárias; as três compoem a cadeia produtiva, e as três conjugam-se enquanto economia que se reproduz no urbano.

O desenvolvimento do meio urbano deu-se, em todos os lugares, pela apropriação dos espaços rurais; não se trata, no entanto, de um fenômeno novo. Chama a atenção KAUTSKY (1980) para a relevância das ocupações não-agrícolas no meio rural, associadas

tanto à expansão da indústria rural como do setor de serviços. Tampouco é novo o fato de as ocupações periurbanas serem impulsionadas por atividades urbanas. Isso vale para toda a agricultura que produz insumos e bens finais respondendo à demanda e dinâmica do urbano.

SANTOS (1985) afirma que o que distinguirá a região urbana e a região agrícola não será mais a especialização funcional, mas a quantidade, a densidade e a multidimensão das relações mantidas e exercidas sobre o espaço, tornando a noção de oposição cidade-campo mitigada, para dar lugar à noção de complementaridade e seu exercício sobre uma porção do espaço.

O âmbito rural, assim como o urbano, incluem densas redes, como produção, comercialização, transportes, telecomunicações, dentre outras, as quais são as responsáveis pela costura da vinculação, interações sociais e políticas destes âmbitos. E nosso objetivo se faz entender em como esta dinâmica se organiza e se reproduz no espaço urbano, principalmente no espaço urbano de Palhoça, nosso objeto de estudo. E é nesse sentido que se percebe a oportunidade e possibilidade de que os espaços urbanos sejam (re)valorizados como áreas destinadas a produção de alimentos para autoconsumo e/ou para geração de excedentes destinados à comercialização.

Ao tratarmos da agricultura enquanto uma prática realizada em espaços rurais e urbanos, e passível de ofertar possíveis alternativas aos problemas anteriormente mencionados, tratar o rural e o urbano como dicotômicos tende a afastar cada vez mais da compreensão sobre a complexidade que permeia a dinâmica rural-urbana, uma vez que as práticas agrícolas, seja no urbano ou rural, interligam-se, sendo por sua vez processos dinâmicos e não dicotômicos.

Ainda que a cidade não absorva ao crescimento populacional latente e não assegure a atividade agrícola, GNAU (2002) afirma que a infraestrutura urbanística pode apresentar algumas facilidades à prática agrícola como por exemplo a maior proximidade do mercado consumidor; certa estabilidade da força de trabalho e a produção diversificada de cultivos e criação de animais durante todo o ano; aumento da renda para a família ao agregar maior valor aos produtos e ampliar por sua vez a oferta posta em mercado, facilitando de certa forma a comercialização.

Neste direcionamento AQUINO; ASSIS (2006) afirmam que verifica-se também o importante papel que a produção agrícola urbana pode representar na melhoria qualitativa da dieta das famílias envolvidas, aliado ao favorecimento à (re)inserção social de populações marginalizadas, através da valorização de espaços onde residem estes habitantes segregados e ainda pelo fortalecimento da identificação das demandas enquanto vida comunitária das

famílias envolvidas, condição indispensável para a emergência de estratégias coletivas para fazer frente aos riscos da insegurança alimentar.

BUAINAIN (2003) complementa a discussão ao dizer que a questão a se elucidar se refere à oposição do futuro da agricultura familiar ao que vem sendo caracterizado como “novo mundo rural”, como se um excluísse o outro. No entanto, o estudo do rural passa a ser pensado e desenvolvido a partir de processos como a divisão social do trabalho e da diferenciação social e econômica das classes, conseqüentemente, o foco analítico desloca-se para a agricultura, o sistema agroalimentar e das atividades dele provenientes, sejam elas agrícolas ou não agrícolas.

O autor afirma ainda que se evidenciam a expansão de novas formas de ocupação no meio rural, vinculadas direta ou indiretamente a atividades essencialmente urbanas. Este fenômeno que, no Brasil, ainda é limitado do ponto de vista geográfico, tende, sem dúvida, a expandir.

A atividade agrícola contemporânea se difere em variados aspectos em relação àquela desempenhada anteriormente nas áreas rurais, desde os elementos empregados em suas práticas às relações sociais e produtivas envolvidas, sendo assim a interação e interrelação do rural e do urbano além de se mostrar presente, adquire novos aspectos e novas dinâmicas, sejam produtivas e/ou de comercialização que foram inseridas na atividade agrícola atual, tornando-a mais ampla, diversa e objeto de maiores investigações.

A agricultura urbana, não se restringe àquela unicamente inserida dentro do perímetro urbano, mas também próxima a ele, o que se denomina de agricultura periurbana. Ao tratar sobre os espaços periurbanos, SÁNCHEZ (2004) esclarece que são tanto aqueles que se encontram diretamente ligados ao urbano, com características de densificação do uso do solo entremeados por espaços rurais; como aqueles propriamente rurais, que estão inseridos na cadeia produtiva de produtos primários e se encontram a distâncias próximas às cidades, tendo funções relacionadas a estas e as do entorno, assim como possuem a finalidade de futuras áreas de expansão do perímetro urbano.

No entender do referido autor (2001), nos países desenvolvidos esses espaços periurbanos passaram a chamar a atenção de habitantes dos espaços urbanos próximos, como um espaço de segunda residência, atividades de lazer, ou mesmo moradia, sendo que nos países mais carentes economicamente, é comum o uso dessas áreas para habitação de pessoas que saíram do campo em direção às cidades, elas são ocupadas de forma legal ou ilegal por agentes com interesses diversos, mas também por indústrias e comércio, que se utilizam e/ou abastecem tais populações. Ainda segundo aquele autor, as causas que explicam a existência

desses “espaços periféricos” e sua definição para o processo de periurbanização, são as seguintes:

A periurbanização refere-se à extensão contínua da cidade e à absorção gradual de espaços rurais; é o espaço onde são desenvolvidas práticas agrícolas (agricultura urbana e periurbana) e pecuária ligadas aos mercados urbanos e onde são incorporadas outras atividades produtivas, não necessariamente de natureza primária [...]. A manifestação espacial mais clara do processo de periurbanização é a conformação de espaços periféricos concêntricos, nos quais as atividades econômicas e as formas de vida estão interligadas, manifestando características das áreas urbanas e rurais. Ocorre em várias cidades do mundo, independentemente do nível de desenvolvimento econômico do país a que pertence (SÁNCHEZ, 2001, p. 109-110).

De acordo com a fala do autor identifica-se que a área periurbana está em constante formação e transformação, especialmente em nosso espaço geográfico, objeto de estudo. A periurbanização é, sobretudo, o resultado da dinâmica de operação de um conjunto de forças econômicas e sociais que sustentam o complexo urbano.

SÁNCHEZ (2004, p.102) argumenta ainda que até a década de 1980, era outra a situação em países emergentes ou pobres. Nestes, as cidades cresceram a um ritmo acelerado e foram gerados processos e fenômenos urbanos diferentes em forma e essência daqueles que ocorreram nos países desenvolvidos.

O autor continua ao afirmar que a expansão das cidades nos países subdesenvolvidos ocorreu, sobretudo, pelo fluxo contínuo de migrantes rurais para as cidades. As áreas periféricas da cidade eram o espaço ideal para serem ocupadas legal ou ilegalmente por esses colonos, devido ao menor custo da terra em relação às áreas centrais. Nesses países, a urbanização avançou nos eixos de saída das cidades, fortalecendo assentamentos difusos, em determinado momento, ocorrendo a ocupação de toda uma área geográfica com domínio rural, causando uma considerável penetração urbana, seja em áreas de vale ou de encosta.

Neste mesmo direcionamento CASTELLS; HALL (1994), alegam que os centros da atividade produtiva reajustaram sua distribuição espacial em diferentes níveis hierárquicos, fortalecendo o papel dos núcleos de tomada de decisão em determinados pontos, que constituem o cerne da organização do território. As cidades do mundo estão localizadas no nível mais alto da hierarquia espacial, com subcentros menores como regional, nacional e internacional.

Retornando à SÁNCHEZ (2004 p. 103) este afirma que o fenômeno de distribuição espacial é reproduzido em menor escala nos países onde os centros de menor hierarquia estratégica estão localizados na periferia e desenvolvem sua própria dinâmica. Trata-se da existência de um sistema de malhas, redes e nós, hierarquicamente organizados, para a

operação de processos territoriais, o qual um dos mais importantes que ocorrem é precisamente a periurbanização.

Segundo o mesmo autor, a discussão sobre desenvolvimento rural e periurbano transpassa quatro principais temas: 1. As mudanças no uso da terra e no consumo de espaço; 2. A mudança social; 3. A questão da terra (regime de propriedade) e 4. A especificidade e conversão da agricultura periurbana. Os quais estão intimamente ligados tanto à agricultura como à expansão urbana, isto é, o processo de periurbanização é reconhecido como uma disputa sobre um espaço, no qual se integram os habitantes de duas áreas territoriais diferentes, a rural e a urbana; ambos inicialmente têm modos distintos de viver, de produzir, e de desempenharem suas atividades, modos diferentes, mas não antagônicos de apreender o espaço que ocupam.

A expansão do projeto urbanístico possui a tendência permanente de avançar sobre o espaço rural. Assim, todo território não desenvolvido adjacente à cidade se torna um objeto potencial de anexação, que se interessa apenas pelo seu valor urbano. Daí o caráter marginal atribuído à agricultura nas áreas periurbanas: não é completamente separado do espaço rural, mas eles têm uma dependência muito grande do sistema urbano; Por esse motivo, considera-se que em espaços agrícolas sujeitos a forte pressão urbana, a agricultura não melhora nem constrói nenhum sistema, mas está fora e então a lógica da operação urbana mantém o domínio (SÁNCHEZ, 2004, p.108).

O questionamento fica estabelecido a partir de que, se o urbano estabelece o domínio sobre a dinâmica ocorrente no espaço, mas ao mesmo tempo depende da produção agrícola para abastecer sua demanda, por que não incentivar uma produtividade que é desempenhada mais próxima de seu circuito de comercialização. As atividades agrícolas urbanas e periurbanas são muito amplas e dependem do contexto social e produtivo em que estão expressas, no entanto, há vários aspectos comuns em relação às atividades essencialmente urbanas, como a demanda por infraestrutura por exemplo, que se manifestam neste processo do uso do solo.

Na grande maioria dos países, especialmente aqueles com menos desenvolvimento econômico, ocorre a contrariedade de a agricultura ser de grande importância para a população, no entanto existe uma grande falta de conhecimento do escopo e das contribuições da agricultura urbana e periurbana na dinâmica das economias locais e na periferia das cidades (SÁNCHEZ, 2004).

Em resumo, os processos de produção agrícola, na periferia e nas cidades dos países latino-americanos abrangem, em particular, a produção de matérias-primas para consumo humano. A qual é realizada por uma ampla gama de produtores que cultivam em grande

medida para o consumo próprio, do que para serem incorporados nos circuitos produtivos. Constatase, em alguns casos, como o município de Palhoça foge à regra, uma vez que a maioria dos agricultores comercializam os excedentes no mercado e não se restringem ao autoconsumo.

SÁNCHEZ (2004, p. 14) afirma ainda que determinados territórios que apresentam uma infraestrutura de transporte vinculada a mercados estrangeiros, a agricultura tem um papel importante, adquirindo novas proporções e torna-se um ramo do mercado, o qual o maior responsável em abastecê-lo é a produção familiar. Essas são novas expressões da produção de alimentos nas cidades, onde o contexto global exige diferentes maneiras de habitar e usar essas áreas.

Na afirmativa de BOURAOUI (2001), o planejamento urbano considera a agricultura como um dos elementos envolvidos na gestão das cidades. Sendo assim, a palavra “agricultura urbana”, serve para identificar uma atividade a qual o seu funcionamento se deve principalmente às exigências urbanas. TORRES (2000) complementa ao afirmar que a atividade agrícola urbana e periurbana está necessariamente ligada às exigências da população urbana. Sendo assim as práticas agrícolas nas cidades e sua periferia foram consideradas uma parte ligada às cidades.

Dada a crescente prática de produção de alimentos nas cidades, o planejamento urbano deve considerar aspectos relacionados às condições de segurança e nutrição alimentar, pesquisa agrícola e suas relações com o desenvolvimento econômico (comercialização e distribuição de alimentos nas cidades, bem como seu efeito nas áreas urbanas e periurbanas) (SÁNCHEZ, 2004).

Outros elementos que se conjugam ao planejamento urbano quanto ao uso do solo e à prática agrícola dizem respeito àqueles de âmbito físico como solo, água, temperatura.

De acordo com o autor anteriormente citado muitas cidades passaram por um processo acelerado de crescimento espacial durante as últimas décadas, que significou na substituição de usos e coberturas de solos naturais e agrícolas por áreas urbanas, resultando na formação de ilhas de calor, umidade e ventilação, bem como em altas concentrações de poluentes no ar, cuja quantidade e especificidade dependem de fatores geográficos, climáticos e da presença de fontes produtoras de gases e substâncias químicas que alteram a composição do ar.

Neste direcionamento AQUINO; ASSIS (2006) afirmam que a crescente densidade populacional nas grandes cidades faz com que aumente a produção de esgoto e lixo. As intensas atividades industriais também demandam recursos hídricos e descarregam muita

poluição nos rios. O fornecimento de água para as populações de muitas nações industrializadas é fortemente prejudicado pela poluição da água e pela falta da regulação destas atividades; os usos domésticos, industriais, comerciais e agrícolas em áreas urbanas acabam competindo por água de qualidade.

Acrescenta-se a isso a questão da utilização de agrotóxicos e fertilizantes solúveis na água de irrigação em áreas urbanas e periurbanas, muitas vezes em doses elevadas, acarretando além da poluição do lençol freático e do solo, aumento do custo de produção (HANS-RUDOLF; SEYDON, 2006).

Neste direcionamento GAYNOR (2003) afirma que em relação ao solo, recomenda-se levantar informações sobre o uso anterior da área em função da utilização generalizada no passado, o qual pode haver a presença de elementos nocivos e a sua persistência no meio ambiente, bem como a possível contaminação por mercúrio, chumbo, cádmio e outros em decorrência do tipo de material que poderia estar armazenado no local. Conforme orienta a autora, o ideal seria o reconhecimento, pelas autoridades locais, sobre os problemas da agricultura urbana relacionados à contaminação do solo, cuja resposta não seja a proibição de se produzirem alimentos nessas áreas e, sim, formas de se buscar ajuda técnica para a produção segura de alimentos, sem ameaça à saúde, e que possa trazer benefícios econômicos e políticos.

A pesquisa desenvolvida por ROMERO (2004) defende que nas cidades, sobretudo nas metrópoles, ocorre o aumento da temperatura em escala local, devido à alta densidade de construções e ao formato das mesmas; no entanto este aumento ocorre em lugares pontuais, principalmente nas áreas centrais das cidades onde sucedem o maior fluxo de atividades urbanas e também em áreas periféricas que abrigam alta densidade de moradias de menor renda. Ou seja, as áreas verdes que proporcionam menores temperaturas estão distantes do maior fluxo de transações comerciais e sociais, o que nos leva a acreditar que se tem uma climatologia socialmente construída e que as cidades não são construídas para todos.

SÁNCHEZ (2004) complementa ao argumentar que os parques, praças e jardins urbanos desempenham papéis importantes e prestam serviços ambientais significativos, principalmente nas cidades mais poluídas, mas para isso devem fazer parte de sistemas espaciais articulados que os liguem aos cinturões verdes estabelecidos nos limites das cidades; ou que resultam da permanência de campos agrícolas, áreas florestais ou áreas de conservação da natureza.

A produção agrícola em áreas urbanas e periurbanas é uma realidade, e se faz necessário que seja desempenhada com segurança e que ofereça produtos de qualidade à

população vigente. Os aspectos relacionados à água, ao solo, ao clima, umidade, referidos anteriormente, sugerem a emergência do levantamento, por parte dos órgãos responsáveis, de medidas que assegurem a saúde da população, assim como a manutenção da atividade agrícola.

O desenvolvimento das capacidades locais e apoio à construção e elaboração de novos enfoques institucionais interdisciplinares e mais eficientes somado ao apoio do poder público tem demonstrado ser fundamental para a manutenção de políticas e ações que visem a promoção da agricultura urbana.

No entender de SÁNCHEZ (2004) se faz necessário ressaltar que a eficiência das iniciativas do poder público, é muito potencializada quando se dá junto a iniciativas da sociedade mobilizada e organizada, em torno do objetivo a ser atingido, que aqui se trata da prática agrícola.

O mesmo diz ainda que são extensos e positivos os resultados provenientes da prática da agricultura urbana e podem ser verificados por exemplo quanto a redução na importação de alimentos de outras regiões, pela ocupação de áreas desabitadas e inaproveitáveis, diminuição da temperatura em áreas densamente pavimentadas e construídas. Da mesma maneira, verificam-se algumas decorrências positivas no que consiste aos atores diretamente envolvidos na atividade, como melhoria da renda das famílias participantes, qualidade dos alimentos consumidos devido a maior proximidade do cultivo ao mercado consumidor, bem como outros não tão facilmente tangíveis como agregação das famílias em cooperativas.

A atividade agrícola é essencial para a cidade e sociedade, por apresentar sua função social de alimentar e de bem estar social, além da emergência da construção de uma sociedade que não seja o dinheiro que determine a qualidade de vida.

Explicitamos algumas definições e delineamentos do que entendemos sobre agricultura urbana e periurbana e algumas discussões que permeiam esta temática. A seguir, trataremos da reprodução desta atividade especificamente no município de Palhoça.

4.1. Aspectos Gerais da Agricultura urbana e periurbana e sua caracterização em Palhoça

A região da grande Florianópolis, essencialmente a área conurbada, dentre os anos de 1990 a 2010 sofreu um crescimento de cerca de 65% de sua população total, ou seja, de 520.992 habitantes foi para 864.117 habitantes²⁹.

Este veloz e pronunciado crescimento populacional resultou em usos e alterações diversificados das áreas rurais, periurbanas e urbanas, como a apropriação de solos com usos agrícolas, a construção e expansão de edificações de forma desordenada e muitas vezes ilegal, passando por grandes loteamentos urbanos públicos, condomínios privados, e espaços rurais com características de urbanização. Esses fatores ocorrem principalmente nos limites dos municípios integrantes à área da conurbação, mas também são facilmente identificadas em locais de áreas urbanas e periurbanas.

Essa rápida transformação em Palhoça é abordada por SOUZA (2011) em relação ao loteamento Pedra Branca, localizado em uma extensa área onde foi instalada a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e contíguo à área urbana do município; um espaço planejado com alto valor do solo, ocupado por pessoas que trabalham ou desempenham atividades nos outros municípios da conurbação ou da região. Até a década de 1990 toda a área era ocupada por fazendas e produção agrícola, agora se configura essencialmente como espaço urbano periférico, e cada vez mais se juntando ao espaço urbano original.

PIERCE (1998) afirma que houve uma reestruturação espacial e variadas modificações na interação rural-urbana e é preciso reconhecer as forças endógenas e a heterogeneidade dos atores internos, além de reconhecer o funcionamento dos sistemas rurais juntamente com as dinâmicas sociais multidirecionais. Ressalta ainda a necessidade de investigar e compreender que houve uma incorporação de valores urbanos na vida rural, mas que o modo de vida do campo permanece, com significados intrínsecos do rural e integrados à lógica rural-urbana.

Agricultura urbana e periurbana coexistem com um sistema de produção agrícola estruturados principalmente para o abastecimento cotidiano dos mercados urbanos do município e também da região, no entanto, para o capital, ela representa um elemento residual ao urbano, como se fosse um entrave à expansão da cidade. Isto é, mesmo que a agricultura

²⁹Dados recuperados na plataforma SIDRA. Para o ano de 1991, dados da amostra; para 2000 dados do universo; para 2010 dados da sinopse. Em 1991 São Pedro de Alcântara era distrito de São José, o que não influencia nos dados, pois a área analisada é a mesma.

tenha por principal objetivo fornecer alimentos à população do município a mesma é vista como um empecilho ao suposto funcionamento ideal da cidade. Assim, segundo argumentam Aguilar e Di Méo,

O novo modelo territorial advindo com a modernização deu origem a desenvolvimentos “megalopolitanos” em uma complexa rede urbano-rural, incorporando pequenas cidades e áreas urbano-rurais com funções precisas para todo o sistema urbano, em diferentes níveis espaciais. O objetivo então passa a ser padronizar as sociedades, alinhando-as no mesmo modelo, na mesma maneira de organizar o espaço geográfico e modelar paisagens. (AGUILAR, 1999, p. 147-151) e (DI MÉO, 1998, p. 5).

A imposição dos padrões de modernização e urbanização não cabem às atividades e relações presentes e manifestadas no espaço, mas sim à compreensão das diferentes formas de atividades e relações sociais desempenhadas. A atividade agrícola apresenta mudanças como por exemplo a oferta de produtos com maior valor agregado, mas isso não quer dizer que é uma ação com traços puramente urbanos. O rural se transformou e se transforma e recebe por sua vez influências do urbano e o contrário também ocorre.

Por sua vez CARNEIRO (2008) desenvolve sobre o que se chama de “*renascimento rural*”, no entanto o mesmo não é identificado meramente a partir da modernização do rural nos padrões da cidade, mas sim na constituição de novas formas de sociabilidade e de relações sociais sustentadas numa complexa rede de atores sociais que não pode mais ser compreendida apenas por um processo de urbanização que se encaminharia na direção da homogeneização espacial e social entre o campo e a cidade.

No mesmo direcionamento SÁNCHEZ (2004, p.102) afirma que os anos a partir da década de 1990 moldaram o que é conhecido como o novo “modelo territorial flexível”, que por sua vez deriva da fragmentação territorial dos processos produtivos que afetam os sistemas e subespaços urbanos em seu campo (urbano e rural). Nesse contexto, novas tendências regionais no crescimento urbano e metropolitano ocorrem; novas centralidades são estabelecidas e realocação de atividades de fabricação em cidades médias e pequenas; os vínculos internos são intensificados, levando a redes e subsistemas urbanos e rurais como a descentralização produtiva e industrialização local ou rural.

O autor afirma ainda que o aumento do acesso aos espaços rurais pelos moradores urbanos deriva de novas formas ou modos de viver e habitar o meio rural. A maior mobilidade da população significa que os meios de subsistência são rapidamente homogeneizados entre os residentes urbanos e rurais, também os modos de viver e administrar seu território. Os espaços mudam, eles se transformam e adquirem novas dinâmicas e funções; surgem novos termos que caracterizam essas áreas em transição; além da requalificação dos espaços, que a agricultura oferece, mas ainda falta apoio.

O espaço agrícola periurbano constitui em uma grande faixa que se estende irregularmente pelas cidades, às vezes entre áreas residenciais recém-criadas ou zonas de atividade industrial, nos diferentes bairros periféricos da cidade (SÁNCHEZ, 2004). Quanto ao município de Palhoça, é caso dos bairros Guarda do Cubatão e Barra do Aririú.

As práticas agrícolas lá desenvolvidas atendem principalmente aos requisitos do mercado urbano local-regional, ou seja, suas referências econômicas são marcadas por essa demanda, seja o preço da terra ou de produtos agrícolas frescos.

Afirma SÁNCHEZ (2004) que no espaço agrícola periurbano, existe uma competição entre os produtores, causada pela demanda por produtos frescos, que é fornecida por agricultores especializados, assim como por produtores agrícolas localizados em terras distantes da cidade e, portanto, que operam com melhores margens de produção. Esta situação é evidenciada também no município, pois há aqueles que são provenientes de outros municípios, alguns deles até distantes, e aqueles que são naturais do próprio município.

As produções agrícolas presentes nos municípios que compõem a área conurbada estão intimamente relacionadas a este confronto pelo uso do espaço e atendem essencialmente ao mercado urbano da região, estabelecendo fortes vínculos em escala regional, ou seja, de proximidade.

Atrelado a isto PROST (1994, p. 146) complementa que as formas de operação dos sistemas agrícola e urbano são opostas: o primeiro exige a operação em um espaço contínuo, enquanto o urbano é construído em torno de núcleos, deixando temporariamente algumas reservas territoriais isoladas que serão posteriormente integradas. Assim, em um primeiro momento, esses sistemas espaciais que coabitam estreitamente dentro dos limites da cidade resultam em um confronto dentro de um espaço comum.

No que se refere à comercialização dos produtos, as distâncias para escoamento da maior parte da produção variam, mas não ultrapassam 50 km, considerando o deslocamento do interior dos municípios até o centro de distribuição – CEASA, localizado no município de São José. Independente das produções estarem inseridas em cadeias tecnológicas de maior ou menor intensidade, a relação de localização dos espaços de produção e espaços de consumo os inserem num circuito de proximidade (SOUZA, 2011).

A agricultura urbana existente e por nós evidenciada no município de Palhoça através das atividades de campo e aplicações de entrevistas com os agricultores nos permitiu inferir as seguintes características: a maioria das propriedades são inferiores a cinco hectares; o foco da produção é o mercado, ou seja, a agricultura supre a subsistência das famílias, mas ao mesmo tempo é a principal fonte de renda das mesmas.

É muito comum o sistema de arrendamento de terras em que os agricultores são provenientes de outros municípios, como Leoberto Leal, Rancho Queimado, Águas Mornas, Urubici, Lauro Müller, mas arrendam terras para plantar no município ou mesmo na região. Saliente-se que este sistema está atrelado ao fato de que na época, entre 1980 e 1990, o valor do solo era inferior ao ocorrido na capital, além de funcionar como atrativo aos agricultores devido ao estandarte de crescimento em que se encontrava Palhoça.

Dentre as propriedades visitadas no município, percebe-se o predomínio do cultivo de hortaliças, em segundo lugar as leguminosas e em terceiro a fruticultura. Nenhum entrevistado alegou receber financiamento ou viabilização de crédito de qualquer tipo, além de afirmarem não estarem inseridos em um sistema de cooperativas para a realização da comercialização, e de não apresentarem um sistema de parceria para a distribuição de seus produtos.

A seguir, nas figuras 7, 8, 9, 10 e 10 alguns registros da produção horticultora pode ser observados, em espaços urbanizados ou periurbanos do município, mais especificamente no bairro Guarda do Cubatão.

Figura 7 – Produção de Quiabo



Fonte: registro fotográfico da autora.

Figura 8 - Produção de Jiló



Fonte: registro fotográfico da autora.

Figura 9 – Produção de hortaliças de pequeno porte



Fonte: registro fotográfico da autora.

Figura 10 – Produção de Tomate



Fonte: registro fotográfico da autora.

Figura 11 – Produção de Vagem



Fonte: registro fotográfico da autora.

As áreas, e respectivas produções, demonstradas nas figuras acima, são realizadas em meio urbano ou próximas a ele, evidenciando a discussão sobre o avanço do perímetro urbano em direção a estes espaços de domínio de cultivares.

Uma das estratégias usadas pelos agricultores para se destacarem no mercado é a diferenciação de sua produção agrícola, como anteriormente já mencionado, através da disponibilização de produtos com maior valor agregado. Esta estratégia ocorre no cenário agrícola do município em estudo e tem crescido por dois principais motivos: primeiro como forma de inserção ao mercado que está cada vez mais competitivo e, segundo, pela exigência de consumidores com melhor poder aquisitivo e/ou mais informados acerca de procedência, qualidade, preços, etc.

Há um lado positivo da agricultura estar próxima ou completamente inserida ao meio urbano que é usar da infraestrutura presente a seu favor, como modo de aumentar a mobilidade, a distribuição dos produtos e tornar a produção mais eficiente, não apenas quanto a escala domiciliar e/ou comércio local, mas também no âmbito regional e/ou nacional.

A terceirização das atividades de comercialização dos produtos é uma realidade em algumas cidades da América Latina, no entanto no município de Palhoça isto ocorre apenas quanto à contratação de mão de obra em época de colheita, mas para o desempenho das outras atividades inseridas na cadeia produtiva, os próprios agricultores são os responsáveis por produzirem, transportarem e comercializarem seus produtos. Isto se torna viável devido à proximidade dos mercados, configurando-se em um circuito de comercialização de âmbito pequeno.

As investigações sobre o plantio das culturas, os sistemas de distribuição e comercialização, os conflitos de uso do solo, são altamente relevantes. No entanto, somado a eles, se faz necessário considerar sob quais condições vivem os agricultores, uma vez que os mesmos podem estar sob condições precárias de vivência, ou não possuam a estrutura necessária para o desempenho seguro de seu trabalho. Ou ainda, podem receber fortes pressões e até mesmo ameaças por parte do ramo imobiliário para venderem suas propriedades, conforme relatado por alguns dos entrevistados.

No município de Palhoça nos deparamos com dois principais tipos de agricultores: aqueles que apresentavam uma vida aparentemente com certo conforto, como casa própria, automóvel, possibilidade de viajar; e aqueles com condições simples de vivência, os quais não possuem todo o conforto e estruturas que os demais.

SÁNCHEZ (2004) complementa a discussão ao dizer que o cálculo real da renda das famílias que praticam agricultura urbana, rendimento da produção, acesso aos mercados urbanos e locais, capacidade de armazenamento, transporte, processamento e conservação de produtos, bem como o sistema de preços para os produtos de pequenos produtores urbanos e periurbanos, são conhecidos apenas através de cálculos indiretos. Ou com base em

informações diretas ou entrevistas não sistematizadas, oferecidos pelos próprios produtores agrícolas periurbanos, ou seja, não são oficiais os dados das condições de vivência os quais estes agricultores estão submetidos, sendo necessário a ampliação do conhecimento nesta temática.

Nesse sentido, o referido autor diz ainda que o espaço rural, em termos de suas funções, de seus habitantes e de suas paisagens, é efetivamente um território vulnerável, é por si só um espaço aberto à economia global, influenciado por mudanças e pela rede de relações no sistema econômico e urbano nacional, elementos estes que são regidos por meio da dinâmica estabelecida pelas cidades. O mesmo ocorre com o município de Palhoça, cuja dinâmica rural-urbana extrapola os interesses locais, sendo assim inserida à lógica estadual e até mesmo nacional.

Seguindo este raciocínio, o território rural está sujeito às necessidades territoriais e divide espaço com uma população em crescimento e que se agrupa dentro de seus limites, o que responde, sobretudo, à evolução da economia urbana (SÁNCHEZ, 2004, p. 107). Sendo assim, se faz relevante conhecer o funcionamento e desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana e o que se refere à existência de circuitos produtivos, comerciais e de consumo, uma vez que a existência destas atividades está vinculada aos mercados urbanos e aos seus interesses.

O autor afirma ainda que os agricultores por vezes adotam estratégias e mecanismos que lhes permitem interagir no território e assumir comportamentos característicos de sua nova fase de *“apreensão espacial”*. No espaço requalificado, poderia continuar o desenvolvimento das atividades originais (por exemplo, as agrícolas), modificando e adaptando as estratégias de operação, bem como seus objetivos na produção, ou que outras atividades pudessem ser desenvolvidas.

A agricultura urbana e periurbana ainda não foi totalmente reconhecida como um fator importante para o desenvolvimento das cidades, portanto, é necessário integrá-la de forma mais efetiva aos programas de planejamento urbano-regional e à estrutura do desenvolvimento urbano. Ela representa o objetivo que buscamos que é o rompimento sobre a dicotomia entre rural e urbano, entre campo e cidade.

A ameaça da crescente valorização das terras agrícolas periurbanas no município, propensas a intensa especulação de terras, deve ser levada em consideração, pois seu valor geralmente é maior que a produção gerada ali; afinal a área periurbana seria uma espécie de reserva territorial para futura expansão de Palhoça.

É importante que haja qualidade no processo de construção e desenvolvimento de políticas de planejamento do uso do solo e que estas considerem e atendam as diferenças sociais e produtivas, que existem entre os diferentes atores que fazem uso do solo, de modo a realizar maior otimização das terras de espaço público do município de Palhoça.

4.2. O crescimento dos cultivos orgânicos e similares

Dentre os principais elementos que contribuíram para as transformações que houveram no espaço rural, as quais foram aprofundadas a partir da década de 1970, destacamos: o êxodo rural; o processo de modernização da agricultura; e o processo de expansão do urbano sobre as áreas rurais. Estes fatores, no entanto, apresentaram resultados positivos e negativos e é em função destes resultados, mas também incentivados pela demanda e pelo lucro, que alguns agricultores se converteram para sistemas produtivos orgânicos, conforme será explorado a seguir.

De acordo com AZEVEDO (2006) apesar das primeiras correntes da agricultura orgânica terem surgido entre as décadas de 1920 e 1930, foi no final dos anos 1980 que as organizações ligadas à produção orgânica cresceram em quantidade, qualidade e diversidade.

No que consiste à produção agrícola orgânica na região da Grande Florianópolis, vem crescendo, sobretudo após 1990, devido a dois principais fatores: o aumento da demanda, inicialmente representada por supermercados e posteriormente também pela população e a possibilidade de expansão e lucratividade deste mercado.

O número de agricultores que aderiram a este tipo de cultivo aumentou e talvez alguns fatores que os motivaram foram: a busca por melhores condições de vida, uma vez que o uso de implementos químicos nas culturas atinge a saúde dos produtores e consumidores; a demanda crescente por estes produtos e por se constituir em um tipo de mercado em que os produtores e os consumidores possuem um “maior poder de decisão”; menor dependência em relação à indústria; e um maior retorno econômico.

No que se dedica ao aumento da demanda por alimentos de origem orgânica, acreditamos ser ao mesmo tempo em que o público se tornou mais exigente devido à ampliação do acesso à informação, somado à busca por uma alimentação de maior qualidade; à ampliação do poder aquisitivo e o aumento do deslocamento/mobilidade da população; principalmente após 1990.

SÁNCHEZ, (2004) afirma que o mercado de orgânicos tem alcançado taxas de crescimento muito expressivas em todo mundo, e “*os canais de comercialização*” destes

produtos são fontes de grandes debates. Isto devido às características de comprometimento com princípios básicos ambientais e sociais desta forma de praticar a agricultura, e ao mesmo tempo, ao grande negócio que tem se tornado devido sua crescente lucratividade, uma vez que o percentual de alimentos orgânicos comercializados em relação aos alimentos tradicionais já atinge 2% em alguns países.

No país, os estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Espírito Santo concentram cerca de 70% da produção nacional de alimentos orgânicos e ocupa a 34ª posição no ranking dos países exportadores de produtos orgânicos, sendo que, após 2000, foi assistido um crescimento de 50% nas vendas por ano. Estima-se que o volume exportado foi de aproximadamente 10 mil toneladas, sendo a maior parte dos produtos vendida para Europa, Estados Unidos e Japão (AZEVEDO, 2006, p.111).

O sistema produtivo orgânico traz benefícios diversos ao produtor e também para o consumidor, além de ser uma categoria que tem apresentado destaque no mercado. Apresenta também outra conjuntura discutida por GELBECKE (2018, p.47) ao dizer que os descontentamentos com os impactos ambientais, sociais, econômicos e sobre a qualidade dos alimentos desses sistemas predominantes, fazem emergir um contra movimento que valoriza os processos produtivos menos artificializados, de menor escala, mais justos do ponto de vista social e que resultam em alimentos de melhor qualidade.

Complementam GELBECKE apud (FRIEDMANN 2000; GOODMAN et al. 2008) que as indústrias de processamento alimentar e de tecnologias de separação e preservação, como enlatamento, refrigeração, congelamento, desidratação, tornaram os alimentos em bens de consumo durável, mudando a forma e os atributos do produto rural, tais como, condições de manuseio e armazenagem, resultando em maior prazo de utilização para o consumo; através desta subordinação, o alimento se transforma em uma mercadoria ao invés de um bem de primeira necessidade.

O fato de o alimento passar por uma cadeia extensa de beneficiamento, restringe a inserção de muitos agricultores, sobretudo os mais descapitalizados, além da inserção de uma gama de processos e aditivos químicos aos alimentos que repercutem na má qualidade da saúde da população.

Acredita POLAN (2008) que na mesma proporção que aumentou-se o processamento e uso de agrotóxicos nos alimentos, aumentou-se o número de doenças e intolerâncias alimentares, exemplo este aplicado sobretudo àqueles que não possuem tempo de realizar seu próprio alimento devido a extensa carga de trabalho.

Nisto GELBEKE (2018) afirma que o processo de “convencionalização”, conhecido como aquele em que a produção, distribuição e consumo de alimentos reproduzem a mesma lógica convencional de submissão à indústria alimentar, à economia de escala e à dependência de insumos externos resultou no fato de mais do que produzir alimentos, a agricultura passou a alimentar um grande mercado e não mais as populações. Afinal a maior parte dos alimentos perecíveis é descartada, ao invés de barateada, para que assim cumprisse sua função social de alimentar.

A crescente demanda por produtos orgânicos abre, portanto, novas possibilidades de expansão e geração de renda para os produtores familiares, uma vez que há a “valorização” da produção e ao ofertar um produto com maior valor agregado ao mercado, cria-se espaço para a inserção e diferenciação da produção entre os agricultores.

Inseridos em contextos fortemente instáveis e em mercados com baixo nível de eficiência, em muitas regiões um dos grandes trunfos de vários sistemas agrícolas é o baixo nível de capitalização e de gastos com insumos industriais. Tal característica reduz a dependência de insumos e serviços muitas vezes não disponíveis nos mercados locais a preços e condições compatíveis com o nível de capitalização dos agricultores, reduz o custo de produção e o risco, elevando, portanto, a viabilidade e sustentabilidade dos sistemas. Naturalmente que essa situação não é estática, e o grande desafio é apoiar a agricultura familiar para que a mesma possa responder e adequar-se, de forma consistente, às mudanças do contexto econômico e institucional (BUAINAIN, 2003, p 334).

A pequena produção familiar é a principal responsável pelo cultivo de alimentos orgânicos na área conurbada de Florianópolis, assim como no município de Palhoça, e os agricultores por sua vez relatam a grande dificuldade que tinham e ainda possuem quanto ao acesso a insumos e equipamentos para o desempenho de seu trabalho.

Em relação aos produtos orgânicos hortifrutigranjeiros é possível identificar um circuito independente da produção convencional. O maior valor agregado a esses produtos faz com que sua comercialização não seja viável junto ao CEASA, onde os preços são fixados para os produtos de forma generalizada.

BUAINAIN (2003) afirma que ao tratar-se dos orgânicos pressupõe-se uma qualidade extra do produto final para consumo humano, fato que pode ser estimulado pelos circuitos de proximidade existentes na região, uma vez que os produtos consumidos são em maioria *in natura* e sua perecibilidade é ainda maior que os produtos convencionais.

De acordo com a percepção dos agricultores orgânicos entrevistados, as três principais dificuldades para desenvolver seus negócios são, respectivamente: a falta de mão-de-obra; a falta de crédito específico; e as dificuldades para comercializar a produção. Isto é complementado pela fala de BUAINAIN (2003) ao afirmar que as estratégias de relação entre

o setor varejista e os produtores orgânicos são bastante variadas e o agricultor encontra dificuldades para comercializar com os grandes varejistas quando não consegue atingir os padrões de qualidade e quantidade exigidos pelos supermercados. Uma vez que os mesmos são, atualmente, o local preferencial de compras para uma grande parte da população, atuando como um importante canal de comercialização destes produtos.

A comercialização de produtos orgânicos com os supermercados pode ser associado ao pensamento de BOURDIEU (2005, p. 27) ao afirmar que a estrutura da ralação de forças, entendendo-a não como abstrata, algo genérico ou estático, mas como um campo econômico dinâmico com permanente ação e embate entre os agentes, que visam conservar ou transformar o jogo de forças. E suas formas são manifestadas através do capital financeiro (domínio direto ou indireto de recursos financeiros, condição principal da acumulação); o capital tecnológico (recursos científicos); o capital comercial (controle das redes de distribuição e serviços de marketing); o capital simbólico (controle de recursos simbólicos baseado no conhecimento e reconhecimento que supõe a confiança dos que lhe estão submetidos e dispostos a atribuir crédito).

A estrutura e distribuição do capital “*comanda o direito de entrada e a distribuição das chances de lucro*” (BOURDIEU, 2005, p. 43). Isto é, ainda que o mercado de orgânicos ofereça a possibilidade de diferenciação da produtividade, apresenta ainda sérios entraves, dentre eles a comercialização.

As exigências dos supermercados sobre os produtos orgânicos estão relacionadas à qualidade, certificação, apresentação, embalagem e frescor. De acordo com os produtores orgânicos entrevistados, os supermercados tem exigências rigorosas, mas que refletem as demandas dos consumidores e as determinações legais, que estabelecem a rotulagem dos produtos e identificação dos produtores.

De acordo com SILVA (2003), dentre as exigências dos supermercados nas negociações com produtores orgânicos a certificação é, sem dúvida, a mais importante. O supermercado entende que a certificação é a garantia de que os produtos são de fato orgânicos e por isso exigem que todo produto contenha o selo de certificadora na embalagem. A certificação permite que se estabeleça “uma relação de confiança entre supermercado e consumidores.

Os supermercados utilizam o contrato formal e o tipo de comercialização adotado entre os atores envolvidos é a consignação, mas a forma de pagamento varia, semanalmente, mensalmente. Segundo os entrevistados, a margem de lucro dos supermercados é em torno de 60%, o que eles consideram muito alta.

Ao mesmo tempo que os agricultores alteram sua produção convencional para a orgânica, tornam-se mais independentes em relação à indústria, mas também a parcela de produtores que conseguem se inserir neste ramo é baixa devido ao alto valor de investimento inicial. A estrutura completa para produção de orgânicos inclui: sementeiras, área de cultivo, maquinários, barracões para limpeza e processamento de embalagens, câmara fria para armazenamento, transporte, mão-de-obra para todas as fases.

Segundo cálculos de um determinado produtor do município de São José (vizinho ao município de Palhoça), para atingir a infraestrutura adequada seriam necessários, atualmente, pelo menos 500.000 reais. No que consiste à produção orgânica por nós identificada em atividade de campo, os entrevistados fornecem em maior número as hortaliças e em menor número legumes e frutas.

No que diz respeito à demanda, no verão ela é mais intensa devido ao aumento da atividade turística. Nessa época há uma ampliação de oportunidades para alguns agricultores, pois supermercados passam a comprar de outros fornecedores além dos habituais, fazendo com que a concorrência fique mais acirrada, conforme os produtores vão melhorando a qualidade dos produtos.

O confronto entre o grande circuito (o de supermercados) e os circuitos curtos (o de feiras e vendas diretas) ainda é um desafio. Segundo AZEVEDO (2006) o grande circuito impõe barreiras à entrada de uma incorporação de serviços aos produtos e uma logística eficaz e propõe, ao mesmo tempo, contratos inflexíveis que aumentam a insegurança do agricultor. De um lado impondo devoluções (a não remuneração do produto não vendido) e, de outro, usando margens altas, que visam aumentar a sua lucratividade, mas que dificultam as vendas e elitizam o consumo de alimentos orgânicos.

Ao mesmo tempo que a relação comercial estabelecida entre os agricultores e supermercados apresenta ações dificultosas e entaves, também funciona como uma espécie de garantia da venda de seus produtos. Esta garantia enquanto assegura uma renda aos agricultores, usa-se desta necessidade para assim determinar e controlar a lucratividade.

Apesar do crescimento do consumo de produtos orgânicos, a população brasileira encontra-se distante deste tipo de hábito alimentar. O consumo é baixo por vários fatores, quer por não conhecer a existência desses produtos, quer por não conhecer seus benefícios, bem como pelo elevado preço praticado, tornando-se restrito as camadas de elevado ou médio poder aquisitivo da sociedade.

A potencialidade que possui o cultivo orgânico decorre do próprio sistema, como por exemplo a possibilidade e viabilidade de utilizar a adubação orgânica de modo mais

significativo, aumentando o valor agregado total³⁰ produzido pelo cultivo. A adubação é especialmente aplicada a produtos que exigem cuidado e mão de obra intensivos, tais segmentos são o que constituem um dos diferenciais presente na produção agrícola familiar resultando em vantagens para competir no mercado.

Em relação à ocorrência de pragas e doenças vegetais, a produção agrícola tem um dos principais limitantes ao seu desempenho. De acordo com os autores AQUINO; ASSIS, (2006, p. 141) ao longo das últimas décadas, a utilização de agrotóxicos no Brasil tem sido outro fator da qual o setor agrícola vem enfrentando.

O consumo de agrotóxicos no país (herbicidas, fungicidas, entre outros), tem sido crescente e tem alcançando vendas anuais que superam 2,5 bilhões de reais. Esse aspecto é preocupante, não somente pelo elevado número de vendas, mas também pela proximidade das residências, aumentando o risco de contaminação. E complementam ainda ao afirmarem que a solução que se vislumbra é a utilização de defensivos alternativos que incluem: agentes de biocontrole, diversos fertilizantes líquidos, as caldas sulfocálcica, viçosa e bordalesa, feromônios, extratos de plantas, entre outros.

No que se refere ao aproveitamento dos resíduos orgânicos urbanos como adubo para a produção agrícola, verifica-se a necessidade de geração de conhecimentos que possibilitem a adequada forma de prepará-los, garantindo um produto estabilizado e de boa qualidade, que forneça nutrientes e condicione o solo de forma adequada.

A atividade orgânica de alimentos, nela contida os processos de produção, e comercialização, está inserida em uma dinâmica que ao mesmo tempo que está estreitando suas relações com o mercado, também oferece uma contra racionalidade ao tipo de alimento que tem nos sido imposto, sobretudo pela indústria alimentícia.

Os alimentos orgânicos e/ou alimentos com certo teor de aperfeiçoamento tem servido de estratégia para a diferenciação dos produtores no mercado, uma vez que o capital se manifesta de forma mais intensa através do produto com maior valor agregado. Ainda está longe de ser uma alternativa que todos os agricultores conseguem alcançar, sendo assim se faz necessário maior viabilização de acesso a estratégias como estas, assim como outras.

A garantia do fornecimento de insumos orgânicos, a adequação de novos substratos à produção de mudas, o resgate e a preservação de cultivares adaptados às condições locais, a adequação das épocas de plantio, o uso de defensivos alternativos que não sejam poluentes,

³⁰ A produção orgânica depende da funcionalidade de toda uma cadeia produtiva orgânica, contanto com a adubação, prevenção de pragas, manejo sem aditivos tóxicos.

bem como a geração e adaptação de sistemas de produção ao sistema urbano são desafios fundamentais a serem vencidos, visando o sucesso da produção.

4.3. O conflito entre a produção agrícola no urbano e a Especulação Imobiliária

O processo de esvaziamento da força de trabalho do campo gerou uma intensa migração para os centros urbanos, como abordado inicialmente. Após a década de 1990 este processo se acelerou e com ele acentuou-se também os conflitos pelo uso da terra, assunto este que será explicitado a seguir.

O número de migrantes, dentre eles habitantes do meio rural, que chegam ao meio urbano não encontram, muitas vezes, uma atividade a ser desempenhado dentro da economia formal presente na cidade. De acordo com autores como MÉNDEZ; RAMÍREZ et al. (2005) essa circunstância os leva a definir estratégias de sobrevivência, e por sua vez, desenvolvem atividades complementares e subsidiárias nos setores informais da economia, como coleta de matérias-primas (reciclagem), comercialização de vários produtos, produção artesanal ou prestação de vários serviços (vigilância, serviço doméstico, jardinagem, etc.). Esta problemática é evidenciada em muitos contextos urbanos e se faz também presente na região da grande Florianópolis, sobretudo na área conurbada.

A expansão do perímetro urbano, que culminou no processo de conurbação de Florianópolis com os municípios de Biguaçu, São José, Santo Amaro da Imperatriz e Palhoça, reflete no parcelamento ou recuo das propriedades rurais em ritmo proporcional ao aumento do preço da terra, tendo como consequência o avanço dos projetos de loteamento urbano em direção à periferia, ou também área periurbana, contando, ainda, com a opção crescente por outros usos, como turismo e segunda residência.

Na área conurbada em questão são intensos os conflitos em relação aos usos do solo, que ocorrem em maior ou menor grau, dependendo da distância dos limites do avanço urbano. A legislação brasileira e as estatísticas dos órgãos estatais trabalham com parâmetros de “destinação” e “localização” para determinar se os imóveis se enquadram em área urbana ou em área rural, ocorrendo inclusive conflitos quanto a determinação das competências do poder público para a cobrança de impostos.

Para que haja a cobrança de impostos sobre a propriedade é preciso que as mesmas estejam cadastradas e devidamente registradas. Porém, de acordo com relatos de moradores, agricultores, conjugadas às atividades em campo na região da grande Florianópolis, ocorre a

ausência³¹ do cadastro fundiário de propriedades, que acaba por influir diretamente na questão da terra.

A ausência da regulamentação das terras funciona como um dos entraves à resolução dos diversos conflitos que envolvem a atividade agrícola; afinal sem o cadastro fundiário não se sabe precisamente a localização da propriedade (meio urbano ou rural), ou seja, gera-se um processo de desconhecimento sobre o território em que se habita e sobre as atividades nele desempenhadas.

Outro fator que está intimamente relacionado à ausência do cadastro fundiário é a tributação de IPTU e de ITR (o primeiro é de competência do município e o segundo de competência federal), como já abordado anteriormente. Ela é um veículo que pode trazer benefícios à população e ao meio como um todo, como infraestrutura, valorização dos imóveis, etc. No entanto o problema está em como essa tributação vem sendo realizada nos municípios.

CÔRREA (1993, p. 26) afirma que os diferenciais de imposto territorial e predial são um forte fator discriminante, afetando o preço da terra e dos imóveis e, como consequência, incidindo na segregação social: os grupos de renda mais elevada residem em imóveis mais caros localizados em bairros onde o preço da terra é mais elevado.

Muitas vezes estas tributações não são devidamente direcionadas e ajustadas aos diferentes tipos de imóveis e/ou propriedades, além de não oferecer o devido retorno à população vigente. Sendo assim é de grande importância que haja uma reforma tributária³², tanto à devida destinação dos seus valores, de acordo com as propriedades e o real retorno da aplicação deste montante em benefícios sociais.

“A atuação dos promotores imobiliários se faz de modo desigual no espaço criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista. E na medida em que em outros setores do espaço produzem conjuntos habitacionais populares, a segregação é ratificada” (CÔRREA, 1993, p.24). Por conseguinte o capital imobiliário reproduz o conflito de sua expansão sobre as periferias e zonas rurais e mudam a dinâmica das cidades.

A localização das áreas agrícolas é alvo da pressão imobiliária, pois muitas estão em áreas periurbanas, nas chamadas áreas de expansão do urbano, os quais são atrativos para o

³¹ Não sabemos indicar precisamente a porcentagem da ausência do cadastro fundiário das propriedades que ocorre na região, no entanto acreditamos ser fruto principalmente do modo como se deu a obtenção de parte das propriedades, que foi por meio de ocupações.

³² Cabe ressaltar: uma reforma tributária que venha a diminuir os conflitos existentes e motivo de inserção e inclusão social e não mais um elemento de favorecimento ao capital.

capital imobiliário. O autor anteriormente referido diz que as possibilidades de transformação são, entretanto, dependentes de um confronto entre as rendas a serem obtidas com a produção agrícola e com a venda de terras para fins urbanos. Defende ele que mais cedo ou mais tarde, graças ao diferencial da renda, o uso agrícola da periferia é substituído por um urbano, passando, em muitos casos, por uma etapa de esterilização da terra e posteriormente pelo processo de valorização fundiária.

Assim, CÔRREA (1993) afirma que o processo de expansão do urbano sobre o meio rural gera uma mescla de diferentes formas de uso e ocupação do solo: do agrícola que permanece, se tecnifica, e se especializa, caracterizado nos espaços próximos às cidades por uma agricultura mais intensiva ligada ao mercado urbano; e o urbano, com caráter de densificação relativa, e com atividades produtivas mais, ou menos, ligadas à agricultura próxima, mas dependente da produção agrícola para seu abastecimento.

O mercado de terras é um setor altamente lucrativo e que está sob progressiva valorização, uma vez que a demanda pela terra, independe do uso a ser desempenhado, e se possui edificações ou não, é intensa por maior parte da população.

O autor segue dizendo que a classe dominante ou uma de suas frações, segrega os outros grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção, direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano, indiretamente atuando através de instrumentos possibilitados pelo Estado. O que nos leva a pensar que esta população excluída não é “agente modelador do espaço urbano”³³, isto porque estão submetidos à lógica dos proprietários fundiários da periferia.

Neste direcionamento o autor afirma ainda que a especulação fundiária interessa aos proprietários fundiários, que através da retenção de terras, criam uma escassez de oferta e o aumento de seu preço, possibilitando-lhes ampliar a renda da terra. Esta prática gera conflito entre proprietários industriais e fundiários. Os conflitos que emergem tendem a ser resolvidos em favor dos proprietários dos meios de produção, que, no capitalismo, comandam a vida econômica e política. A solução desses conflitos se faz através de pressões junto ao Estado para realizar desapropriações de terras, instalação de infra-estrutura necessária às suas atividades, e construção de casas baratas para a força de trabalho.

Atrelado aos processos explicitados se faz igualmente necessário abordar a questão da escala. A noção de escala é, então, essencial para se compreender a diversidade e o

³³ Termo elaborado por Côrrea, (1993).

embate entre as intencionalidades em seus diversos níveis, as quais se revelam por meio de decisões de ordem pública e privada e tem repercussões na esfera econômica, cultural, política e moral, assim como na esfera territorial. (CÔRREA, 1993).

Os diferentes interesses em jogo no município de Palhoça apresentam diferentes escalas de intencionalidades e de influências, como por exemplo: os interesses dos agricultores, como daqueles por nós entrevistados, é de comercializar seus produtos com empreendimentos locais e/ou regionais. Já os interesses por parte dos loteamentos, sobretudo de âmbito privado, não se concentra apenas no município de Palhoça e/ou regionalmente, mas em todo o estado de Santa Catarina, assim como nacionalmente. Ou seja, tem-se aqui não só escalas diferentes, de acordo com o interesse existente, mas diferentes influências, diferentes intencionalidades e diferentes disputas de poderes.

A área conurbada de Florianópolis talvez se comporte de forma díspar a outros municípios catarinenses, e até mesmo brasileiros, os quais apresentam uma produção agrícola em declínio em seu meio urbano e periurbano. Pois, mesmo sob intensa expansão do perímetro urbano e crescimento da atividade de especulação imobiliária, a produtividade agrícola nos municípios tem se mantido constante, principalmente em Palhoça, conforme já mencionado e ilustrado. Mas igualmente marcante em outros municípios da conurbação, como São José, onde a agricultura urbana é notável em alguns bairros (antes áreas predominantemente rurais), com uma importante tendência à agricultura orgânica (figuras 12 e 13):

Figura 12 – Produção de hortaliças no bairro Sertão do Maruim (São José – SC)



Fonte: registro fotográfico da autora.

Figura 13 – Produção de Pitaya no bairro Sertão do Maruim (São José – SC)



Fonte: registro fotográfico da autora.

As figuras acima tem o objetivo de ilustrar a temática que vem sendo discutida, que é a produção hortifrutigranjeira como um todo, mas também aquela desempenhada em um meio rural que foi transformado em meio urbano. Este bairro em que estão localizadas as plantações está sob intensa transformação devido à expansão da construção civil, com o surgimento de condomínios de edifícios residenciais, supermercados e outros empreendimentos.

A reprodução da agricultura em determinadas localidades, como por exemplo nos espaços urbanos e/ou periurbanos, são vistas como um “entrave” à expansão do capital, conforme já abordado. No entanto, mesmo que este condicione a territorialidade da atividade agrícola, e o modo como esta é desempenhada, a mesma usa de estratégias como a intensificação e a diferenciação da produção e permanece enquanto prática agrícola, e não apenas como uma reminiscência, mas enquanto uma importante atividade econômica, abastecedora do mercado urbano regional e, inclusive, alcançando outros mercados. Neste caso, evidentemente, os produtores mais diferenciados socialmente.

Há uma fragmentação desigual do espaço, e esta fragmentação é ditada de acordo com os interesses que se sobrepõe a outros, no caso, os interesses de origem urbana sobre os de origem rural. Este processo resulta em diferentes conflitos sociais, mais sobretudo entre os agricultores e os agentes imobiliários.

O agente regulador destes diferentes interesses e atividades desempenhados no urbano é o Estado e este não tem viabilizado o desempenho da atividade agrícola³⁴, sendo assim o fortalecimento do tecido social presente que compõe as cidades é uma forma de possibilidade de se pressionar o poder público sobre as demandas necessárias a serem atendidas.

Após identificada a ocorrência de uma fragmentação desigual do espaço, se faz necessário pensar em como tem sido sua reprodução, tanto em relação ao grande avanço das construções de diversos tipos, mas também o modo que estas construções são feitas e suas consequências para o ambiente, assim como suas consequências para as populações mais vulneráveis.

Isto pode ser concretizado, por exemplo, por meio da realização de um maior ordenamento, regulação, regulamentação das atividades desempenhadas no espaço e por fim que haja maior humanização no mesmo, principalmente em cidades altamente edificadas, de modo que haja o reconhecimento e identificação com o lugar em que se habita e que se tenham condições dignas, humanas e prazerosas de vivência.

4.4. Permanências e Possibilidades futuras da agricultura urbana em Palhoça

A agricultura, nela contida a atividade hortifrutigranjeira, proveniente de espaços urbanos e periurbanos no município de Palhoça, apresentam variadas características, conforme foram anteriormente mencionadas, como a predominância da pequena propriedade, o trabalho predominantemente familiar, produção voltada para abastecer o mercado urbano, dentre outras. Estas mesmo que são particulares deste município e também da região da grande Florianópolis, recebem influências externas de âmbito regional e até mesmo nacional, como pudemos ver na abordagem dos circuitos da economia urbana.

O fenômeno da expansão do perímetro urbano é uma realidade presente no município de Palhoça, na qual a agricultura está contida e esta tem resistido através da manutenção da sua produção agrícola ao avanço do capital sob estas áreas produtivas, no entanto mesmo com a permanência no desempenho de sua atividade, há falta de planejamento e maior atenção ao ramo agrícola.

³⁴ Através do relato de diferentes produtores rurais no município, mesmo em relação àqueles especificamente ligados a uma agricultura urbana, é possível perceber que as administrações municipais têm colaborado com infraestruturas e incentivos, mas que nem sempre há continuidade no processo, considerando a troca das administrações via eleição.

BUAINAIN (2003) afirma que os estudos sobre os sistemas de produção familiares (FAO/INCRA) mostram que, quando os produtores familiares contam com apoio suficiente, a tendência é de redução da procura de rendas obtidas fora da unidade familiar. Isto porque o custo de oportunidade do trabalho é muito baixo também em atividades não-agrícolas. Em outras palavras, o produtor familiar, quando recebe apoio suficiente, é capaz de produzir uma renda total, incluindo a de autoconsumo, superior ao custo de oportunidade do trabalho.

Neste sentido o autor ainda afirma que não são corretas as analogias com a situação nos países desenvolvidos, onde as remunerações obtidas com atividades não-agrícolas elevam a renda média do setor rural porque, aqui, o potencial de geração de renda do setor agrícola familiar está longe de ser plenamente utilizado, além do fato de os dados da PNAD subestimarem as rendas agrícolas.

Por sua vez VEIGA (2003) defende uma posição que vai neste direcionamento, de que é preciso formular políticas de desenvolvimento rural integradas, que contemplem os diversos aspectos de uma mesma realidade, ou seja, políticas agrárias e agrícolas para o fortalecimento da agricultura familiar juntamente com políticas de geração de novas oportunidades de empregos rurais não-agrícolas. Além disso, esse conjunto de políticas tenderia a ter uma distribuição espacial bem determinada, dado que há regiões onde predominam as atividades agrícolas e rurais não-agrícolas derivadas da agricultura e regiões onde a dinâmica econômica nos espaços rurais não é mais determinada pelas atividades agrícolas.

BUAINAIN (2003) complementa a discussão ao dizer que o argumento do “novo rural” vem sendo utilizado para justificar a intenção de abandonar as políticas agrárias voltadas para os setores mais fragilizados da produção familiar, em benefício de políticas de geração de empregos rurais não-agrícolas, limitando-se o apoio às atividades propriamente agrícolas das famílias rurais, àquelas consideradas competitivas por ocuparem o mercado por meio de produtos especiais de alto valor agregado, cuja produção requer o uso intensivo de mão-de-obra. Neste direcionamento KLUCZKA (2003) argumenta que o desenvolvimento rural não pode ser alcançado pela visão clássica centro e periferia, mas por estabilização, redes e promoção consistente.

Com o auxílio de MACHADO (2014) buscamos interpretar o rural numa abordagem multidimensional e complexa, tentando não reconhecê-lo como espaço inerte, sujeito exclusivamente a ações do urbano, mas como espaço dotado de dinâmica própria e compreendido a partir de suas referenciais de estruturas descentralizadas, visando uma integração de regiões. No nosso caso específico, a figura da agricultura urbana hoje mantém e

reforça o vínculo da relação entre as pessoas e as práticas rurais e urbanas, de modo a construir um espaço mais integrador.

De acordo com o processo de intensa alteração do espaço rural que vem ocorrendo, somado às atividades de campo realizadas, a tendência é de que os agricultores, ou parte deles, realizem o arrendamento de suas terras para empresas imobiliárias e/ou proprietários agrícolas de maior porte, além da pressão por parte das instâncias públicas e privadas para a expansão do perímetro urbano. O que marca uma contradição entre a manutenção da atividade agrícola e o avanço da área urbana.

Outro fator preocupante é o envelhecimento da mão de obra, uma vez que os jovens das famílias direcionadas à atividade de âmbito rural no município não apresentam mais o interesse em dar seguimento a estas atividades, o que resulta na realização de contratações de terceiros, principalmente na época da colheita, gerando maiores gastos para as famílias produtoras.

Quanto a infraestrutura presente no município de Palhoça dedicada à agricultura, os agricultores relataram que a prefeitura tem oferecido maior atenção à atividade agrícola desempenhada, como por exemplo a oferta do uso de tratores, dentre outros maquinários que auxiliam no desempenho do trabalho.

Ao deslocar o foco de intervenção do nível micro e de cultivos específicos para os condicionantes gerais que levam às falhas no sistema agrícola, pode beneficiar-se um conjunto maior de produtores, ainda que de forma diferenciada. Buainain (2003) diz que a eleição desta prioridade requer a mobilização de um conjunto de instrumentos que contribua para criar condições básicas e um contexto favorável ao desenvolvimento da agricultura familiar, assim como para remover obstáculos particulares que vem dificultando este processo.

E afirma ainda que a utilização de instrumentos em benefício de um ou outro produtor ou grupo de produtores afeta negativamente a grande maioria dos demais produtores que ficaram fora do esquema, em particular os familiares, que têm mais dificuldade para acessar as políticas oficiais. A própria experiência brasileira está cheia de exemplos de como os interesses da grande maioria dos produtores é afetada negativamente pela opção de defender a renda ou a situação de um grupo pequeno de agricultores.

As políticas de financiamento com juros ou condições especiais para este ou aquele produto deveriam dar lugar a um plano de financiamento com possibilidade de alcançar um maior número de produtores. Dentro dessa concepção, no lugar de subsidiar as taxas de juros quanto ao acesso dos pequenos agricultores aos recursos, poderia ser mais eficaz atuar no

sentido de anular as conhecidas desvantagens que estes produtores enfrentam para obter financiamento.

No contexto de uma política agropecuária consistente e conducente ao desenvolvimento setorial, o apoio aos produtores deve plasmar-se em programas específicos, como, por exemplo, o Pronaf, e não no manejo dos instrumentos gerais da política agrícola.

Nesta direção BUAINAIN (2003) contribui dizendo que várias ações poderiam ser realizadas neste sentido, desde cobrir os custos de transação mais elevados dos produtores familiares; desenvolver fundos de aval para reduzir o risco e resolver o problema das garantias; desburocratizar as regulamentações para o funcionamento de caixas de poupança e para o crédito coletivo.

O mesmo afirma ainda que a maior dificuldade está na ideia de que os setores de produção familiar que poderiam ser objeto de políticas específicas de apoio são limitados, excluindo/taxando como estruturalmente inviáveis uma grande massa de produtores.

As evidências levantadas nesta pesquisa mostram que a viabilidade da agricultura familiar, sob as mais diversas formas, é considerável. Em síntese, há que se ter cuidado na definição dos critérios de corte dos investimentos sob pena de excluir um contingente importante/representativo de produtores hoje marginalizados não apenas por uma inviabilidade estrutural, mas precisamente pela ausência de políticas de apoio.

Enfim, esta pesquisa teve por intenção explorar um olhar que fuja da dicotomia do rural e urbano, e explore alternativas da manutenção das diversas atividades que são desempenhadas no espaço, sobretudo no espaço urbano. O desenvolvimento de todas as atividades é possível; não se faz necessário extinguir a produtividade agrícola do solo urbano para que haja a consonância das atividades, mas se faz necessário regulamentar e fiscalizar o avanço do crescimento urbano.

O fortalecimento da economia local e regional é realmente difícil, funcionando como um contra movimento àquele realizado pelo capital. Pois se o capital estabelece, e por vezes impõe uma grande relação de dependência aos instrumentos da cadeia produtiva agrícola, sobretudo àquela pertencente ao circuito inferior, possuir certa autonomia é como dizer que sim é possível estabelecer alternativas que rompam com preponderância do mesmo.

Muito foi falado do urbano na pesquisa, pois a atividade agrícola que ocorre na cidade de Palhoça é representativa, assim como os processos e conflitos inerentes à esta atividade. Dentre os municípios pertencentes à área conturbada e através dos trabalhos de campo realizados, o município de Palhoça é o que apresenta mais intensamente a presença de

agricultura, principalmente hortifrutigranjeiros, em solo hoje oficialmente considerado urbano.

4.5. Conclusão do Capítulo 3

Neste capítulo buscamos tratar a agricultura urbana e periurbana como uma realidade que traz consigo características e demandas igualmente relevantes quanto àquelas provenientes das atividades propriamente urbanas.

A propriedade fundiária da periferia urbana constitui-se no alvo de atenção dos proprietários de terras. Isto se deve ao fato de estar diretamente submetida ao processo de transformação do espaço rural em urbano. Os conflitos pelo uso do solo que ocorrem no espaço se dão por seus diferentes usos e intencionalidades, mas também por estarem nele contidas atividades que pertencem a diferentes circuitos produtivos e econômicos, que por sua vez pertencem a diferentes escalas, sobretudo diferentes escalas de influência.

Juntamente com esta problemática a terra tem se valorizado continuamente, mais do que outros bens, e este fator é viabilizado e realizado principalmente pelo Estado. O mesmo possui o papel de regulador e mediador das atividades desempenhadas no espaço, mas nem sempre este papel é cumprido, sendo parcial, por exemplo, quando age em favor do capital imobiliário. No entanto a parcialidade é o menor dos problemas comparado a fatores como pressões a agricultores, cobrança de impostos que não correspondem à residência ou à localidade em que são aplicados, o reforço da marginalização, dentre outros, que acabam por reforçar desigualdades de vivência e do desempenho do trabalho.

As pressões realizadas pela expansão do perímetro urbano é enfrentada pelos agricultores através da intensificação produtiva e de agregar a ela maior valor, que é o caso do crescimento da produção orgânica, somado ao fato do aumento do acesso à informação. No entanto há necessidade da realização de maiores incentivos à esta cadeia produtiva estratégica, principalmente para o desempenho do investimento inicial que apresenta um valor elevado ficando restrito a um grupo de agricultores. Afinal não é só o consumo aos produtos orgânicos que se restringe a um público específico, mas a inserção a este mercado de alimentos também.

A atividade agrícola é própria do meio rural, e a expansão urbana se dá sobre espaços anteriormente rurais; logo se a atividade agrícola é hoje desempenhada no urbano, se faz necessário que a análise de sua atividade leve em conta o processo histórico e econômico como um todo o qual está inserida.

CARNEIRO (2008, p. 27) complementa esta discussão ao argumentar que *“até que ponto é possível continuarmos operando com os mesmos instrumentos analíticos, elaborados em outros contextos históricos, econômicos e sociais?; Qual o sentido que devemos atribuir ao rural (e, por que não, ao urbano) na contemporaneidade?”* Ou, em outros termos, até que ponto categorias genéricas como “rural” e “urbano” são ainda pertinentes para qualificar espaços e universos sociais nas sociedades. No entanto, se nosso eixo de ação é a agricultura, identificar sua expressão e desenvolvimento em cenários diferentes dos utilizados, como, neste caso, o espaço urbano, representa um exercício de alta relevância.

Cumprir fortalecer os espaços institucionais de negociação como, por exemplo, os diferentes conselhos municipais, em particular o conselho municipal de desenvolvimento rural, para garantir a participação efetiva das comunidades locais na definição de prioridades para o desenvolvimento municipal, assim como a criação de novos espaços de negociação ou de articulação, a partir da percepção de problemas comuns.

Em relação à política setorial dedicada à agricultura pode-se indicar que seus principais objetivos deveriam ser: assegurar condições gerais favoráveis ao desenvolvimento do setor, removendo os pontos de estrangulamento específicos, falhas de mercado, precariedade institucional e contribuindo para equacionar os problemas decorrentes das particularidades da atividade agropecuária, tais como risco mais elevado, tecnologia apropriada, desenvolvimento de mercados, informações, etc. BUAINAIN (2003).

Fundamentalmente a política agrícola deve melhorar para o conjunto dos produtores, e não apenas para alguns, por meio de maiores incentivos, acesso à tecnologia e equipamentos apropriados, a disponibilidade de recursos, geração de empregos rurais e urbanos, distribuição de renda e, fortalecimento das economias regionais e do mercado interno. As instituições devem promover o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar como eixo central de uma estratégia de redução da pobreza urbana e rural.

Concluimos, assim, que nestas condições referidas à realidade de Palhoça, a propriedade territorial lá presente como desempenho agrícola é destituída de valor econômico (como meio de produção) aos olhos dos proprietários imobiliários. Ainda que a agricultura apresente variados benefícios, conforme abordado, é de suma importância o desenvolvimento e a aplicação de estratégias que realmente a assegure e respalde suas necessidades mínimas.

No entanto, cabe perguntar, para pesquisas futuras, até que ponto a atividade agrícola será palco de intensas modificações em decorrência da valorização da terra devido à especulação imobiliária provocada pela exploração turística e crescimento populacional.

5. CONCLUSÃO

A presente pesquisa nos permite inferir que, assim como no campo teórico, as terminologias “rural” e “urbano” não as explicam sumariamente. As políticas dedicadas a estes meios não cumprem com a ampla variedade de demandas, assim como não contemplam às diferentes formas de vivência e atividades realizadas.

As atividades provenientes do rural e urbano compõem a economia do país, exemplificadas nos setores primário, secundário e terciário. Sendo assim, mesmo que de natureza diferentes, se complementam e se manifestam através da composição econômica local, regional, etc.

A modernização privilegiou os médios e grandes produtores acentuando a concentração de terras, assim como a agricultura de *commodities* favoreceu aqueles produtores com maiores avanços técnicos para inserção e disputa no mercado internacional, além de receber grande investimento federal e internacional. No entanto, a crítica se estabelece não a um retrocesso do modo produtivo agrícola, mas pelo seu ampliamto a agricultores de menor escala.

O dinamismo da agricultura familiar para o abastecimento do mercado interno a torna um fator importante na sociedade e por isso tem lutado por notoriedade ao longo dos tempos frente à imposição da modernização agrícola, além de configurar-se como um meio de redução de desigualdades.

Pretende-se com esta pesquisa demonstrar a importância da agricultura familiar, sobretudo a hortifrutigranjeira, para a economia do município de Palhoça e região, além de reforçar a necessidade de maiores investimentos nessa categoria social que compõem o espaço agrário.

Essas considerações têm o objetivo de mostrar que a promoção da agricultura familiar não pode ser concebida e enfrentada a partir de políticas e instrumentos isolados, como vem ocorrendo no Brasil. É preciso, portanto, estabelecer uma dinâmica ampla do problema e reconhecer que, dada sua dimensão, não se trata apenas de integrar organicamente as políticas específicas de apoio à agricultura familiar à política macroeconômica e às políticas setoriais; ao contrário, trata-se de definir uma estratégia de desenvolvimento nacional, políticas macroeconômicas e setoriais compatíveis com a proposta de estimular um padrão de crescimento econômico com equidade social, fortalecer as iniciativas individuais da pequena e média empresa urbana, a agricultura familiar, gerar empregos urbanos e rurais, reduzir a pobreza, etc.

Buainain (2003) complementa a discussão ao afirmar que o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar requer a integração das políticas macroeconômica, agrícola e de desenvolvimento rural, de forma a reduzir os atritos e aumentar a convergência entre os diversos níveis de intervenção do setor público. Em relação à política macroeconômica, cabe aqui apenas pontuar que ela incide diretamente sobre os incentivos e a disponibilidade de recursos. Os preços reais, a disponibilidade de recursos e o custo de oportunidade para a utilização desses recursos são fortemente influenciados pelas políticas e preços macroeconômicos. Além disso, essas políticas afetam também as variáveis estruturais como a dinâmica da oferta e demanda, a distribuição de renda e a disponibilidade e qualidade da infraestrutura.

De acordo com os agricultores entrevistados a especulação imobiliária tem sido vetor de indução à venda de propriedades agrícolas. Afinal o que antes eram áreas agrícolas, com a expansão da urbanização, aumentou-se o perímetro urbano. Muitos apresentaram dificuldades de manter sua produção devido a taxa de IPTU, mesmo em meio comprobatório de uso da terra destinado ao cultivo agrícola.

A presença de arrendamentos de terra é uma prática representativa no município. As famílias são provenientes de Palhoça ou de localidades próximas, mostrando que há o interesse por parte de uma mão de obra permanente ao município em cultivar.

A mão de obra no meio agrícola está em processo de envelhecimento, não há uma completa sucessão do trabalho familiar, visto que os jovens, ainda que alguns, residem com suas famílias, não há o interesse por parte dos mesmos em continuar as lavouras da família, tanto por falta de incentivos para a permanência quanto devido ao interesse em estudar, trabalhar no setor de serviços, ou ainda, mudar-se para centros maiores.

A questão do envelhecimento populacional, tanto no meio rural quanto urbano, é preocupante, sendo necessário assim desenvolver meios atrativos (melhores condições de saúde, educação, entretenimento) para que possa “fixar” o jovem ou trazê-lo de volta, em que a prefeitura municipal possui ligação direta com esta realidade, a partir da gerência da oferta de perspectivas que a cidade oferece.

A dinâmica agrícola identificada na pesquisa apresenta características mais aproximadas ao circuito inferior da economia, no entanto recebe grandes influências do circuito superior da economia, o que está atrelado à dificuldade da superação dos entraves presente para o desempenho da atividade.

A diferenciação social dos agricultores é exemplificada pela produção de alimentos orgânicos e também àqueles que cultivam produtos com maior valor agregado; no entanto esta estratégia não resolve de fato a problemática que a agricultura está inserida.

A comercialização dos produtos convencionais é feita majoritariamente com o CEASA de São José, e os produtos orgânicos são destinados principalmente aos supermercados e em menor volume às feiras.

Outros fatores presentes no município de Palhoça e na área conurbada, que também funcionam como entraves ao agricultor e à população como um todo, são o alto custo de transportes públicos e a baixa mobilidade urbana existente, tais fatores faz com que o escoamento da produção agrícola seja encarecido e também mais demorado, sendo assim morar próximo às propriedades e às vias de maior acesso aos principais lugares de comercialização torna-se um fator importantíssimo.

A agricultura ocorre sim nos espaços urbanos, provando que as cidades não são em totalidade urbanas como afirma o IBGE por exemplo. Mas ainda que “o Brasil não seja tão urbano quanto parece” Veiga, (2003) há a intenção e o grande interesse de que pareça, principalmente no caso do capital especulativo imobiliário e fundiário.

A investigação sobre a agricultura urbana e periurbana leva em consideração aspectos relacionados à estrutura geral do processo agrícola, e dentre eles a propriedade da terra. Esse aspecto é fundamental, especialmente na medida em que, em grande parte das grandes cidades localizadas em países pobres e/ou em desenvolvimento, o processo de apropriação de espaços periféricos muitas vezes é realizado ilegalmente.

Se faz necessário a elaboração de um planejamento efetivo que assegure o ordenamento do crescimento e do desenvolvimento do município de Palhoça, que estabeleça uma regulação das atividades e assegure condições dignas de trabalho e vivência para os habitantes. Uma vez que para se reduzir as desigualdades sociais se faz necessário também reduzir as desigualdades espaciais.

A dinâmica rural-urbana está intimamente atrelada, suas atividades se complementam, e enquanto não for percebida como um sistema estará cada vez mais distante da resolução dos variados entraves e dificuldades.

6. BIBLIOGRAFIA

AGUILAR, A. G. **La Ciudad de México en la Region Centro Nuevas formas de la expansión metropolitana.** en Delgado, J y B Ramirez (coords). Transinones La nueva formación territorial de la Ciudad de México, Programa de Investigación Metropolitana-UAM-Plaza y Valdes Editores, México, 1999, p. 147-151.

ANTAS JR, R. M. **Território e regulação: Espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. **Agricultura Orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia.** Ambiente e Sociedade, Campinas v. X, n. 1. jan.- jun. 2006, p.141.

AZEVEDO, E. **Alimentos orgânicos: ampliando os conceitos de saúde humana, ambiental e social.** Tubarão: Ed. UNISUL, 2006, p.111.

BOURDIEU, P. A. Campo Econômico. In: **Política e Sociedade:** Revista de Sociologia Política, Florianópolis: UFSC: Cidade Futura, v.1 n.6, abr. 2005 p. 27-43.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 327-334.

CAMPOS, N. J. **Terras Comuns na Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: FCC Edições/Editora da UFSC. 1991, p.105.

CAMPOS, N. J. São José – SC: Faces do Rural no Transcorrer Histórico. In: CAMPOS, N. J.; BRANDT, M. CANCELIER, J. (Org). **O Espaço Rural de Santa Catarina: novos estudos.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2013, p. 8-15.

CAMPOS, N. J. **Terras de uso comum no Brasil, abordagem histórico socioespacial.** Editora UFSC, Florianópolis 2011.

CARNEIRO, M. J. **Herança e gênero entre os agricultores familiares.** Estudos Feministas. 2001, p. 5-48.

CARNEIRO, M. J. “Rural” como categoria de pensamento. In: **Ruris**, Campinas. vol. 2, nº 1. 2008, p. 27.

CASTELLS, M; HALL, P. **Las tecnópolis del mundo. La formación de los complejos industriales del siglo XXI,** Alianza Editorial, Madrid. 1994.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço Geográfico, Produção e Movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v.22, n.3, 2010, p. 463.

CAVICCHIOLI, M. A. B. As hortaliças na Grande Florianópolis – da produção ao consumo – a ação dos agentes intermediários. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB (2002/2012).
Plano Safra da Agricultura Familiar, Plano Agrícola e Pecuário. 2012/2013.

CORRÊA, R. L. As Pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **Geosp - Espaço e Tempo**, São Paulo, n.30, 2011, p. 9.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 2ª Ed, São Paulo: Editora Ática S. A. 1993, p. 12-84.

CRUZ, K. M. **A contribuição de alemães e descendentes para a formação sócio-espacial catarinense: o caso da região metropolitana de Florianópolis**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Pós-graduação de Geografia, Florianópolis, agosto de 2009.

DI MÉO, G. **Géographie sociale et territoires**. Nathan Université. Collection Fac Géographie, Paris. 1998, p.05.

DRESCHER, A. W. Seguridad Alimentaria Urbana – Agricultura urbana, una respuesta a la crisis? Revista: **Agricultura urbana**. Quito, n. 1, 2001, p. 141.

EMPRESA DE PESQUISA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA– EPAGRI.
Levantamento Agropecuário de Santa Catarina de 2002 a 2003. Disponível em:
<http://doceweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/Dados_do_LAC/tabelas/modulo1/Estrutura_fundiaria_EAP_julho06.pdf> Acesso em: 20 de Jul. 2017.

FERREIRA, W. Etapas históricas e condicionantes geopolíticos das atividades socioeconômicas da Ilha de Santa Catarina. **Revista Santa Catarina em História – Florianópolis – UFSC – Brasil** ISSN 1984-3968, v.10, n.1, 2016. P. 17

FRIEDMAN, H. Uma economia mundial de alimentos sustentável. In: BELIK, Walter; MALUF, Renato (Orgs.). **Abastecimento e Segurança Alimentar: os limites da liberalização**. Campinas: Ie/unicamp, 2000.

FLEURY, A. "Nouveaux habitants nouvelle ruralité péri-urbaine", in **La ville aux champs**. ADEF, Paris. 2000, p. 50-51.

GARCIA, R. M. D. A. F. Valdovinos, in: **Geografía rural**, Editorial: Síntesis, Colección Espacios y Sociedades, nº. 10, Madrid, 1995, p. 187.

GAYNOR, A. A contaminação do solo com pesticidas: Estudo de caso de Perth – Austrália Ocidental. revista **Agricultura urbana**, Quito, n. 3, 2003.

GELBCKE, D. L. **Abastecimento de alimentos orgânicos em circuitos de proximidade: o caso da grande Florianópolis**. UFSC, Tese de Doutorado, 2018, p. 31-47.

GRUPO NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA - GNAU. Lineamentos para los subprogramas de Agricultura urbana para el año 2002 y sistema evaluativo. Cuba : Ministério de Agricultura, 2002.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Da lavoura às biotecnologias: **agricultura e indústria no sistema internacional**. [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 204 p.

GUIVANT, J. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 14, n. 3, p. 412-447., set/dez., 1997.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E.; GOMES P. C e CORRÊA, R.L. (Orgs.). **Geosp - Espaço e Tempo**, São Paulo, n.30, 2011, p.166.

HANS RUDOLF, P.; SEYDON, N. Use of waste water in urban agriculture in the dakar area, senegal: an interdisciplinary study towards sustainability, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.
Base de dados América do Sul, Brasil: Limites Estaduais e municipais, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.
Censo Agrícola, 1960. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/44/ca_1960_v2_t12_p1_pr_sc.pdf> Acesso em: 02 de Março de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – Censos Agropecuários 1970 – 2017. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf> Acesso em: 19 de Outubro de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.
Censo Demográfico de 1940 a 2010.
Disponível em: <<file:///C:/Users/SAMSUNG/Desktop/censo%202010.pdf>>

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf> Acesso em 24 Jul. 2017.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 167.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. 3ed. Proposta Editorial Ltda.1980

KLUCZKA, G. Teoria e prática do desenvolvimento rural sustentável. In: BICALHO, A. M. de S. M., HOEFLE, S. W. (Org.) **A dimensão regional e os desafios à sustentabilidade rural**. Rio de Janeiro. Brasil: LagetUFRJ/CSRS-UGI, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **A presença e a ausência: Contribuição a Teoria das Representações**. Madrid: Morata. 1983, p. 171.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. 3ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 15.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Moraes Ltda., 1991, p. 65.

MACHADO, F. S. Agricultura e Reestruturação Espacial na Interface Rural-Urbana: Questões teórico-metodológicas centrais à pesquisa. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, abr., 2014.

MADALENO, I. M. A Cidade das Mangueiras: Agricultura Urbana em Belém do Pará. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

MATTEI, L. **Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2006, p.10-11.

MAMIGONIAN, A. **Indústria de Santa Catarina** – In Relatório parcial do projeto integrado de pesquisa, “Santa Catarina: Sociedade e Natureza”, 03 de março de 2000, p. 52.

MARCON, M. T. de R. **A metropolização de Florianópolis: o papel do Estado**. Dissertação de mestrado, UFSC, 2000, p. 125.

MASSEY, D. A global sense of place. **Marxism today**, 1991.

MENDÉZ, M; RAMÍREZ, L.; ALZATE, A. **La práctica de la agricultura urbana como expresión de emergencia de nuevas ruralidades: reflexiones en torno a la evidencia empírica**. Cuadernos de Desarrollo Rural, Universidad de Caldas, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. Secretaria da Agricultura Familiar, 2008. Disponível em:
<file:///C:/Users/SAMSUNG/Downloads/08_PPA_Aval_cad16_MDA.pdf> Acesso em: 25 de Agosto de 2017.

MOUGEOT, L. J. A. Urban agriculture: definition, presence, potential and risks. In: BAKKER, N.; DUBBERLING, M.; GUNDEL, S.; SABEL-KASCHELLA, U.; ZEEUW, H. (Ed.). **Cidades que crescem cultivando alimentos: Agricultura urbana na agenda política**. Feldafing: DSE, 2000, p. 139.

MORAES, A.C.R. Los Circuitos espaciales de la producción y los círculos de cooperación em el espacio. In: YANES, L. et. al. (Org), **Aportes para el estudio del espacio socioeconômico**, tomo III El colóquio, Buenos Aieres [s.n.], 1985.

NORDER, L. A. C. Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil. Universidade de Wageningen, tese (doutorado), 2004, p. 58-59.

PELUSO JÚNIOR. V. A. Crescimento Populacional de Florianópolis e suas repercussões no Plano e Estrutura da Cidade. Florianópolis, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, 3ª fase, nº 3, 1981, p. 340.

PELUSO JÚNIOR, V. A. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina** – Florianópolis, UFSC. 1991, p. 135-320.

PEREIRA, C. J. O. **Desenvolvimento Econômico do Oeste Catarinense. Mestrado em Gestão de negócios**, Universidade Católica de Santos, 2007, p.77-112.

PIERCE, J. T. Sustaining Rural Environments: Widening Communities of Knowledge. In: BOWLER, Ian R., BRYANT, Christopher, HUIGEN, Paulus P. (Org.) **Dimensions of sustainable rural systems**. Nederlandse Geografische Studies, v. 244, 1998.

POLLAN, M. **O dilema do onívoro: uma história natural de quatro refeições**. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2008.

PLOEG, J. D. V. O modo de produção camponês revisitado in: In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da Agricultura Familiar**, 1ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p.352.

PRESTES, L. M. A dinâmica da produção de alimentos na Grande Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina. Relatório Final PIBIC - 2011/2012.

REIS, A. F. **Ilha de Santa Catarina, permanências e transformações**. 1ª ed. Florianópolis: Editora da UFCC, 2012 p.12 - 113.

ROMERO, H.; IRARRÁZAVAL, F.; OPAZO, D; SALGADO, M; SMITH, P. **Climas urbanos y contaminación atmosférica en Santiago de Chile**. v.36, nº109, 2004.

SÁNCHEZ, H. A. Ideas y planteamientos teóricos sobre los territorios periurbanos: las relaciones campo-ciudad en algunos países de Europa y América. Investigaciones Geográficas, **Boletín del Instituto de Geografía**, nº 45, UNAM. Ciudad de México, 2001, p.109-110.

SÁNCHEZ, H. A. La agricultura* en las ciudades y su periferia: un enfoque desde la Geografía. Investigaciones Geográficas, **Boletín del Instituto de Geografía**, UNAM ISSN 0188-4611, Num. 53, 2004, p.102-108.

SANTOS, M. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam estruturas sociais. **Ciência Geográfica**. AGB – Seção Bauru, Edição Especial 1997, p. 72.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 50.

SANTOS, M. **A Urbanização Desigual: A Especificidade do Fenômeno Urbano em Países Subdesenvolvidos**. São Paulo, Editora da USP, 1980.

SANTOS, **Espaço e método**, Hucitec, São Paulo, 1985, p. 71

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil Território e sociedade no início do século XXI**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 41-43.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido: Os dois circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. 2 ed., 1 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p.123-127.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 32 - 91.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS- SEBRAE, **Produto Interno Bruto do Município de Palhoça**, 2006.

Disponível em: < <http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Palhoca.pdf>> Acesso em: 03 de Agosto de 2019.

SILVA, C. A. **Circuitos De proximidade da Grande Florianópolis: situação e perspectivas**. VI Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais. Universidade Estadual de Campinas (Feagri/Unicamp). 2013. p. 9-15.

SILVA, M. S. Notas sobre o crescimento urbano de cidades brasileiras: o caso de Palhoça-SC, **Vias Reflexivas**, Palhoça, vol.4, 2013.

SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA - 2017-2018.

Comercialização ao Ceasa.

Disponível em: <www.cepa.epagri.sc.gov.br> Acesso em: 02 de Agosto de 2019.

SOUZA, G. A. **A Inserção de Palhoça na região metropolitana de Florianópolis: Sua reestruturação econômica e urbana na atual divisão territorial do trabalho**. Dissertação de Mestrado, UFSC, 2011, p. 23-111.

SPOSITO, M. E; WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo: Relações e contradições entre urbano e rural**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 116 -117.

SUGAI, M. I. **Segregação Silenciosa: Investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970 – 2000)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015, p. 25 – 80.

TORRES, P. Sustentabilidad y agricultura urbana, en: **Procesos metropolitanos y agricultura urbana**. PABLO TORRES LIMA (coord.). Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco. México, 2000.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2003, p. 33.

VIANA, J. G. A.; BARCHET, I.; ZEN, B.; SOUZA, R. S. **Tendência histórica de preços pagos ao produtor de hortifrutigranjeiros do Rio Grande do Sul, Brasil**. Ciência rural, Santa Maria, 2010.

WANDERLEY, M. N. B. Olhares sobre o “rural” brasileiro. **Rafzes**. Campina Grande, v. 23, nºs 01 e 02, 2004.

WILKINSON, J. **Socio-economic approaches to agroindustrial innovation: illustrations from the Brazilian small farming and land reform sectors**. Debates CPDA. n. 6., Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 1998.

8. ANEXO

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRODUTIVA

1. Data da entrevista: _____
2. Nome da propriedade ou empresa: _____
3. Município: _____
4. Logradouro: _____
5. Coordenadas Geográficas da Produção: _____
6. Localização (conforme mapa): Urbana Periurbana Rural
7. Área Total da UP (Ha): _____
8. Tributação atual da propriedade: IPTU ITR Não informado
9. Observações da seção: _____

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA UP

10. Identificação do Responsável pela UP: _____
11. Nome do (a) entrevistado(a), caso não seja o(a) RUP: _____
12. Condição do(a) entrevistado(a) em relação à UP: _____
13. Telefone: _____
14. E-mail: _____
15. Estado civil do RUP: Casado(a)/união estável Viúvo(a) Solteiro(a) Separado(a) Divorciado(a)
16. Profissão (ões) do RUP: Empregado(a) em comércio ou serviços urbanos; Empregado(a) na indústria; Profissional autônomo(a) (pedreiro, carpinteiro, eletricista, taxista, feirante, vendedor etc.) Profissional liberal (assessor, consultor, prestador de serviços em escritório ou consultório); Diarista ou empregado(a) doméstico(a); Servidor(a) público(a); Empresário(a); Do lar Aposentado(a) ou pensionista; Agricultor Outro
17. Escolaridade do RUP: Fundamental incompleto Fundamental completo Ensino médio ou profissionalizante incompleto Ensino médio ou profissionalizante completo Universitário incompleto Universitário completo Pós-graduação
18. Município de nascimento do RUP: _____
19. Logradouro de residência anterior do RUP: _____
20. Razões por ter se mudado para o logradouro atual: Não se aplica Necessidade de emprego Assistência médica Escola Perda da terra Morte na família Acompanhamento dos pais/familiares Beneficiário do "Minha Casa, Minha Vida" Beneficiário da Reforma Agrária ou de Programa de habitação rural Outro

21. Observações da seção: _____

DEMOGRAFIA DA UP
(Residentes e Famílias)

22. Residentes na UP: () Não Reside () 1 indivíduo () 1 família () 2 famílias () 3 famílias

23. Observações da seção (Sexo, Faixa Etária e Total dos Residentes): _____

INFRAESTRUTURA HABITACIONAL DA UP

24. A UP possui moradia? () Não () 1 moradia () 2 moradias () 3 ou mais moradias

25. Estrutura da moradia principal: () Madeira () Alvenaria () Mista madeira/alvenaria () Outra

26. Condição da moradia principal: () Própria quitada () Própria financiada () Própria herança () Própria alugada () Cedida/emprestada () Outro

27. Abastecimento de água: () Rede da CASAN () Poço artesiano () Captação da nascente () Captação de rio ou lago () Outro

28. Sistemas de comunicação: () Telefone fixo () Telefone celular () Acesso a internet () Outro

29. Observações da seção: _____

INFRAESTRUTURA PRODUTIVA
(Equipamentos da UP)

30. Tipos de instalações produtivas: () Cultivo protegido (estufa, canteiro de mudas, cobertura com tela, sombrite etc.); () Aviário (escala agroindustrial); () Galinheiro rústico/"capira"; () Granja de suínos (escala agroindustrial); () Granja de suínos rústica/"caipira"; () Pasto dividido em piquetes; () Estábulo para ordenha e/ou alimentação; () Haras; () Outro

31. Possui depósito/galpão para a guarda de máquinas, ferramentas, insumos, produtos? () Não () 1 depósito ou galpão (abrigo geral) () Mais de 1 depósito ou galpão (abrigos separados)

32. Dispõe de veículo próprio para o escoamento da produção? () Não () Caminhão () Carro ou caminhonete () Moto ou bicicleta () Carroça () Outro

33. Observações da seção: _____

ATIVIDADE PRODUTIVA

34. Desde quando produz neste local? () Menos de 1 ano () Entre 1 e 5 anos () Entre 6 e 10 anos () Entre 11 e 20 anos () Acima de 20 anos

35. Área de cultivos a céu aberto (último ano): () Não se aplica () Até 0,5 ha () de 0,6 a 1,0 ha () de 1,0 a 2,0 ha () de 2,0 a 5,0 ha () de 5,0 a 10 ha () Mais que 10 ha

36. Área de cultivos protegidos (último ano): () Não se aplica () Até 100 m² () De 101 a 200 m² () De 201 a 300 m² () De 300 a 500 m² () De 501 a 1.000 m² () De 1001 a 2.000 m² () De 2.000 a 3.000 m² () De 3.000 a 4.000 m² () De 4.001 a 5.000 m² () Acima de 5.000 m²

37. Área de pastagens (último ano): () Não se aplica () Até 2,0 ha () de 2,1 a 5,0 ha () de 5,1 a 10,0 ha () de 10,1 a 20,0 ha () de 20,1 a 50 ha () de 50,1 ha a 100 ha () Mais que 100 ha

38. Área de abrigo/confinamento de criações (último ano): () Não se aplica () Até 10 m² () De 10,1 a 50 m² () De 50,1 a 100 m² () Mais que 100 m²

39. Área em pousio (% da área total da UP): () Nada () Até 10% () de 10,1 a 20% () de 20,1 a 30% () de 30,1 a 50% () Mais que 50%

40. Área de mata nativa (% da área total da UP): () Nada () Até 10% () de 10,1 a 20% () de 20,1 a 30% () de 30,1 a 50% () Mais que 50%

41. Observações da seção: _____

PRODUÇÃO VEGETAL DA UP

42. Hortaliças de folha e flor cultivadas a céu aberto (último ano): _____

43. Hortaliças de fruto cultivadas a céu aberto (último ano): _____

44. Raízes e tubérculos cultivados a céu aberto (último ano): _____

45. Frutas cultivadas a céu aberto (último ano): _____

46. Produções em cultivo protegido (último ano): _____

47. Cereais e grãos cultivados (último ano): _____

48. Outros cultivos (último ano): _____

49. Área de produção vegetal da UP

	(Não)	(Até 0,5 ha)	(0,6 a 1,0 ha)	(1,1 a 2,0 ha)	(2,1 a 3,0 ha)	(3,1 a 5,0 ha)	(5,1 a 10, ha)	(Mais que 10 ha)
Hortaliças de folha e flor a céu aberto	()	()	()	()	()	()	()	()
Hortaliças de fruto a céu aberto	()	()	()	()	()	()	()	()
Raízes e tubérculos a céu aberto	()	()	()	()	()	()	()	()
Frutas a céu aberto	()	()	()	()	()	()	()	()
Produções em cultivo protegido	()	()	()	()	()	()	()	()
Cereais e grãos	()	()	()	()	()	()	()	()
Cana/forageiras	()	()	()	()	()	()	()	()
Outra	()	()	()	()	()	()	()	()

50. Próximo(s) destino(s) da produção vegetal:

(Hortaliças) (Raízes e tubérculos) (Frutas) (Cereais e grãos) (Outra)

Não se aplica () () () () ()

Consumo na UP	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Processamento na UP	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Processador/beneficiador externo de pequeno porte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agroindústria	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Associação ou Cooperativa de caráter Específico (ex.: orgânico)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mudas/sementes para outros produtores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agricultor-comerciante	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Comerciante	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CEASA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Supermercado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sacolão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pequeno Mercado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Venda direta em feira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Entrega em restaurantes/hotéis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Entrega direta ao Consumidor (delivery, cestas)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

51. escoamento da produção vegetal

(Hortaliças) (Raízes e tubérculos) (Frutas) (Cereais e grãos) (Outra)

Não se aplica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A UP leva até o próximo destino	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O comprador vem buscar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um terceiro leva até o próximo destino	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

52. Observações da seção:

PRODUÇÃO ANIMAL DA UP

53. Importância das produções

(Carne - bovinos) (Leite - bovinos) (Suínos) (Frango - para abate) (Ovos) (Mel) (Outra)

Inexistente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Somente para Auto consumo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Principal produção comercial da UP	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Importante, mas não a principal produção comercial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pouco importante/periférico comercialmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

54. Próximos destino(s) da produção animal

(Carne - bovinos) (Leite - bovinos) (Suínos) (Frango - para abate) (Ovos) (Mel) (Outra)

Não se aplica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Consumo na UP	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Processamento na UP	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Laticínio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Abatedouro ou frigorífico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Associação ou cooperativa de carácter	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agricultor- comerciante	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ou pecuarista-comerciante	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Comerciante	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CEASA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Supermercado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pequeno Mercado ou açougue	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Venda directa em feira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Entrega em restaurantes/hotéis etc.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Entrega directa ao consumidor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

55. Escoamento da produção animal

(Carne - bovinos) (Leite - bovinos) (Suínos) (Frango - para abate) (Ovos) (Mel) (Outra)

Não se aplica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A UP leva até o próximo destino	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O comprador vem buscar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um terceiro leva até o próximo destino	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

56. Observações da seção: _____**INCLUSÃO NO MERCADO**

57. Relações com os compradores: () Venda aleatória (sem comprador fixo) () Venda consignada
 () Venda com pagamento antecipado () Venda com parceira (divisão das tarefas e do lucro) () Venda com exclusividade () Outro

58. Exigências da comercialização: () Especificações de embalagem/apresentação () Rotulagem com o nome/marca do comprador () Selo específico/certificação () Rastreabilidade () Outro

59. Observações da seção: _____**PARTICIPAÇÃO DO RUP EM REDES OU ORGANIZAÇÕES SOCIAIS****60. É membro de cooperativa, associação ou grupo formal de produção?** () Sim () Não**61. Qual?** _____

62. Está envolvido em rede(s) ou movimento(s) social(s)/político(s)?
Qual(is)? _____

63. De que atividade(s) comunitária(s) participa? _____

64. Observações da seção: _____

RELAÇÕES DE TRABALHO

65. Gestão da UP: () Familiar () Empresário individual () Associação ou grupo formal () Gestão comunitária ou coletivizada () Outro

66. Mão-de-obra utilizada: () Totalmente familiar () Predominantemente familiar com assalariados permanentes () Predominantemente familiar com assalariados eventuais ou sazonais () Predominantemente assalariada () Totalmente assalariada () Coletiva ou comunitária sem assalariamento

67. Número de trabalhadores envolvidos na produção (média anual):

	(1 a 2)	(3 a 5)	(6 a 9)	(10 ou mais)
Membros da família	()	()	()	()
Assalariados permanentes	()	()	()	()
Assalariados eventuais ou sazonais	()	()	()	()
Indivíduos do coletivo ou comunidade não assalariados	()	()	()	()

68. Observações da seção: _____

TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO VEGETAL

69. Que insumos usa para correção e fertilização do solo: () Não usa () Esterco ou composto orgânico produzido na UP () Esterco ou composto orgânico comprado () Biofertilizante () Adubo verde () NPK () Micronutrientes () Calcário () Outros corretivos

70. Sementes: () produzidas () compradas () recebidas por doação

71. Mudas: () produzidas () compradas () recebidas por doação

72. Máquinas e implementos utilizados: () Trator () Tobata ou microtrator () Arado e grade de tração animal () Arado e grade de tração mecânica () Distribuidor de adubo/esterco () Semeadeira manual () Semeadeira de tração animal () Semeadeira de tração mecânica () Pulverizador costal () Pulverizador mecânico () Picadeira/trituradora () Outro:

73. Sistema de irrigação: () Não possui () Aspersão () Gotejamento () Por sulcos/gravidade () Outro

74. Tem produção não convencional? () Sim. () Não

75. Observações da seção: _____

AGRICULTURA NÃO CONVENCIONAL

(Alternativa ao sistema da agricultura moderna, intensiva em insumos industriais)

76. Produz em sistema: () Tradicional, sem insumos externos () Orgânico () Agroecológico () Em transição agriecológica () Cultivo protegido orgânico () Outro

77. Qual a principal razão para produzir desta forma? () Sempre produziu assim () É melhor para o meio ambiente () É melhor para a saúde do produtor e sua família () É melhor para a saúde do consumidor () Dá mais renda () não tem capital para investir em compra de insumos () Outro

78. Caso tenha cultivo orgânico ou agroecológico, quando começou? () não se aplica () menos de 1 ano () de 1 a 2 anos () mais de 2 a 4 anos () mais de 4 a 6 anos () mais de 6 a 10 anos () mais de 10 anos

79. Possui certificação? Qual(is)? _____

80. Observações da seção: _____

TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO ANIMAL

81. Como é o manejo dos grandes animais? () Não se aplica () Pastoreio simples na UP () Pastoreio com piqueteamento na UP () Pastoreio fora da UP () Semi-confinamento () Confinamento () Outro

82. Como é o manejo dos pequenos animais? () Não se aplica () Criação doméstica () Semi-confinados a escala comercial () Confinamento agroindustrial () Outro

83. Cuidados sanitários gerais das criações: () Não se aplica () Vacinação () Vermifugação () controle de parasitas externos () Prefere medicamentos alopáticos () Prefere homeopatia () Usa fórmulas tradicionais ou caseiras

84. Tem produção animal em sistema orgânico? () Não () Bovinos () Aves () Suínos () Outro

85. Possui certificação? Qual(is)? _____

86. Observações da seção: _____

INTERAÇÃO TÉCNICA

87. Recebe assistência técnica? De quem? () Não () EPAGRI () Cooperativa/associação () ONG/OSCIP () assistência técnica privada () Outro:

88. Avaliação da assistência técnica que recebe: () Não se aplica () Excelente () Ótima () Boa () Regular () Ruim () Péssima

89. Frequência das visitas técnicas: () não se aplica () semanal () quinzenal () mensal () trimestral () semestral () anual () quando necessário

90. Fez cursos de formação (últimos 2 anos)? () Não () Associação () Cooperativa () Sindicato () ONG () Instituição de ensino público () Instituição de ensino privado () Empresa () Outro:

91. O que deve ser feito para melhorar a assistência técnica? _____

92. Observações da seção: _____

FINANCIAMENTO

93. Possui o documento de aptidão ao PRONAF? () Sim () Não

94. Já operou alguma modalidade do PRONAF? () Não () A () A/C () B () D () E () Jovem () Mulher () Agroecologia () Agroindústria familiar () Não saberia informar

95. Qual o banco do empréstimo? _____

96. Qual a maior dificuldade com o empréstimo? _____

97. Observações da seção: _____

MERCADO INSTITUCIONAL

98. Conhece os programas oficiais de compra institucional (PNAE e PAA)? () Não. () Só o PAA () Só o PNAE () Os dois

99. Já ofereceu ou oferece produtos em algum desses programas? Quais: () Não () Hortaliças () raízes/tubérculos () grãos/cereais () Leite ou derivados () Carnes ou derivados () Ovos () Mel

100. Qual a importância do mercado institucional? () não se aplica () garante a compra da produção () regularidade na compra () valorização da produção familiar () preço justo () melhoria da alimentação escolar () entrega de alimentos de qualidade para a população () diminui a dependência do atravessador () Outro:

101. O que falta para melhorar a política de compra institucional? () não se aplica () nada () aumentar os valores limites para a comercialização () continuidade nas compras () regularidade nos pagamentos () atualização dos preços dos produtos () apoio para a elaboração dos projetos () ampliação dos programas () acompanhamento técnico () flexibilização das normas sanitárias () criação de novos programas () Outro

102. Observações da seção: _____

RENDA

103. Qual a renda bruta anual da produção vegetal da UP? _____

104. Qual a renda bruta anual da produção animal da UP? _____

105. Importância das fontes de renda para a manutenção da UP () Não se aplica () Fonte de renda principal Importante () Acessória/pouco importante () Sem importância () Produção vegetal () Produção animal () Produção/extração florestal () Sítio de lazer (ex.: eventos, pesquepague) () Pousada/restaurante () Outros usos (ex.: haras, depósito, comércio) () Aposentadoria rural Bolsa família () Ajuda de políticas de governo () Ajuda de instituições/fundações não estatais () Trabalho fora da UP () Outra fonte de renda

106. Observações da seção: _____